número	Autores	Título
308	Paulo Valdir Ferreira, Adriana Rodrigues dos Anjos Mendonça, Jose Dias da Silva Neto	Teletrabalho para servidores públicos de Minas Gerais com filhos em idade escolar durante a pandemia da COVID-19: lei estadual
	Introdução: No início da pandemia da COVID-19, a falta de estudos científicos que respaldassem a prevenção e tratamento das lesões teciduais extensas e graves causadas pela doença aos pacientes, levou à necessidade de diminuição da mobilidade da população, na tentativa de diminuir o aumento dos casos e sobrecarga do Sistema de Saúde. Para amenizar o impacto deste *lockdown*, várias medidas foram incentivadas, como o trabalho remoto ou o teletrabalho. **Objetivo:** Elaborar e aprovar Lei com a finalidade de teletrabalho para os Servidores do Estado de Minas Gerais. **Métodos:** Estudo empírico de abordagem jurídica. O Projeto de Lei foi elaborado seguindo três fases: Introdutória, Constitutiva e Complementar ou de aquisição de eficácia. Nas fases Introdutória e Constitutiva, houve a avaliação de três comissões da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Resultados:** O Projeto de Lei foi aprovado tanto pelas comissões quanto em plenário, pelos deputados estaduais em 05 de maio de 2020 e sancionado em Lei em 09 de julho de 2020, pelo Governador do Estado de Minas Gerais. **Conclusão:** A Lei nº 23.675 que versa sobre o direito ao teletrabalho para funcionários públicos durante a Pandemia da COVID-19, foi elaborada através de Projeto de Lei, e sancionada pelo Governador do Estado de Minas Gerais.	
310	Maria Carlota Borba Brum Francielle Lopes dos Reis Zilda Elizabeth Albuquerque dos Santos Michel Arias Brentano Ana Luisa Poersch Felipe Gutiérrez Carvalho	Trabalho em turno noturno e o risco de síndrome metabólica: impacto do protocolo de intervenção multiprofissional entre os profissionais de saúde
	Introdução: Os trabalhadores em turnos noturnos têm maior risco para o desenvolvimento da Síndrome Metabólica (SM) e seus fatores de risco, face aos efeitos desfavoráveis da privação de sono sobre os principais componentes da síndrome, além de aspectos comportamentais (alimentação, exercício físico, hábitos de vida) e sociodemográficos. Nestes trabalhadores, os ritmos biológicos não estão sincronizados com os ciclos externos. Junto ao desalinhamento temporal, uma alimentação com baixo consumo de alimentos in natura e rica em alimentos industrializados aliado a alterações nos horários das refeições e	

	nos períodos de jejum pode ter consequências metabólicas negativas e necessita ser avaliado no contexto real do trabalho. **Objetivos**: Avaliar o impacto de uma intervenção multiprofissional para promoção da saúde visando reduzir o risco metabólico entre profissionais de saúde de um hospital terciário do sul do Brasil. **Métodos:** Trata-se de estudo longitudinal de pré e pós intervenção com duração prevista de 24 meses, aprovado pelo comitê de ética da instituição sob N° CAAE: 69928023.7.0000.5327. Inclui a avaliação comparativa de dois grupos de trabalhadores (diurno e noturno) com relação a intervenções serão oferecidas para todos os participantes até atingir o número máximo da amostra em cada grupo e tem caráter coletivo, baseadas em informações e alertas sobre os riscos relacionados ao trabalho em turnos noturnos, visando promover melhorias nos comportamentos nutricionais, de atividade física, do padrão de sono e bem estar geral. Estas atividades serão desenvolvidas pela equipe de pesquisa com caráter multiprofissional (médico do trabalho, enfermeira, nutricionista, psicólogo, psiquiatra e educador físico). Serão analisados os aspectos sóciodemográficos e ocupacionais, história pessoal de tabagismo e consumo álcool, atividade física, cronotipo, sono e padrão alimentar, além de medidas antropométricas, da pressão arterial e exames laboratoriais, previamente à intervenção e após 6 meses.Com poder de 90% e nível de significância de 5%, a amostra foi estimada em 27 sujeitos para cada grupo. Resultados: Desde março de 2024, foram incluídos 20 participantes com a avaliação inicial completa. Foram realizados 02 encontros presenciais voltados para orientação em educação física. O cronograma das atividades em grupo foi interrompido no mês de maio devido a fatores externos. Os encontros presenciais serão retomados em junho, bem como foi submetida emenda ao Comitê de Ética e Pesquisa para realização dos grupos também na forma online. **Conclusões**: Acredita-se que as atividades propostas por este grupo multiprofissional tenham um impacto positivo na redução dos riscos metabólicos e promoção da saúde na saúde dos trabalhadores, bem como possam auxiliar na definição de estratégias de intervenção sobre o tema de modo que possa ser avaliada a viabilidade da implementação e manutenção dessas ações de forma efetiva na instituição.	
311	Vanessa Maria da Silva Maria Luiza Lopes Timóteo de Lima Natália Melina Mendonça Guimarães	Ações de saúde e conservação vocal ocupacional: como estão sendo implementadas?
	Introdução: O distúrbio de voz relacionado ao trabalho (DVRT) é qualquer forma de desvio vocal relacionado à atividade profissional que diminua, comprometa ou impeça a atuação ou a comunicação do trabalhador. As ações em Fonoaudiologia do Trabalho vêm se tornando mais evidentes com o surgimento de novas experiências e intervenções que visam interceptar o processo da doença, enfatizando a prevenção e a proteção da saúde vocal no contexto ocupacional. Neste cenário, a	

	recente inclusão do DVRT na lista de doenças ocupacionais e a reformulação de normativas pelo Ministério do Trabalho e Emprego têm fomentado a elaboração de programas e ações direcionados à saúde vocal no contexto ocupacional. **Objetivo:** analisar como estão sendo implementadas ações de conservação vocal ocupacional. **Métodos:** tratou-se de uma revisão bibliográfica integrativa, cujo levantamento foi realizado no período de junho a outubro de 2020 na plataforma Periódicos CAPES, utilizando-se os descritores "saúde do trabalhador" e "voz". Foram considerados artigos científicos originais e completos, que envolvessem voz profissional/ocupacional e que estivessem publicados em língua portuguesa. A estratégia de busca foi construída e conduzida tomando por base a seguinte pergunta: “Quais ações de conservação vocal são desenvolvidas junto aos profissionais que utilizam a voz como instrumento de trabalho?”. Os principais achados relacionados às ações fonoaudiológicas de saúde vocal ocupacional foram agrupados em categorias, por semelhança de conteúdos e por responderem a um mesmo objetivo. **Resultados:** Posteriormente à aplicação dos critérios de exclusão e inclusão definidos e à subtração das publicações repetidas, foram selecionados 16 artigos. Com exceção de um estudo publicado em Portugal, todos os outros foram publicados no Brasil. Os estudos mais antigos datam de 2009, enquanto a pesquisa mais recente é de 2020**.** Dos artigos selecionados, sete foram publicados na Revista Centro de Especialização em Fonoaudiologia Clínica (CEFAC), dois foram publicados no Jornal da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, e foi encontrado um estudo em cada uma das seguintes revistas: Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online, Revista Brasileira em Promoção da Saúde, Revista de Saúde Pública, Audiology - Communication Research, Arquivos Internacionais de Otorrinolaringologia, Revista Saúde e Sociedade, Revista Communication. Disorders, Audiology and Swallowing e Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação. O estudo com maior número amostral teve 396 participantes, e o artigo com menor amostra contou com cinco participantes. As metodologias adotadas envolveram estudos de revisão, relatos de experiência, pesquisa-ação24, ensaio clínico randomizado25, estudo de intervenção17, estudo de corte transversal27, estudos de caso14,15, estudo exploratório quase-experimental20, 28 e pesquisa aplicada e metodológica13. **Discussão:** A voz de professores vem sendo objeto priorizado nas pesquisas fonoaudiológicas brasileiras nos últimos anos. Torna-se importante considerar os novos contextos e características de trabalho, como as ocupações com elevada exposição à fumaça (trabalho em churrascarias e chapas) e a produtos químicos que podem ser inalados (trabalho em salão de beleza e atividades de limpeza/serviços gerais), sob condições extremas de temperatura (trabalho em frigoríficos) ou com características laborais que podem impactar na saúde vocal. As ações de saúde e conservação vocal ocupacional englobam atividades relacionadas à vigilância da saúde vocal e de condições de risco para o desenvolvimento dos distúrbios de voz, à educação em saúde vocal, a intervenções vocais diretas, à avaliação da voz e laringológica, a encaminhamentos e à avaliação da percepção dos

	trabalhadores diante das ações propostas. **Conclusões:** Para o planejamento e a implementação das ações de forma integral, torna-se importante considerar novos contextos e características de trabalho, assim como encorajar maior engajamento científico e realização de pesquisas que abordem as práticas fonoaudiológicas desenvolvidas junto a outros profissionais da voz, considerando suas queixas e sintomas, o contexto organizacional e suas condições específicas de trabalho.	
313	Brena Paixão de Araújo Souza Eduardo Luiz de Araújo Souza	Aspectos epidemiológicos dos transtornos mentais relacionados ao trabalho no estado de Pernambuco (2007 a 2023)
	I**ntrodução**: O ambiente de trabalho possui vários riscos que podem predispor ao adoecimento mental do trabalhador, trazendo prejuízos em diversos contextos de sua vida. **Objetivo**: Descrever e estabelecer relações dos aspectos epidemiológicos das notificações de transtorno mental relacionado ao trabalho de 2007 a 2023, no estado de Pernambuco. **Métodos**: Trata-se de um estudo epidemiológico observacional do tipo ecológico, onde foram analisados 6.197 casos de transtornos mentais relacionados ao trabalho registrados entre o período de 2007 a 2023 no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), disponíveis no Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), acessados por intermédio do TABNET. Os dados obtidos foram reorganizados e analisados estatisticamente. Resultados: Das 6.197 notificações registradas, a maioria eram do sexo feminino (57,89%), faixa etária de 35-49 anos (55,30%), raça branca (46,58%) e com educação superior completa (48,13%). O município com maior número de notificações foi Recife, capital do estado (82,33%), depois Jaboatão dos Guararapes (8,23%) e Cabo de Santo Agostinho (5,48%). Nos anos de 2014 (13,08%) e 2017 (11,35%) ocorreram os maiores números de notificações, sendo a ocupação mais prevalente Gerente de contas pessoa física e jurídica (17,28%), seguido Gerente de agência (6,39%) e Assistente Administrativo (5,01%). Além disso, predominaram os transtornos neuróticos relacionados com o “stress” e somatoformes (52,62%), assim como os transtornos de humor (33,56%), uma vez que o regime de tratamento mais frequente foi o ambulatorial (90,76%), evoluindo para incapacidade temporária (72,97%). Foram constatadas também, correlações dos transtornos mentais com trabalhadores etilistas (5,84%), tabagistas (6,21%), usuários de drogas psicoativas (3,66%) e psicofármacos (41,63%). **Conclusão**: Diante do crescimento de afastamentos, adversidades interpessoais e dependência de fármacos e outras substâncias consequentes dos transtornos mentais relacionados ao trabalho, faz-se necessário o reforço de intervenções assistenciais e preventivas direcionadas à saúde mental dos trabalhadores, visando a redução dos danos relacionados ao trabalho.	

314	Brena Paixão de Araújo Souza Eduardo Luiz de Araújo Souza	Análise do perfil sociodemográfico dos trabalhadores diagnosticados com dermatoses ocupacionais no estado de Pernambuco (2007 a 2023)
	I**ntrodução**: As dermatoses ocupacionais representam grande parte das doenças ocupacionais e causam impactos econômico e social significativos. **Objetivo**: Caracterizar as notificações das dermatoses ocupacionais no estado de Pernambuco e analisar o perfil sociodemográfico dos trabalhadores registrados, utilizando banco de dados secundários. **Métodos**: Trata-se de um estudo epidemiológico observacional do tipo ecológico, onde foram analisados 888 casos de dermatoses ocupacionais registrados entre o período de 2007 a 2023 no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), disponíveis no Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), acessados por intermédio do TABNET. Foram coletados dados sobre sexo, faixa etária, raça, escolaridade, agente, evolução do caso, ano de notificação, cidade de notificação e ocupação, uma vez que os dados obtidos foram reorganizados e analisados estatisticamente. Resultados: O perfil sociodemográfico mais frequente foi de indivíduos do sexo masculino (62,04%) de 35 a 49 anos (40,65%), pardos (61,52%) e com o ensino fundamental de 5ª a 8º série incompleto (12,52%). Apenas 19,49% dos 888 prontuários foram preenchidos o agente causador da lesão e, dentre esses houve um predomínio do agente cromo (6,30%), na ocupação de Pedreiro (53,57%), com o regime de tratamento mais frequente o ambulatorial, evoluindo para incapacidade temporária (39,28%). Destaca-se o maior número de casos notificados no Cabo de Santo Agostinho, região metropolitana do estado (67,45%), a ocupação mais frequente foi de Empregado Doméstico nos Serviços Gerais (11,41%), seguido por Pescador Profissional (8,78%). O ano de 2021 foi o de maior número de notificações (59,36%), a dermatite e o eczema foram as patologias mais diagnosticadas (20,94%), uma vez que dos 888 pacientes 6,30% eram hipertensos, 0,22% diabéticos, 0,21% tinham diagnostico de hanseníase e 4,05% eram asmáticos. O afastamento do trabalho (25,78%) foi o tratamento mais notificado, porém, sem informações conclusivas, pois na ficha de notificação não foi possível conhecer a evolução do tratamento, uma vez que não foi registrado adequadamente. **Conclusão**: Os dados coletados refletem o perfil dos profissionais mais acometidos por dermatoses ocupacionais e demonstra a necessidade de avanço nos estudos epidemiológicos para promover melhor conhecimento e sensibilização sobre o assunto.	
315	Sérgio Ricardo Alves dos Santos Bianca Aline Moreira Gouvea Camila Nascimento Monteiro Dimitrios Nikolaos Georgopoulos Filho	Abordagem integral e contínua para a identificação e manejo de problemas de saúde mental em trabalhadores

Rodrigo Alcantara da Silva
Rubens Jonatha dos Santos Ferreira

Introdução: A saúde mental dos trabalhadores é uma preocupação crescente em ambientes corporativos, onde o estresse crônico e a pressão constante podem levar ao esgotamento, ansiedade e depressão, prejudicando tanto o desempenho profissional quanto a qualidade de vida1. Estudos anteriores demonstram que ambientes de trabalho com altos níveis de estresse estão associados a um aumento significativo de transtornos mentais, como ansiedade e depressão2,3. O estresse ocupacional afeta negativamente os trabalhadores, por isso é essencial criar um ambiente de trabalho saudável para garantir o bem-estar dos funcionários e a eficácia organizacional4. Intervenções anteriores, como programas de bem-estar no local de trabalho, têm mostrado efeitos positivos na redução do estresse e na melhoria da saúde mental dos trabalhadores5. Diante dessa realidade, a Linha de Cuidado em Saúde Mental propõe uma abordagem integral e contínua para a identificação e manejo de problemas de saúde mental em trabalhadores. Este estudo tem como objetivo analisar a autopercepção do estado de saúde mental e a classificação de risco para suicídio em trabalhadores assistidos pela Linha de Cuidados em Saúde Mental em um serviço de saúde ao longo de um ano de acompanhamento. **Objetivos:** Analisar a autopercepção do estado de saúde mental e a classificação de risco para suicídio em trabalhadores assistidos pela Linha de Cuidado em Saúde Mental. **Métodos:** Estudo longitudinal, retrospectivo e observacional, com dados de trabalhadores acompanhados pelo serviço de saúde populacional ao longo de 2023. O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o número CAAE 67405823.8.0000.5461. Foram incluídos trabalhadores que apresentaram queixas relacionadas a sofrimento psíquico, uso de medicações psicotrópicas, diagnósticos em saúde mental, ou pontuação igual ou superior a nove no *Self Report Questionnaire-20* respondidos durante exames periódicos. Os dados foram extraídos de relatórios institucionais e tratados de forma confidencial e anonimizada. Os questionários *General Anxiety Disorder-7* e *Patient Health Questionnaire-9* foram utilizados para classificação do estado de saúde mental. A autopercepção do estado de saúde mental foi avaliada com a pergunta: 'Como você classifica sua saúde mental nos últimos 30 dias?'. **Resultados:** Em maio de 2023, a população estudada era composta por 530 indivíduos, majoritariamente do sexo feminino (64,33%), enquanto os homens representavam 35,66%. A distribuição etária mostrou uma concentração significativa nas faixas de 29 a 48 anos, com a idade média da população de 30 anos. Foram identificados 284 trabalhadores com queixas de saúde mental, dos quais 282 participaram do acompanhamento durante o ano. Dois trabalhadores foram excluídos por não responderem a duas tentativas consecutivas de contato. A autopercepção do estado de saúde mental entre os trabalhadores revelou que 5,99% (10) consideravam sua saúde mental "excelente", 31,74% (53) classificou como "boa", 55,09% (92) como "regular" e 7,19% (12) como "ruim". O risco de suicídio foi identificado em 26,95% (76) desses trabalhadores através do item 9 do *Patient Health Questionnaire-9*, que questiona sobre pensamentos de que estariam melhor mortos ou de se machucar de

alguma forma. Esses trabalhadores foram classificados em baixo risco 71,05% (54), médio risco 26,32% (20), alto risco 1,32% (1) e urgência 1,32% (1). **Conclusão:** A prevalência de queixas relacionadas à saúde mental entre os trabalhadores, com 53,58% dos participantes relatando algum nível de sofrimento psíquico, evidencia o impacto do estresse ocupacional. Além disso, a autopercepção predominantemente "regular" da saúde mental sugere que muitos trabalhadores estão cientes de suas dificuldades, mas possivelmente carecem de apoio adequado. A identificação de risco de suicídio em 26,95% dos trabalhadores reforça a importância de programas preventivos e de intervenção precoce. A Linha de Cuidado em Saúde Mental mostrou-se eficaz em proporcionar uma abordagem integral e contínua, atendendo 282 trabalhadores com queixas de saúde mental.

316	Beatriz Leone Carmello Ana Catarina Farhat Sarno Kleber José do Prado Campos Mariana Silva de Almeida Vivianne Peixoto Domingos	Doenças ocupacionais em militares.

Introdução: Transtornos mentais são comuns em militares e levam a deficiências funcionais podendo impactar na aptidão ocupacional, assim como outros transtornos de saúde: traumatismos físicos, câncer, problemas respiratórios e perda auditiva. **Objetivo:** Levantar as doenças ocupacionais e processos de adoecimento de militares nos últimos 10 anos. **Método:** Revisão bibliográfica de trabalhos publicados na PubMed utilizando as palavras-chave *militar, worker, hazard, health, occupational e risk* e na Lilacs utilizando militar, trabalhador, fator de risco, saúde, ocupacional e risco. **Resultados:** A revisão bibliográfica resultou em 17 artigos: falavam sobre 47% saúde mental, 23% câncer, 11% problemas pulmonares, 5% traumatismo, 5% perda auditiva e 5% mortalidade em geral. Os sobre saúde mental, dois eram após a missão no Afeganistão, um após a missão nos Bálcãs, Iraque ou Afeganistão e outro sobre os veteranos da Guerra do Golfo, dois sobre o maior risco de suicídio em bombeiros e exército americano durante as guerras no Iraque e no Afeganistão, um sobre *burnout* em enfermeiros militares no Rio Grande do Sul e outro sobre uso de medicamentos ansiolíticos em bombeiros militares em Belo Horizonte. **Conclusão:** A presente revisão discriminou as doenças ocupacionais inerentes às profissões militares. Dentre estas doenças destacaram-se os transtornos mentais, o risco de suicídio, o uso abusivo de medicações de uso controlado e a síndrome de burnout, ocorridos especialmente, mas não somente, em indivíduos que retornaram de zonas de conflito. Há necessidade de criação de campanhas para diagnóstico, tratamento e acompanhamento dos militares, buscando controlar os distúrbios e oferecer melhor qualidade de vida.

317	Brena Paixão de Araújo Souza Eduardo Luiz de Araújo Souza	Perfil epidemiológico dos acidentes de trabalho notificados no estado de Pernambuco (2007 a 2023)
Introdução: Os acidentes de trabalho representam um dos principais desafios para a saúde pública no Brasil. Deles podem ocorrer lesões e sequelas que restringem a capacidade laborativa do trabalhador, além de afetar a produção da empresa e a economia devido aos altos gastos previdenciários. **Objetivo**: Analisar o perfil epidemiológico das notificações de acidente de trabalho notificados no estado de Pernambuco, no período de 2007 a 2023. **Métodos**: Trata-se de um estudo descritivo de abordagem quantitativa, onde foram analisados 35.911 casos de acidentes de trabalho notificados entre o período de 2007 a 2023 no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), disponíveis no Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), acessados por intermédio do TABNET. Os dados obtidos foram reorganizados e analisados estatisticamente. Resultados: Totalizaram-se 35.911 notificações, sendo a maioria do sexo masculino (76,48%), faixa etária de 20-34 anos (39,74%), pardos (71,34%) e ensino médio completo (23,75%). O município com maior número de notificações foi Recife (25,52%), capital do estado, seguido por Caruaru (14,05%) e Petrolina (5,70%). Os anos de 2023 (21,60%) e 2022 (16,62%) ocorreram os maiores números de registros, sendo o acidente típico (73,96%) o mais prevalente, e dentre as ocupações prevaleceram os trabalhadores agropecuários em geral (10,78%), pedreiros (7,64%) e técnicos de enfermagem (5,71%). Embora na maioria das notificações o CID-10 não foi registrado adequadamente, as circunstâncias relativas ao modo de vida (8,73%) prevaleceram entre os casos diagnosticados sendo a causa do acidente circunstancias relacionadas as condições de trabalho (28,47%). As partes do corpo mais atingidas foram as mãos (26,49%) e a evolução do caso mais recorrente foi a incapacidade temporária (41,70%). A comunicação de acidente de trabalho (CAT) foi realizada somente em 8,63% dos casos e os acidentes fatais representaram 1,99%. **Conclusão:** De acordo com os achados, conclui-se que a identificação do perfil acidentário do estado poderá subsidiar e orientar políticas públicas voltadas para a promoção da saúde dos trabalhadores, prevenção de acidentes e, consequentemente, melhorias nas condições de trabalho e controle dos riscos ocupacionais.		
319	Daniel Dias Sand Bernardo Minelli Rodrigues Daniel José Matos de Medeiros Lima Leandra Ferreira Batista	Implementação de uma rotina de pausas ativas no ambiente de escritório. Um estudo de viabilidade e percepção de bem-estar em vida real.
Introdução: O sedentarismo ocupacional é considerado um problema de saúde e produtividade no ambiente de trabalho, devido à sua influência direta na saúde e capacidade produtiva. O local de trabalho é um ambiente importante para abordar e promover a		

gestão do comportamento sedentário, visto que, em ocupações baseadas em escritório ou em mesa com computadores, os trabalhadores podem passar mais de 80% do dia de trabalho sentados. Com as mudanças sociais e a adaptação de uma sociedade fisicamente ativa para uma era tecnológica, aliada à cultura atual de trabalho e descanso sentado, caracterizada pelo uso constante de telas, explica-se a baixa aderência do movimento no ambiente de trabalho, apesar dos conhecidos efeitos negativos à saúde. Há forte evidência que aponta o aumento do comportamento sedentário no ambiente de trabalho como um componente importante para o aumento dos adoecimentos e perda de produtividade. Promover uma melhor gestão do tempo sentado, através da introdução de curtos períodos de movimento, denominados pausas ativas, pode exercer um papel importante na redução dos impactos causados pelo trabalho sentado. **Objetivos**: Investigar a adesão e aceitabilidade da implementação de um programa multicomponente de rotina de pausas ativas no ambiente de trabalho e as percepções de bem-estar em trabalhadores de escritório. **Metodologia**: Estudo observacional, de vida real, com desenho multicomponente. O procedimento foi aplicado por 5 semanas em trabalhadores em condição de trabalho remoto, que foram orientados a aplicar uma rotina de pausas ativas a cada 2 horas durante a jornada de trabalho, totalizando 4 pausas ativas diariamente. O protocolo multicomponente foi composto por palestra, entrevista, grupo de apoio e um aplicativo disponível para apoiar no engajamento através de lembretes e vídeos disponíveis para prática orientada. Para análise dos dados, no início e no final da intervenção, os trabalhadores responderam questionário de autorrelato para identificar variáveis demográficas, comportamentais e emocionais. Para análise dos dados, foram adotadas análises estatísticas descritivas por frequência para estratificação da amostra, análise de Wilcoxon para determinar as diferenças pré e pós-intervenção e o teste Qui-Quadrado de Pearson para analisar se os resultados observados entre as categorias possuem relação estatisticamente significativa com a rotina de pausa ativas. Todos os resultados das análises estatísticas foram avaliados, considerando um nível de significância de $p<0,05$. O protocolo do estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (Protocolo n° 5.572.89). **Resultados/discussão**: Dos 106 participantes, 93 (88%) completaram todos os procedimentos do estudo e foram incluídos na análise dos dados. Todos os participantes eram trabalhadores com postos de trabalho sentados, predominantemente mulheres (68%) e com média de idade de 39 + 9 anos. No início do procedimento, 75% não praticavam pausas ativas e, após 5 semanas, observamos uma adesão de 95% à prática diária de pausas ativas, com 75% passando a praticar mais de 2 pausas ativas diariamente e 20% praticando 1 vez por dia. No final da intervenção, 86% dos trabalhadores apontaram sentir-se mais produtivos e 88% afirmaram que indicariam para seus colegas de trabalho. Além disso, identificamos melhora significativa na autopercepção de vigor, fadiga, estresse, dores nas costas e na qualidade do sono ($p<0,001$), sendo apontada uma associação significativa entre a prática das pausas ativas e os benefícios encontrados ($p<0,001$). **Conclusão**: A implementação da rotina de pausas ativas mostrou alta adesão e aceitabilidade entre os trabalhadores e parece ser efetiva como estratégia para promoção de bem-estar em trabalhadores de escritório. Apesar dos

resultados promissores, é importante destacar a necessidade de realizar investigações mais controladas para confirmar e compreender melhor os resultados obtidos.		
320	Daniel Dias Sand Lucas Paulo Silva Semitela Leandra Ferreira Batista	Implementação de pausas ativas na jornada de trabalho de operadores de resposta à emergência na percepção vitalidade e estado de alerta: uma perspectiva de viabilidade operacional.

Introdução: Com a evolução da segurança de acidentes, equipes de operadores de resposta à emergência se colocam em prontidão para ação imediata em caso de acidentes. Devido a evolução tecnológica e ergonômica e as particularidades da função, o sedentarismo ocupacional durante esta atividade se torna característico e ações para manutenção do estado de prontidão e alerta com segurança se faz necessário. **Objetivos:** Investigar se a prática de curtos exercícios moderados a vigorosos, de 2 a 3 minutos, entre dois momentos sedentários, comumente denominado de pausas ativas, durante a jornada de trabalho, impacta na percepção de vitalidade e estado de alerta em um grupo de operadores de resposta à emergência. **Métodos:** Estudo observacional analítico, de vida real, com desenho multicomponente.com 50 operadores de uma empresa de resposta a emergências (32,5±8,05 anos). Todos os operadores atuavam em turnos diurnos e noturnos. O procedimento de 24 semanas incluiu palestra, suporte e apoio por meio de aplicativo e uma rotina de pausas ativas moderada a vigorosa no início da jornada e a cada 3 horas de trabalho, somando 4 pausas ativas por jornada de 12 horas. Inicialmente, os coordenadores foram informados e orientados sobre o protocolo, o grupo respondeu um questionário de autorrelato validado para identificação da frequência de pausas ativas diária e frequência de exercício semanal e aceitaram um Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE). Todos foram orientados a praticar a rotina, um cartaz foi colocado em todas as bases e foram encorajados a manter suas atividades físicas no lazer. Após a 24° semana, reaplicamos o questionário inicial e avaliamos a percepção do funcionário através de 2 perguntas fechadas e uma pergunta aberta. Para análise aplicamos teste descritivo por frequência e teste de Wilcoxon. Devido a característica da amostra e do local da intervenção, não fomos capazes de mensurar diretamente a taxa de adesão à rotina de pausas ativas. Todos foram informados que a prática das Pausas Ativas era voluntária e dentro da jornada de trabalho, respeitando as pausas de direito, de acordo com o artigo 71 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e o estudo foi aprovado por comitê de ética n° 5.572.893. **Resultados/discussão:** Após intervenção, a maioria do grupo passou a praticar 2 a 3 pausas ativas diariamente (44%, $p<0,05$) ou 4 ou mais pausas ativas diariamente (48%, $p<0,05$) e observamos uma possível tendência de transferência de comportamento no grupo, com o aumento significativo da prática de atividade física nos momentos de folga ($p<0,05$). No início da intervenção 20% dos operadores alegaram estar sedentários e após intervenção a prevalência de sedentarismo caiu para 6% ($p<0,05$). Também observamos um aumento expressivo da frequência de exercício semanal superior a 4 vezes por semana entre os operadores de 30% para 56% ($p<0,05$) após implementação. Ao avaliar a percepção

<table>
<tr><td colspan="3">de melhora na rotina nas questões fechadas, 92% alegaram que a prática das pausas ativas impactou positivamente na rotina de trabalho e 80% dos participantes alegaram que indicariam a rotina para seus colegas. Além disso, observamos na pergunta aberta que 89% dos funcionários relataram melhora na sensação de energia, vigor e estado de alerta durante a jornada, confirmando a hipótese do estudo. Conclusão: A prática de pausas ativas durante a jornada de trabalho de operadores de resposta à emergência parece ser uma alternativa viável e efetiva para a manutenção do estado de alerta e percepção de vitalidade entre operadores de resposta à emergência, com alta aceitação entre o grupo. Esta iniciativa pode se tornar uma estratégia viável e de baixo custo operacional com possibilidades de amplificar a promoção de qualidade de vida dentro e fora do local de trabalho.</td></tr>
<tr><td>321</td><td>Vivianne Peixoto Domingos
Ana Catarina Farhat Sarno
Beatriz Leone Carmello
Maria José Fernandes Gimenes
Mariana Silva de Almeida</td><td>Impacto da perda auditiva em motoristas de veículos de grande porte</td></tr>
<tr><td colspan="3">Introdução: A perda auditiva é uma das doenças ocupacionais mais frequente entre os motoristas de veículos de grande porte, devido ao contato direto e indireto com variáveis sonoras que afetam diretamente sua função auditiva, o que impacta sua qualidade de vida. Objetivo: Avaliar as causas da perda auditiva em motoristas de veículos de grande porte, apontar os desafios que esses trabalhadores encontram no decorrer de suas atividades laborais e quais intervenções podem ser aplicadas para melhorar de qualidade de vida desta classe profissional. Método: O presente estudo trata-se de uma revisão de literatura, com metodologia exploratória, utilizando buscas em banco de dados virtuais, onde foram selecionados artigos entre os anos de 2003 à 2022. Resultados: A perda auditiva é uma doença ocupacional de alta prevalência, sendo o ruído considerado o principal responsável pela perda auditiva no ambiente de trabalho e está relacionado a numerosos efeitos prejudiciais à qualidade de vida. Exposições ao monóxido de carbono e vibrações de corpo inteiro são outros agentes causais das perdas auditivas ocupacionais. A audiometria é o exame complementar mais utilizado para o diagnóstico. Conclusão: São poucos os estudos que embasam com clareza sobre a perda auditiva de profissionais motoristas, em específico de veículos de grande porte. Porém, o trabalho consegue apresentar como uma das principais causas da perda auditiva, a exposição a ruídos, que se apresenta em maior frequência nos estudos. Além disso, exposição do trabalhador a vibrações e as substâncias químicas, também desencadeiam a incapacidade auditiva nesses profissionais que encontram desafios constantes que impactam sua qualidade de vida, sejam elas nas relações interpessoais, relação pessoal e exposição a perigos terciários evidenciados pela perda auditiva. A principal intervenção a esta condição ocupacional é a promoção e prevenção a saúde através da interdisciplinaridade de profissionais.</td></tr>
</table>

322	Liane Klessia Lima Alves Barros.	Perfil de saúde no trabalho: mapeamento epidemiológico dos colaboradores de um hospital em Aracaju/SE

Introdução: Os trabalhadores de saúde, assim como todos os profissionais inseridos no mercado de trabalho, sofrem as consequências das políticas sociais e econômicas do país. A influência destes fatores nas condições de saúde, na qualidade de vida do trabalhador e na qualidade dos serviços prestados é consenso entre pesquisadores, embora suas consequências permaneçam quase invisíveis nas estatísticas nacionais. Portanto, o monitoramento da saúde do trabalhador é uma ferramenta indispensável para reconhecer e mudar esta realidade, uma vez que possibilita a construção de indicadores, que permitem a identificação das cargas de trabalho envolvidas no processo de adoecimento e a caracterização do perfil de morbidade do trabalhador. **Objetivo:** Analisar o perfil epidemiológico dos colaboradores de uma instituição de Aracaju. **Métodos:** Trata-se de um estudo transversal, com 160 colaboradores de um hospital em Aracaju. Foi utilizado a ferramenta de criação de formulários do Google como instrumento de coleta de dados sociodemográficos e estilo de vida acerca de nutrição, atividade física, comportamento preventivo e o controle do estresse. **Resultados:** O hospital possui em seu quadro 160 colaboradores, dos quais 103 responderam o formulário, representando 64,38% do total. A maioria dos beneficiários foram indivíduos do sexo feminino (75,7%), idade média de 25,5 anos (desvio padrão – dp ± 9 anos), residentes com casa própria (71,8%). Constata-se que a maior parte do público refere possuir uma alimentação saudável. Entre os que consideram que não se alimentam bem, foram destacadas algumas razões, como falta de tempo ou dinheiro para investir, por não possuírem conhecimento para preparar as próprias refeições, preguiça ou preferência por comidas não saudáveis. A maior parte do grupo refere ingerir bebida alcoólica apenas em ocasiões especiais e 39,8% dizem não consumir. 77,3% dos participantes descartam parar o consumo. A maior parte do público considera a qualidade de sono regular. Observa-se que 49,5% das pessoas refere dormir cerca de 5 a 6 horas por noite e 11,7% considera ter uma baixa quantidade de sono. Destaca-se que a maioria das mulheres avalia o ciclo menstrual como regular e que a maior parte refere sentir cólicas menstruais de forma leve a moderada. A maior parte do público não apresenta transtornos associados à saúde mental e depressão e ansiedade são os mais comuns. **Discussão:** Os registros e conhecimentos epidemiológicos dos colaboradores do hospital mostram a importância da aproximação do gestor para firmar ações, visto que, no presente estudo conseguimos identificar os problemas mais comuns sobre o bem-estar dos funcionários, permitindo assim, não só o conhecimento e aprendizado entre eles, mas estimular esses colaboradores jovens/adultos a terem uma vida saudável mais ativa em diferentes ambientes que eles se inserem, sejam eles, sociais, familiares ou no trabalho. **Conclusão:** A importância do perfil de saúde dos colaboradores de uma empresa facilita ações e, consequentemente, a diminuição e impactos no sistema assistencial brasileiro. Dessa forma, o planejamento baseado no perfil epidemiológico descrito servirá para guiar e executar ações na unidade avaliada.

323	Eduardo Luiz de Araújo Souza Brena Paixão de Araújo Souza	Caracterização dos casos de pneumoconiose relacionado ao trabalho no Brasil (2007 a 2023)

Introdução: Pneumoconiose é uma doença ocupacional que acomete o parênquima pulmonar e está relacionada à inalação de poeiras, principalmente o asbesto e sílica, em ambiente de trabalho. O contato dessas poeiras com o parênquima pulmonar, provoca um processo fibrótico, que cronifica e evolui anos após a exposição, provocando distúrbio pulmonar restritivo, tornando essa condição importante para a saúde pública. **Objetivo**: Caracterizar e estabelecer relações dos aspectos epidemiológicos das notificações de Pneumoconiose relacionado ao trabalho de 2007 a 2023, no Brasil. **Métodos**: Trata-se de um estudo epidemiológico observacional do tipo ecológico, onde foram analisados 6.108 casos de Pneumoconiose relacionado ao trabalho registrados entre o período de 2007 a 2023 no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), disponíveis no Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), acessados por intermédio do TABNET. Resultados: Das 6.108 notificações registradas, a maioria eram do sexo masculino (95,61%), faixa etária de 50-64 anos (41,09%), raça branca (25,98%) e com educação fundamental incompleta de 1ª a 4ª série (11,06%). O estado com maior número de notificações foi São Paulo (39,81%), seguido por Minas Gerais (32,33%) e Rio Grande do Sul (5,71%). Nos anos de 2017 (15,04%) e 2008 (12,27%) ocorreram os maiores números de notificações, sendo a ocupação mais prevalente Mineiro (13,35%), seguido Trabalhador da elaboração pré-fabricados (cimento) (10,39%) e Garimpeiros (7,44%). Predominaram as Pneumoconioses causadas por poeiras que continham sílica (44,18%), uma vez que 12,57% dos casos notificados evoluíram para limitação crônica. Foram constatadas também, correlações das Pneumoconioses com trabalhadores que apresentavam tireoidites (0,75%), tuberculose (6,71%), artrite reumatoide (1,17%) e tabagista (10,52%). **Conclusão**: Diante do exposto o alto número de casos confirmados entre os anos destacados se relaciona ao aumento da industrialização. Torna-se necessário o conhecimento acerca da doença e as medidas para prevenção e controle da mesma.

324	Eduardo Luiz de Araújo Souza Brena Paixão de Araújo Souza	Perfil das notificações de perda auditiva induzida por ruído ocupacional no Brasil (2007 a 2023)

Introdução: A perda auditiva induzida por ruído ocupacional é um tipo de surdez sensorial causada pela exposição prolongada do sistema auditivo a um ambiente ruidoso. Várias atividades profissionais expõem seus trabalhadores a ruído o que pode ocasionar prejuízos a saúde. **Objetivo**: Descrever as notificações de perda auditiva induzida por ruído (PAIR) no Brasil durante o período de 2007 a 2023, segundo os aspectos sociodemográficos e laborais. **Métodos**: Trata-se de um estudo epidemiológico observacional do tipo ecológico, onde foram analisados 10.043 casos de PAIR relacionado ao trabalho registrados entre o período de 2007 a 2023 no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), disponíveis no Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde

(DATASUS), acessados por intermédio do TABNET. Resultados: Foi observado maior frequência de perda auditiva ocupacional no sexo masculino (88,11%), com faixa etária de 50-64 anos (41,76%), raça branca (43,53%) e ensino médio completo (15,91%). O estado com maior número de notificações foi São Paulo (29,56%), seguido por Mato Grosso do Sul (11,97%) e Goiás (11,37%). Nos anos de 2016 (12,10%) e 2014 (9,10%) ocorreram os maiores números de notificações, sendo as ocupações mais prevalentes Pedreiro (13,35%), Alimentador de linha de produção (4,59%) e Motorista de Caminhão (4,18%). Ainda para os dados foi observado que o principal agente causador de acidentes foi o Ruído (55,44%), com maior desenvolvimento de doença ocupacional (49,42%) e lesões relacionadas principalmente a perda ou diminuição da audição (62,39%), uma vez que a maioria dos trabalhadores notificados (66,44%) não se afastaram do agente causador e evoluíram para incapacidade permanente parcial (48,71%). **Conclusão:** Os resultados apresentados evidenciam maior ocorrência de perda auditiva causada por alterações na orelha interna relacionada aos efeitos do ruído, traumas e ferimentos em trabalhadores brasileiros notificados. Faz-se necessário maior capacitação dos profissionais da rede de atenção à saúde, além de medidas de prevenção da perda auditiva no ambiente de trabalho para empregados e empregadores.

325	João Pedro Toledo Gaça Marco Antonio Prado e Silva Gonçalves Rosa Páris Ali Ramadan	Fatores de risco e medidas ergonômicas para prevenção de lombalgia na linha de produção automotiva: uma revisão bibliográfica

Introdução: Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT) são uma preocupação global na saúde ocupacional, impactando a qualidade de vida dos trabalhadores. Este estudo concentra-se na lombalgia em trabalhadores da indústria automobilística, uma questão particularmente relevante devido à natureza física intensiva dessa indústria. **Objetivo**: Realizar uma revisão narrativa para analisar fatores de risco e intervenções ergonômicas relacionadas à lombalgia. O estudo busca fornecer uma visão atualizada das estratégias preventivas, destacando o contexto da indústria automobilística. **Método**: Revisão narrativa descritiva utilizando PubMed, Google Scholar e SciELO, com critérios de inclusão/exclusão claros. A análise incluiu dados dos últimos dez anos, focando em intervenções ergonômicas e seus resultados na indústria automobilística. Resultados: Fatores físicos e psicossociais foram identificados como riscos para lombalgia. Na indústria automobilística, movimentos repetitivos e carga física pesada são destacados. Estratégias ergonômicas, como exoesqueletos, realidade virtual e assentos ergonômicos, têm mostrado eficácia na redução de lesões. **Conclusão**: Apesar dos avanços, a lombalgia continua a desafiar a saúde ocupacional. Estratégias ergonômicas, especialmente inovações tecnológicas, demonstram impacto positivo na prevenção e redução de riscos. Essas abordagens são cruciais para promover ambientes de trabalho mais seguros e produtivos.

327	Ruiz Pablo Daniel Leila Cura, Luís Velásquez Pablo Zarate Serantes Elizabeth Carolina Milana de Brisa Salud y Bienestar	Enfermeiro do bem-estar: programa de intervenção para mudança de hábitos utilizando como recurso a telemedicina
Introdução: Em 2017, foi implementada a nova função do Enfermeiro do Bem-Estar com forte enfoque na construção de hábitos positivos de saúde, incorporando o modelo **Salutogênico** como estratégia inovadora. Isso permitiu o crescimento e desenvolvimento da área através de pilares como: Trabalho em equipe, networking, criatividade e inovação. Permitindo assim a criação e o lançamento de novos programas e atividades, com a finalidade de fornecer ferramentas para a construção do bem-estar físico, mental e emocional da população trabalhadora na Argentina e expandir-se para países como Brasil e México. Este trabalho foi apresentado em forma de pôster na ICOH 2024, realizada em Marrakech, Marrocos. **Objetivos:** Gerar uma cultura de autocuidado, de Bem-Estar e fornecer ferramentas que permitam a construção de hábitos positivos de saúde. **Métodos:** Qualitativo, quantitativo, analítico e descritivo. **Discussão:** A Empresa Pan American Energy conta com 5.000 funcionários na indústria de petróleo e gás, com um 98% desses trabalhadores completando um exame médico anual voluntário. Dentro dos resultados recebidos se constata colaboradores que apresentavam fatores de risco. No ano 2021/2022, optou-se por intervir na população trabalhadora que apresentava um potencial fator de risco, como a obesidade. Para isso foi desenhado e implementado um programa de Bem-Estar de acordo com as necessidades detectadas e com a utilização da telemedicina como uma estratégia inovadora de trabalho. Os enfermeiros que conformam a equipe de Bem-Estar, especializados em promoção e em ações saudáveis lideraram o programa junto com uma equipe de médicos e nutricionistas. **Resultados:** Nesse estudo participou uma população de 89 trabalhadores com Índice de Massa Corporal (IMC) ≥40 kg/m2. Nos primeiros 3 meses, 67% dos trabalhadores diminuíram o seu IMC abaixo de 40 kg/m2, y logo após 6 meses de iniciado o programa 100% do grupo selecionado havia alcançado esse descenso. Durante todo o programa, que iniciou em maio e finalizou em dezembro, houve uma perda de mais de 1 tonelada: 1.071Kgs. **Conclusão:** Do total dos 89 funcionários, 65 desses participaram ativamente. Foi surpreendente, pois com a Equipe de Enfermeiros do Bem-Estar, acompanhados por um grupo de professionais multidisciplinar, foi possível através da telemedicina chegar a um grupo de trabalhadores e responder às suas necessidades de saúde, reduzindo os fatores de risco detectados nos exames médicos anuais.		
329	Ruiz Pablo Daniel Leila Cura, Liliana Schwarz, Pablo Zarate	Prevenir é viver: conheça sua pressão arterial

	Rebecca Queiroz Coren de Brisa Salud y Bienestar	
Introdução: O monitoramento através do controle da pressão arterial é uma oportunidade de melhora educativa no campo de saúde muito valiosa para a vida das pessoas, já que ajuda a diminuir e prevenir a possibilidade de desenvolver, ataques cardíacos, acidentes cerebrovasculares, morte e outras consequências devido a estas doença. Por esta razão, Pan American Energy através de sua equipe de professionais de saúde projetaram e implementaram um programa de controle de pressão arterial em um grupo de trabalhadores da indústria eólica localizados no estado da Bahia-Salvador e São Paulo-Capital. **Objetivos:** Identificar pessoas que: 1) Possuem pressão arterial alterada, mas não têm conhecimento dessa variação 2) Pacientes com diagnóstico de hipertensão arterial sob tratamento inadequado ou com má adesão ao mesmo, e com manejo de valores de pressão arterial alterados. **Métodos:** Qualitativo, quantitativo, analítico e descritivo **Discussão:** A Organização Mundial da Saúde declarou que a hipertensão arterial está gerando efeitos devastadores em todo o mundo. Aproximadamente 35% da população adulta tem diagnóstico de hipertensão e mais da metade não tem conhecimento. Dos 40% dos pacientes hipertensos conhecidos e medicados, apenas um percentual de 40% apresentam adequada resposta terapêutica e obtêm valores de pressão arterial normais. **Resultados:** Á amostra populacional foi de 37 funcionários, distribuídos nos estados de São Paulo (administrativos) e Bahia - Salvador (operacional). A equipe de enfermagem realizou o controle da pressão arterial durante 3 dias, com 2 verificações mínimas por dia para cada trabalhador, foram realizadas 222 medições. Do total da população testada (100%) se constatou 7 funcionários com cifras de pressão arterial alteradas (18% da população total), dos quais 3 não eram conhecidos como hipertensos sendo o diagnostico realizado nesse momento; e finalmente 4 colaboradores foram diagnosticados e medicados anteriormente, mas continuavam com cifras alteradas, sendo constatados hipertensos al momento dos controles, em decorrência ao anterior foi solicitado valoração com cardiologista e ajustado o tratamento. **Conclusão:** O Programa “Prevenir é Viver” possibilitou promover, educar e prevenir os efeitos devastadores, já mencionados pela OMS, sobre a população trabalhadora de Pan American Energy por meio de testagem, monitoramento e encaminhamento oportuno para diagnóstico e tratamento de: 1) Indivíduos que não eram conhecidos como portadores de hipertensão e que ao controle apresentaram valores elevados e 2) Hipertensos conhecidos com valores de pressão arterial alterada; o que permitiu que essas pessoas fossem instruídas para conhecer os valores normais da pressão arterial. Atualmente continuamos com testes e monitoramento de pressão arterial na população mencionada com foco naqueles funcionários que apresentam um ou mais fatores de risco, como: idade, histórico familiar, excesso de peso, sedentarismo, diabetes, etc.		
330	Zilter Borges Meirelles Paula Borges Meirelles Renata Vieira Lobo Jardim Pimentel	Doenças respiratórias relacionadas ao trabalho: aspectos clínicos e epidemiológicos

	Samira dos Santos Mameri	
Introdução: As doenças respiratórias ocupacionais representam um importante problema de saúde pública devido à sua alta prevalência e impacto na qualidade de vida dos trabalhadores. **Objetivo**: Este estudo tem como objetivo revisar os aspectos clínicos e epidemiológicos das principais doenças respiratórias relacionadas ao trabalho, destacando fatores de risco, sintomas, diagnóstico, tratamento e prevenção. **Métodos**: A metodologia utilizada envolveu uma revisão bibliográfica de artigos científicos publicados entre 2010 e 2023. Os resultados indicam que a asma ocupacional, a doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC) e a pneumoconiose são as condições mais comuns. **Discussão**: A discussão aborda a importância de medidas preventivas e intervenções precoces para reduzir a incidência dessas doenças. **Conclusão**: Conclui-se que a vigilância epidemiológica e a promoção de ambientes de trabalho seguros são essenciais para a saúde respiratória dos trabalhadores.		
331	Maria Carlota Borba Brum Carolina Stefanello Erica Lui Reinhardt Fábio Fernandes Dantas Filho Liana Zampiron Rômulo Felipe Auler	Risco ao feto e o efeito do afastamento das atividades insalubres em trabalhadoras gestantes de serviço de saúde
Introdução: O artigo 394 A da CLT1 busca proteger a saúde da trabalhadora gestante, do feto e do recém-nascido ao determinar o afastamento de atividades consideradas insalubres durante a gestação ou a lactação. **Objetivo**: Considerando o impacto desse artigo em serviços de saúde, é importante avaliar se essa medida realmente atinge seu objetivo. **Métodos**: Desta forma, foram avaliados riscos ao feto em gestações de trabalhadoras da saúde de um hospital público de Porto Alegre, RS, de 2011 a 2023, abrangendo um período anterior e um posterior à prática do afastamento das atividades insalubres seguindo determinação do Supremo Tribunal Federal de 20192. Os dados secundários sobre as gestações e as gestantes, como data de nascimento e etnia, função ou ocupação e setor de trabalho atuais, foram obtidos a partir de banco de dados dos trabalhadores do hospital. Foram categorizadas como “gestações com risco ao feto” aquelas com um ou mais afastamentos com alguns códigos do capítulo XV (letra O) da 10ª revisão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10) considerados como relacionados ao risco de abortamento, prematuridade ou malformação do feto. Até o momento também foram obtidos dados de 496 trabalhadoras gestantes sobre a função ou ocupação, setor de trabalho e risco ocupacional na época da gestação, além de informações sobre a função ou ocupação e o risco ocupacional após o afastamento das atividades insalubres. As análises estatísticas foram realizadas no		

Excel ou no IBM SPSS Statistics 26. No total, houve 1.089 trabalhadoras gestantes de 2011 a 2023, observando-se 24,15% gestações com risco ao feto entre as 1.089 primeiras gestações, 20,62% entre as 194 segundas gestações e nenhuma gestação com risco ao feto entre as 4 terceiras gestações. **Discussão**: Não houve associação estatisticamente significativa da ocorrência de gestações com risco ao feto e a idade da mãe ao nascer ou a etnia. O afastamento das atividades insalubres iniciou-se em junho de 2019, com 29,4% das primeiras gestações iniciadas até nove meses antes dessa data apresentando algum risco ao feto. Essa proporção teve uma queda significativa para 9,5% ($p < 0,000$) entre as primeiras gestações posteriores a este período. Porém, também foi observada uma tendência de diminuição anual na prevalência de gestações com risco ao feto entre as primeiras gestações ($rS = -0,231$, $p < 0,001$) e as segundas ($rS = -0,154$, $p < 0,032$), além do início da pandemia de covid-19 em 2020, que possivelmente contribuíram para essa queda. Além disso, após análise dos dados das 496 gestantes, verificou-se que, entre 2011 a 2017, a prevalência de gestações com risco ao feto chegou a quase 26% das gestações das trabalhadoras em atividades sem risco ocupacional, caindo para menos de 5% no período posterior. Como elas não foram afastadas, tal queda possivelmente deve-se a outros fatores. Quanto ao risco ocupacional, 17,2% das trabalhadoras sem risco tiveram uma primeira gestação com risco ao feto, passando para 21% entre as trabalhadoras exclusivamente com risco biológico e 32,7% entre as trabalhadoras com riscos variados ou risco biológico somado a outros riscos. Apenas a última proporção foi significativamente diferente das primeiras, sugerindo que o afastamento das trabalhadoras somente com risco biológico não teve contribuição importante. De junho de 2019 em diante as proporções de gestações com risco ao feto nas trabalhadoras afastadas das atividades de risco não foram estatisticamente diferentes em relação às observadas nas não afastadas, mas esses são resultados preliminares de uma amostra ainda parcial. **Conclusão**: Em síntese, não está claro se o afastamento das atividades insalubres definido pela lei diminuiu os riscos ao feto na população estudada, especialmente entre as trabalhadoras com atividades exclusivamente com risco biológico.

332	Alvaro Emanuel de Oliveira Simões	Acidente de trabalho típico em trabalhador com doença preexistente – estudo de caso

Introdução: Os acidentes de trabalho constituem no Brasil, já há muito tempo, uma das maiores preocupações em saúde pública, e, de igual modo, representam um dos fatores que mais esforço exigem dos serviços de saúde e segurança no ambiente laboral1.

A redução de sua frequência é vital para a preservação da saúde dos trabalhadores, redução das despesas governamentais com benefícios previdenciários e, ao mesmo tempo, significa uma oportunidade para aumento da lucratividade das empresas, evitando o desperdício de talentos e a perda precoce de mão-de-obra2. Embora seja por demais estudado o agravamento de moléstias preexistentes, menos atenção tem recebido o impacto, extremamente importante, de várias dessas condições, especialmente doenças cardiovasculares, neurológicas ou do sistema musculoesquelético, além de transtornos mentais3, na probabilidade de ocorrência de

acidentes de trabalho típicos. **Objetivo**: Analisar, à luz de caso concreto, a relação entre o risco de acidentes típicos no ambiente de trabalho e a presença de morbidades, as precauções necessárias para redução desse risco e minimização de eventuais agravos, ponderando ainda as potenciais consequências legais. **Métodos**: Estudo de caso único, com abordagem descritiva, avaliando acidente típico ocorrido como consequência de doença preexistente. Para tanto, abordaram-se os fatores prévios e contemporâneos ao acidente, e procurou-se, na literatura, estudos relativos ao tema que pudessem trazer subsídios para aprimoramento da abordagem da questão. **Discussão**: Um trabalhador de 52 anos, coordenador de manutenção há 11 em indústria de termoplásticos, encontrava-se, ao final do expediente, sentado em um banco no vestiário quando, subitamente, perdeu os sentidos e caiu, com choque do crânio no solo, abrindo um corte superficial na região parietal. Apresentou-se com fácies arroxeada, sem pulso e movimentos respiratórios. Reanimado por ação dos socorristas da empresa, tendo, ao retomar os sentidos, apresentado espasmos, mantendo-se sem consciência plena. Transferido para hospital, descartaram-se as hipóteses de AVC e infarto cardíaco. Foi intubado, permanecendo em UTI por sete dias, após o que, já com respiração autônoma, teve recuperação gradativa. Relato de colegas dá conta de que o funcionário se queixou, durante a jornada, de dores em nuca e ombro. Não há notícia de queixas semelhantes anteriormente, ou de afastamentos prévios. Em ficha clínica do último exame periódico, consta histórico de Doença de Chagas, e, no exame físico, evidenciou-se arritmia cardíaca. Referiu estar em uso de carvedilol, espironolactona, medicamentos comuns para tratamento de insuficiência cardíaca, e propafenona, antiarrítmico4,5. Emitida CAT pelo empregador, com a informação de que não houve afastamento do trabalho por força do acidente, considerada a hipótese de que a origem da queda teria sido mal súbito de natureza não ocupacional, e que a queda em si não teria levado à incapacidade do trabalhador. Concedido benefício previdenciário comum, B-31, implicando que não deverá haver efeito no FAP - Fator Acidentário de Prevenção6. O diagnóstico final da doença de base foi de cardiomiopatia chagásica7,8, que envolve comumente os achados clínicos. O trabalhador se encontra afastado há cerca de seis meses, estando previsto retorno após implantação de marcapasso com desfibrilador interno, para o que ele aguarda liberação pelo convênio médico. **Conclusão**: Os acidentes de trabalho típicos relacionados a doenças preexistentes trazem desafios legais importantes, principalmente no que diz respeito à responsabilização trabalhista e previdenciária do empregador, exigindo deste máxima conscientização para a necessidade de atenção e cuidado com as condições de saúde de seus empregados com essas doenças, com isto preservando-os e, simultaneamente, evitando elevação dos encargos legais.		
333	Guilhermo Justino Mundim	Ação conjunta da medicina do trabalho e da engenharia de segurança do trabalho no controle de acidentes de trânsito: modelo multimodal bem sucedido em uma organização do setor sucroenergético

Introdução: Sinistros de trânsito constituem-se em umas das principais causas de mortes, ferimentos e incapacidades adquiridas ao redor do mundo. Vários são os fatores de risco para acidentes de trânsito. Dentre estes, o excesso de velocidade, erros de higiene de sono e as repercussões de Apneia Obstrutiva do Sono (AOS) estão entre os principais. Controle dessas condições em ambiente corporativo com motoristas são fundamentais para prevenção de acidentes de trabalho. **Objetivo:** Demonstrar ações conjuntas da Medicina do Trabalho (orientações de higiene de sono, rastreamento e abordagem de AOS) e da Segurança do Trabalho (controle de velocidades máximas) reduzindo eventos acidentários de trânsito na frota corporativa, promovendo saúde entre trabalhadores e redução de custos por sinistros automobilísticos em organização do setor sucroenergético. **Metodologia:** Trata-se de estudo transversal com avaliação do número de atendimentos médicos ambulatoriais relacionados acidentes de trânsito ocorridos durante jornada de trabalho de uma organização do setor sucroenergético de 4.349 trabalhadores, sendo 803 motoristas de caminhão. Caminhões são providos de sensor com inteligência artificial para identificação de sinais de fadiga e GPS (Global Positioning System) para monitoramento de velocidades. Serão avaliados dados demográficos e estatística descritiva dos casos submetidos a avaliação na Saúde Ocupacional por terem sido pegos em sensor de fadiga (exame clínico e aplicação de questionários STOP-BANG, escala de sonolência Epworth e escala de ronco de Stanford) com levantamento de sexo, idade, IMC (Índice de Massa Corporal), nº casos de AOS e valores de IAH de polissonografias (Índice de Apneia e Hipopneia). Para avaliação de resultados das ações implementadas (controle de velocidades máximas e rastreamento de fadiga por sensor Trimble Vsafe plus dos caminhões) foram levantados número de atendimentos médicos nos ambulatórios da organização relacionados a eventos acidentários automobilísticos de 2015 a 2024. Dados obtidos do sistema TOTVS-RM utilizado pela saúde ocupacional da organização. Foram estudados número de atendimentos antes e após início das ações implementadas. Para análise do impacto das ações implementadas, o número de atendimentos médicos por acidente de trânsito, períodos foram divididos em 3 três, sendo “2015 -2018”, “2019-2022” e “2023-2024”. Esses períodos corresponderam momentos em que não havia nenhuma ação (2015 a 2018), momento apenas com controle de velocidade (2019 a 2022) e momentos com controle de velocidade e abordagem médica de fadiga (2023 e 2024). Foi feito estatística descritiva da população estudada e para análise estatística inferencial foram utilizados testes Shapiro Wilk, Teste U Mann-Whitney e Teste H Kruskal-Wallis com nível de significância estatística se $P<0,05$. **Resultados:** Trata-se de estudo transversal em organização de 4.349 trabalhadores. Destes, 803 sendo motoristas. De setembro 2023 a junho de 2024 foram identificados 116 eventos de fadiga (14,45% dos motoristas). Destes casos de fadiga foram identificados 41 casos de AOS (correspondendo a 35,34% dos casos de fadiga, 5,10% de motoristas e 0,94% de trabalhadores ativos), todos gênero masculino, maioria com excesso de peso (IMC com média 29,5, mediana 28,99, mínimo 17,67, máximo 45,52 e desvio padrão 4,98), meia idade (idade média 43,37, mediana 42, mínimo 24, máximo 65 anos e desvio padrão 8,23) e metade dos casos com AOS moderada e grave (sendo 12 casos IAH>15 e 10 casos IAH > 30). A sensibilidade

de rastreio de AOS com associação de questionários foi de 92,68%. A principal ação sobre casos fadiga foi orientação sobre higiene de sono e sobre os casos de AOS foram prescrição de placa intraoral (19 casos), CPAP (11 casos) e uvulopalatofaringoplastia (9 casos). A partir de setembro de 2023 não houve nenhum atendimento médico por acidentes de trânsito nos ambulatórios da organização. Ao comparar períodos, houve redução estatisticamente significativa no número de atendimentos médicos por acidente de trânsito entre períodos 2015-2018 e 2019-2022 (p<0,001) e 2015-2018 e 2023-2024 (P<0,001). Houve redução de atendimentos, sem significância estatística, entre período 2019-2022 e 2023-2024 (p=0,147). **Conclusão:** Notou-se que ações implementadas como controle de velocidades máximas e abordagem de casos de fadiga reduziram número de eventos de atendimentos médicos por acidentes de trânsito em todos períodos comparados. A redução estatisticamente não significativa na última comparação (2019-2022 e 2023-2024) se deveu a pequeno tempo de seguimento desse último período (apenas 19 meses). Essas ações efetivas garantiram melhoria de qualidade de vida para trabalhadores e economia para organização.

334	Suzana Keiko Ikegami Alexsandro Kunitsugu Ikegami Daniela Dias Carneiro da Silva Jonatan de Lima Andrade Laura Vargas Rosestolato Hoffmann Susy Megumi Kawakubo	A relação entre trabalho em turno noturno e obesidade, uma revisão integrativa.

Introdução: O trabalho em turno noturno se caracteriza pela ausência de uma rotina regular e na sociedade atual é cada vez mais frequente o modelo de trabalho em turnos, o qual promove uma inadequação no sono e uma alteração no ciclo circadiano dos indivíduos, resultando no aumento do risco de desenvolvimento de comorbidades, como a obesidade. **Objetivos:** O presente estudo tem como objetivo avaliar e identificar as relações entre o trabalho em turno noturno e a obesidade, verificando os principais aspectos associados e propondo alternativas que possam melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores. **Métodos:** Para tanto, realizou-se uma revisão integrativa utilizando as bases de dados PUBMED e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), sendo aplicados os termos indexados com o auxílio do operador booleano AND: “obesity” AND “night shift” AND “health”. Foram selecionados trabalhos publicados em inglês e na íntegra nos últimos sete anos. **Resultados:** A relação entre o trabalho em turno noturno e a obesidade foi percebida majoritariamente pela falta de atividade física, má alimentação e qualidade do sono inadequada. Assim, foi possível perceber que há um consenso entre os autores no que tange os efeitos do trabalho em turno noturno e a obesidade, principalmente pelas modificações causadas no ciclo circadiano. A desregulação do relógio circadiano pode prejudicar o metabolismo da glicose e da homeostase lipídica, além de inibir a secreção de melatonina, acarretando alterações metabólicas que culminam, entre outros, no ganho de peso. Os

trabalhos indicam que a exposição prolongada à luz artificial contínua durante a noite, hábitos alimentares noturnos e a redução na atividade física estão entre os principais fatores de surgimento de doenças metabólicas e cardiovasculares. Sob a ótica nutricional, demonstrou-se que a privação do sono é responsável por adaptações fisiológicas que causam não apenas o aumento do apetite, mas também a preferência por alimentos mais calóricos. Esse estímulo ao apetite pode ser justificado pelo aumento na atividade do sistema de recompensa alimentar. O estresse também foi outro fator determinante para o aumento do peso, devido às alterações na produção de cortisol, sendo que em profissionais da saúde foi observado que há uma correlação entre as variáveis de ansiedade e estresse com o desenvolvimento das doenças como a obesidade. Embora haja uma convergência nos resultados encontrados, aponta-se que existem algumas limitações quanto aos estudos, iniciando-se pela ausência de uma padronização sobre o conceito de trabalho em turnos noturno e sobre os critérios para o diagnóstico das doenças metabólicas e a heterogeneidade no tamanho amostral, sendo esse muitas vezes insuficiente. **Conclusão:** Conclui-se que o trabalho em turno noturno pode, de fato, desencadear uma série de alterações fisiológicas e metabólicas as quais resultam no desenvolvimento de diversas doenças, evidenciando-se a obesidade. Desse modo, propõe-se a implementação de políticas de saúde e uma melhor gestão dos horários de trabalho em turno noturno de modo a melhorar a qualidade de vida dos indivíduos.

335	Berenice Scaletzky Carolina Stefanello Jésica Letícia Gusatti Vanessa Predebon Vinícius de Souza	Panorama da formação em medicina do trabalho no Brasil

Introdução: A medicina do trabalho (MT) vem sendo estudada desde 1700 por Bernardino Ramazzini1, médico italiano considerado "o pai da especialidade". No Brasil, a especialidade surgiu oficialmente em 19722, porém, apenas em 2003 foi reconhecida formalmente pelo Conselho Federal de Medicina. De acordo com a literatura, a medicina do trabalho, apesar de sua longa história, relevância e importância, é uma especialidade médica subvalorizada em comparação às demais. Muitos estudantes de medicina, por exemplo, têm uma atitude negativa em relação a medicina do trabalho, uma das razões para isso é a percepção de falta de vínculo com a prática clínica, diagnóstico e raciocínio médico tradicional. Essa percepção pode diminuir o interesse dos futuros médicos em se especializar nessa área, embora ela desempenhe um papel crucial na saúde e segurança dos trabalhadores 4. É dever do médico esclarecer ao trabalhador sobre as condições de trabalho e os riscos à sua saúde, comunicando tal fato aos empregadores 5. Portanto, a especialização em medicina do trabalho é de suma importância para a sociedade como um todo. **Objetivos**: Descrever o cenário de residências e pós-graduações de medicina do trabalho, e o perfil de especialistas. **Métodos**: Foi realizada uma pesquisa descritiva

e quantitativa sobre o número de residências médicas (RM), cursos de pós-graduação em medicina do trabalho e cursos de pós-graduação na área, reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura -MEC, assim como o perfil dos especialistas. As buscas foram realizadas no site do MEC e no livro demografia médica 2023 da Associação Médica Brasileira (AMB). As bases de dados utilizadas para a revisão foram Medline (PubMed) e Scielo, usado os descritores: medicina do trabalho, Bernardino Ramazzini, saúde do trabalhador. Resultados: Segundo dados extraídos do site do MEC, existem 18 Programas de Residência Médica em medicina do trabalho 6. São 96 vagas disponíveis e apenas 54 estão preenchidas, sendo elas 28 ocupadas por R1 e 26 por R2. Mesmo sendo a residência médica o padrão ouro em ensino, há inúmeros cursos de pós-graduação em medicina do trabalho e a maioria por ensino a distância. No Brasil, há 20.804 especialistas cadastrados. Entre esses profissionais, 65,6% são homens, com uma média etária de 60 anos. A distribuição desses especialistas em relação à população é de 9,75 por 100.000 habitantes. A especialidade compõe um grupo cujo crescimento entre 2012 e 2022 foi maior do que 50%. Além de sua especialização em medicina do trabalho muitos desses profissionais possuem outras especialidades médicas. Por exemplo, 418 especialistas também são formados em Ortopedia e Traumatologia, enquanto 140 possuem formação adicional em Cardiologia. Discussão: Esses dados refletem um panorama significativo da demografia e da formação dos profissionais que atuam na medicina do trabalho no Brasil, evidenciando a predominância masculina na área, um envelhecimento da especialidade e a tendência da medicina do trabalho ser uma segunda especialidade na formação médica. Mesmo com a senilidade evidente, ainda há uma procura baixa pela área, estando entre as especialidades da residência médica com menor n mero de participantes na pesquisa do demografia medica de 2023, correspondente a um percentual de 0,1%. Por haver um crescimento de especialistas na área e um decréscimo na procura pela residência médica, evidencia-se uma grande procura pela pós-graduação na área, porém para obtenção do título de especialista é necessário comprovação de atuação na área pelo dobro do tempo de formação do programa de residência médica. **Conclusão**: Apesar do aumento significativo no número de especialistas em medicina do trabalho no Brasil e a predominância masculina envelhecida na área, há uma baixa procura por programas de residência médica. Essa situação sugere uma tendência de os profissionais buscarem essa especialidade como uma segunda formação por meio de cursos de pós-graduação. Todavia, com as mudanças para obtenção do título de especialista existe a probabilidade de mudar o perfil de profissional da medicina do trabalho.

336	Leandro Ravanelli Filho Larissa Louzada Yamaki	Síndrome de Burnout em médicos de emergência: uma revisão literária

Introdução: A Síndrome de Burnout em médicos de emergência é um problema significativo de saúde ocupacional, caracterizado pelo esgotamento emocional, despersonalização e redução da realização pessoal. Este estudo se propõe a revisar a literatura existente sobre os fatores de risco, as consequências e as estratégias de enfrentamento da Síndrome de Burnout em médicos de

emergência, com o objetivo de compreender melhor a magnitude do problema e sugerir medidas preventivas e de suporte adequadas para esses profissionais. **Objetivo:** O principal objetivo desta revisão é identificar a prevalência da Síndrome de Burnout em médicos de emergência, analisando suas repercussões tanto no ambiente de trabalho quanto na saúde mental desses profissionais. Além disso, busca-se examinar as estratégias de enfrentamento utilizadas e a eficácia das intervenções implementadas. **Método:** Para alcançar os objetivos propostos, foi realizada uma revisão literária abrangente com uma busca sistemática nas principais bases de dados científicos, como PubMed e Google Scholar. Foram selecionados estudos publicados nos últimos cinco anos que abordaram a Síndrome de Burnout em médicos de emergência. Os critérios de inclusão envolveram artigos em inglês e português, estudos quantitativos e qualitativos, e aqueles que apresentavam dados claros sobre prevalência, fatores de risco, consequências e estratégias de enfrentamento. Estudos que não se focavam especificamente em médicos de emergência ou que não forneciam dados suficientes foram excluídos. A síntese dos dados foi realizada de forma descritiva, destacando os principais achados de cada estudo. Ressalta-se que, como se trata de uma revisão de literatura, não houve coleta de dados primários, dispensando a necessidade de aprovação pelo Comitê de Ética. **Resultados:** A análise dos artigos revisados revelou uma visão abrangente e multifacetada da Síndrome de Burnout em médicos de emergência. A prevalência dessa síndrome variou significativamente entre os estudos, com taxas que oscilaram de 23% a 86,1%, dependendo de fatores contextuais, demográficos, metodológicos, geográficos e culturais. Os estudos identificaram vários fatores de risco, como a carga horária excessiva, a exposição contínua a situações de alta pressão e a falta de apoio organizacional. As consequências psicológicas incluem ansiedade, depressão e ideação suicida, além de impacto negativo no desempenho profissional e na qualidade do atendimento ao paciente. Além disso, a pandemia de COVID-19 intensificou significativamente esses problemas, exacerbando o estresse e o esgotamento destes profissionais. Diversas estratégias de enfrentamento foram identificadas, incluindo intervenções individuais, como programas de bem-estar, e intervenções institucionais, como melhoria das condições de trabalho e suporte psicológico. Estudos destacaram a importância da valorização profissional, do apoio social e da implementação de políticas públicas eficazes para promover ambientes de trabalho mais saudáveis. **Conclusão:** A Síndrome de Burnout em médicos de emergência é uma condição prevalente e influenciada por uma variedade de fatores. A pandemia de COVID-19 agravou ainda mais esse problema, destacando a necessidade urgente de intervenções especializadas. As estratégias de enfrentamento eficazes incluem tanto medidas individuais quanto institucionais, sendo crucial a colaboração entre políticas públicas e instituições de saúde para garantir o bem-estar desses profissionais e a qualidade do atendimento prestado. A promoção de um ambiente de trabalho saudável e o suporte contínuo são essenciais para mitigar os efeitos da Síndrome de Burnout e assegurar a saúde mental dos médicos de emergência.

337	Maria Carlota Brum Carolina Stefanello Ana Luisa Poersch Jésica Letícia Gusatti	Protocolo atendimento ambulatorial de segundas vítimas/ sofrimento moral: uma construção

Introdução: Evento adverso (EA) é definido por "ocorrência imprevista, indesejável ou potencialmente perigosa na instituição de saúde", conforme Joint Commission Internacional (JCI). As segundas vítimas são trabalhadores da saúde que estão envolvidos num evento adverso imprevisto para o paciente, num erro médico e/ou numa lesão relacionada com o paciente. Frequentemente, esses indivíduos se sentem pessoalmente responsáveis pelo resultado imprevisto no paciente. Muitos sentem como se tivessem falhado com o paciente, questionando suas habilidades clínicas e base de conhecimento (SCOTT et al, 2009). Em 1984 Andrew Jameton definiu sofrimento moral (SM) como "a experiência de saber a coisa certa a fazer enquanto se encontra numa situação em que é quase impossível fazê-lo" (JAMETON, 1984). Pelas últimas revisões, sofrimento moral foi classificado como o sentimento de estar moralmente comprometido: a sensação de ser incapaz de ser você mesmo em uma situação em que você sente que deveria (mas não é) capaz de fazer a coisa certa" (BATHO, 2018, p. 21). O ambulatório em Psicologia do Trabalho (SMO/HCPA) atendeu sistematicamente 212 trabalhadores em 2023, muitos deles trazendo questões relacionadas à violência assistencial e sofrimento moral vivenciados em situações adversas no ambiente de trabalho. O ingresso no ambulatório usualmente acontece de forma voluntária, através dos acolhimentos em saúde mental, no entanto 48% destes trabalhadores ingressaram em acompanhamento através de encaminhamentos internos, seja através da Gerência de Risco ou das Diretorias Institucionais. Estes casos, seja pela intensidade das demandas, bem como pela forma de encaminhamento, traduzem a necessidade de construção e viabilização de um protocolo de atendimento às segundas vítimas e aos trabalhadores com sofrimento moral, que auxiliará na formulação de capacitação, no atendimento e no manejo específico que estes casos requerem. **Objetivos:** Elaborar um protocolo para implementação de um ambulatório de acolhimento mental para segundas vítimas e trabalhadores com sofrimento moral em hospital terciário de alta complexidade em Porto Alegre/RS. **Metodologia:** Revisão de literatura atualizada no tema nas bases de dados Medline, PubMed e SciELO. A biblioteca virtual em saúde da FIOCRUZ Brasília. Protocolos públicos de outros hospitais servirão de modelo na organização do fluxograma específico desta proposta. Levantamento de indicadores de entrevistas com profissionais que atuam diretamente nos atendimentos às segundas vítimas realizados no Serviço de Medicina Ocupacional (SMO). **Resultados:** Esse atendimento ambulatorial será para trabalhadores da saúde que estejam envolvidos num evento adverso imprevisto para o paciente - segundas vítimas e trabalhadores do HCPA que estejam manifestando sofrimento moral a partir de situações eticamente comprometidas. Realizado por Psicólogos, Psiquiatras, Médicos do Trabalho, Médicos Clínicos, Assistente Social e Enfermeiros do Trabalho do Serviço de Medicina Ocupacional HCPA capacitados para esse tipo de atendimento. Para organizar e operacionalizar este protocolo, será

realizado um fluxograma com encaminhamentos esquematizados, onde após avaliação, será incluído na agenda ESM (ESPECÍFICO SAÚDE MENTAL). O nome pensado para esse ambulatório visa a confidencialidade e sigilo, para que o trabalhador sinta-se seguro e acolhido. Além disso, o atendimento será evoluído no prontuário ocupacional eletrônico exclusivo do SMO, preservando a integração de dados ocupacionais, um cuidado a mais em relação à privacidade do trabalhador. **Conclusão:** Ao dar visibilidade a esta demanda, este protocolo, mais do que um produto, se propõe a ser uma ferramenta coletiva de trabalho e assistência aos trabalhadores. Este protocolo não apenas reconhece a profundidade e a complexidade do impacto dos eventos adversos e do sofrimento moral, mas também oferece um suporte estruturado e confidencial, essencial para o bem-estar desses trabalhadores. Esta criação representa um avanço significativo na assistência à saúde mental dos profissionais de saúde do HCPA.

340	Isabella Valentini Ferreira Alana Ponte Correia Jéssica Iracema Diogo Luís Felipe Seiti Sekiya Ivan Dieb Miziara João Silvestre Silva-Junior	Benefícios previdenciários por incapacidade laborativa relacionada a tontura (2019 a 2021)

Introdução: A tontura é definida como a sensação de perturbação do equilíbrio corporal, sendo frequentemente acompanhada de quedas recorrentes. Estas podem causar fraturas e consequências ainda mais graves, como a incapacidade para as atividades básicas da vida diária e para o trabalho, provocando impactos significativos para o indivíduo e a sociedade (1). Entretanto, nem sempre sua causa é bem estabelecida, assim como os dados podem ser insuficientes para uma boa prática preventiva na área ocupacional. A prevalência de tontura é alta na população em geral, sendo estimada em 42% na cidade de São Paulo (1). Esse sintoma causa incapacidade em 27% dos indivíduos, sendo que em 8,7% dos casos pode ser atribuído a disfunções do sistema vestibular (1). Estudos com trabalhadores de uma população saudável analisada demonstraram uma incidência de 23% de tontura em um mês (2), e uma prevalência ao longo da vida de 25 % (3). Entre as pessoas que apresentam tontura, 35% se encontram em idade produtiva, entendida como a idade entre 18 e 65 anos (4). **Objetivos**: Mensurar o número de benefícios concedidos por incapacidade laborativa por tontura entre 2019 e 2021. **Métodos:** Estudo ecológico a partir de dados públicos extraídos do Anuário Estatístico da Previdência Social a respeito dos benefícios concedidos por incapacidade laborativa relacionados ao diagnóstico de “Tontura e Instabilidade” (CID-10 R42) no período entre 2019 e 2021. Os benefícios foram estratificados quanto à espécie (acidentário/relacionado ao trabalho, e previdenciário/ não relacionado ao trabalho) e duração da incapacidade (temporário ou permanente). **Resultados:** Entre os anos de 2019 e 2021, foram concedidos 1075 benefícios por incapacidade laborativa no total, com uma média de 358 benefícios/ano. O ano com maior número de benefícios foi 2019 (568), enquanto o com menor foi 2020 (173),

valor este que voltou a aumentar em 2021 (334). Foram da espécie acidentária 16 destes casos (1,48%) e 1059 (98,52%) não relacionados ao trabalho - espécie previdenciária. Em relação à duração dos benefícios por doença relacionada ao trabalho, todos eles foram relacionados à incapacidade temporária (B91) e nenhum à permanente (B92). Sobre os benefícios não relacionados ao trabalho, 1025 (96,78%) foram temporários (B31) e 34 (3,22%) permanentes (B32). **Conclusão**: Os dados demonstram haver benefícios, em maioria previdenciários e temporários, indicando a existência de situações em que apenas o sintoma de tontura foi o suficiente para o reconhecimento da incapacidade laborativa. Embora não permitam a identificação das ocupações dos trabalhadores afastados, pode-se supor que elas envolvessem atividades em que a ocorrência do sintoma provocasse alto risco à segurança do próprio trabalhador ou de terceiros, como operação de máquinas, trabalho em altura, manipulação de perfurocortantes ou condução de veículos. O conhecimento a respeito desses dados pode permitir a elaboração de programas direcionados à prevenção e reabilitação desses trabalhadores, reduzindo os impactos sociais e econômicos resultantes da tontura.

342	Sheila de Castro Cardoso Toniasso Vittoria Calvi Sampaio Raquel Boff da Costa Camila Pereira Baldin Nelson David Suarez Uribe Dvora Joveleviths	Avaliação da hepatotoxicidade em pacientes que fizeram uso de medicamentos antineoplásicos e neuromoduladores

Introdução: A hepatotoxicidade é um dano ao fígado com diversas possibilidades de agentes. O termo DILI (drug induced liver injury) é utilizado quando o medicamento é identificado como o responsável. **Objetivos**: Avaliar DILI em trabalhadores que utilizaram medicamentos neuromoduladores e antineoplásicos em um hospital universitário. **Método**: Estudo transversal e retrospectivo. Foi analisada a possibilidade de DILI induzida pelos fármacos neuromoduladores: carbamazepina, duloxetina e gabapentina utilizados por pacientes durante a internação e pelos fármacos antineoplásicos: capecitabina, cisplatina, oxaliplatina, 5-fluorouracil e sorafenibe utilizados durante a internação ou via ambulatorial, no Hospital do estudo, no período de janeiro de 2019 a janeiro de 2020, antes da pandemia de COVID-19. Também foi realizada a presença da DILI em pacientes que utilizaram atezolizumab+bevacizumab no período de junho de 2021 a junho de 2023. Os dados foram coletados através de histórico médico e registrados para analisar as variáveis epidemiológicas, clínicas e desfechos. **Resultados**: 1261 pacientes utilizaram medicamentos neuromoduladores no hospital em questão e, destes, 105 apresentaram alterações de provas de função hepática, sendo 0,24% (n=3) devido a DILI. Dos pacientes em uso dos medicamentos antineoplásicos (n=245), 43 pacientes apresentaram provas de função hepática alteradas, sendo 2,0% (n=5)

causadas por DILI. Não tivemos nenhum caso de DILI nos pacientes que utilizaram atezolizumab+bevacizumab. Menos de 10 % dos participantes de pesquisa tinham a sua atividade laboral descrita nos prontuários revisados. **Conclusões**: Obteve-se uma frequência baixa de DILI em pacientes que utilizaram neuromoduladores e antineoplásicos, o que poderá significar um perfil seguro em relação ao uso desses fármacos, demonstrando uma menor toxicidade ao longo do tempo. Observou-se uma tendência nos medicamentos antineoplásicos de uma maior incidência de DILI quando comparado aos neuromoduladores, o que é esperado, uma vez que o perfil do paciente em tratamento para câncer está mais comprometido.

343	Paulo Vitor Correia Carmen Lúcia Kauer Danieli de Paula Rodrigues Anderson Yudi Takahasi Vinicius Clini Júlia Kauer de Nadal	Programa de rastreamento, prevenção e tratamento de doenças crônico-degenerativas não transmissíveis para trabalhadores da indústria: resultados de dois anos de acompanhamento

Introdução: O exame ocupacional é o principal acesso do trabalhador ao sistema de saúde, tornando-se uma oportunidade para avaliar, orientar e tratar a saúde do trabalhador além das demandas ocupacionais. **Objetivos**: Implementar um programa de rastreamento, prevenção e tratamento de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) para trabalhadores da indústria para melhoria da qualidade de vida e saúde e redução dos custos com saúde suplementar oferecida pela empresa. As ações do programa foram incorporadas no exame periódico ocupacional. O custo para realização dos exames do programa teve a coparticipação do empregado isentada. **Métodos**: É um estudo prospectivo com 3382 trabalhadores, distribuídos em 4 unidades fabris, nos Estados de Rio Grande do Sul e São Paulo, avaliados no período entre julho de 2022 a junho de 2024, totalizando 2 anos. Foram acompanhadas oito Doenças Crônicas Não Transmissíveis: Hipertensão Arterial Sistêmica, Diabetes mellitus, Dislipidemia, Tabagismo, Obesidade, Sedentarismo, Ansiedade, Depressão e cinco Neoplasias: Mama, Próstata, Cólon, Pulmão e Colo de Útero. Os instrumentos utilizados e suas respectivas periodicidades para rastreamento foram baseados nas diretrizes das sociedades médicas nacionais e internacionais como a U.S. Preventive Services Task Force. Com a detecção do fator de risco ou doença foi fornecida orientação e tratamento. O empregado foi convidado a participar de um dos programas: estímulo à atividade física, saúde mental, tratamento da obesidade e cessação do tabagismo. Analisou-se a epidemiologia dos fatores de risco e doença em comparação com os dados da população brasileira. Calculou-se os custos potencialmente evitáveis de internação e tratamento do ano anterior a partir de dados fornecidos pelo plano de saúde suplementar da empresa. **Discussão:** A prevalência de tabagismo, hipertensão arterial, obesidade, dislipidemia e diabetes mellitus foi menor nos trabalhadores do estudo em comparação a população brasileira. Em relação ao

sedentarismo a prevalência foi maior nesses trabalhadores. A saúde mental foi avaliada por questionários para transtornos mentais mais comuns, sendo eleitos os questionários PHQ9 e GAD7. **Conclusão:** Os resultados obtidos neste estudo direcionam para a viabilidade financeira do projeto de implementação do programa de rastreamento, prevenção e tratamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis e Neoplasias para trabalhadores da indústria. Durante os 2 anos do programa, houve redução significativa dos custos estimados para o tratamento de doenças como a obesidade, câncer de cólon, redução do tabagismo e tratamento multiprofissional para ansiedade e depressão.

344	Sheila de Castro Cardoso Toniasso Nelson David Suarez Uribe Patrícia Gabriela Riedel Ana Carolina Lazzari Hidayat Ullah Kassim Dvora Joveleviths	Avaliação de fibrose hepática por elastografia em agricultores expostos ao etilenobisditiocarbamato (ebdc) e 2,4-d: análise preliminar

Introdução: A agricultura brasileira tornou-se um dos principais pilares na produção de alimentos no mundo, sendo o Rio Grande do Sul o maior cultivador de uvas do país. O setor agrícola utiliza intensivamente insumos químicos como fertilizantes e agrotóxicos, tornando o Brasil um dos maiores consumidores de pesticidas do mundo. Os Etilenobisditiocarbamatos (EBDCs) são fungicidas amplamente utilizados, sendo o Mancozeb um dos seus principais representantes. Por outro lado, o 2,4-D (Ácido diclorofenoxiacético) é um dos principais herbicidas utilizados na cultura de grãos. **Objetivo**: Avaliar grau de fibrose e/ou esteatose nos trabalhadores expostos a estes pesticidas, comparar com grupo controle de não-expostos, correlacionar com bioquímica, estresse oxidativo e genotoxicidade. **Métodos**: Estudo observacional do tipo caso-controle. Serão avaliados 150 agricultores divididos em três grupos: um grupo controle com 50 participantes e 2 grupos expostos: 50 expostos ao 2,4 D e 50 expostos ao Mancozeb. Além dos dados oriundos dos trabalhos fontes será realizada elastografia hepática em todos os grupos. **Resultados**: Após confirmação do efeito hepatotóxico da exposição crônica ao Mancozeb e 2,4-D nos trabalhos fontes, onde foi encontrada diferença estatisticamente significativa quando comparados grupos expostos com o grupo controle, neste trabalho os autores estão desenvolvendo o primeiro modelo clínico de hepatotoxicidade dos agrotóxicos, avaliando rigidez hepática com o método não invasivo elastografia hepática (FibroScan) . Na análise preliminar foi visto um incremento no marcador de rigidez hepática, expressado em kPa no grupo exposto ao 2,4D onde 16%(8/50) apresentaram um grau de rigidez > 7,1 kPa compatível com F1 comparado com apenas 3%(1/33) no grupo controle onde apenas um apresentou fibrose. Por outro lado, a avaliação de esteatose continuou o mesmo padrão, atingindo maiores valores de CAP (Controlled attenuation parameter) no grupo exposto ao 2,4D 28% (14/50) comparado com 24% (8/33) no grupo controle apresentaram valores

de CAP > 268% confirmando esteatose, dados que serão confirmado após avaliação total da amostra além do grupo Mancozeb. **Conclusões**: A conclusão até o momento é que a exposição crônica ao 2,4-D aumenta o grau de esteatose, podendo desenvolver fibrose. Trata-se de um estudo pioneiro na linha de pesquisa sobre hepatotoxicidade dos agrotóxicos no Brasil, não existem estudos avaliando fibrose por elastografia hepática em indivíduos expostos ao Mancozeb e 2,4-D.

345	Sheila de Castro Cardoso Toniasso Camila Pereira Baldin Vittoria Calvi Sampaio Patricia Ribeiro Rigo Hidayat Ullah Kassim Dvora Joveleviths	Avaliação da toxicidade do herbicida 2,4-d em agricultores do Rio Grande do Sul

Introdução: No Brasil, o agronegócio ampliou o uso de insumos químicos, como agrotóxicos e fertilizantes, em toda sua cadeia, para manter a produção adequada. Em virtude disso, o país é um dos maiores consumidores de pesticidas do mundo. O Ácido 2,4-diclorofenoxiacético (2,4-D) é um herbicida amplamente utilizado para controlar as ervas daninhas, especialmente nas plantações de soja, no Brasil e no mundo. Quanto a esse composto, a grande preocupação se refere principalmente à exposição crônica, por tratar-se de uma substância que tem se mostrado hepatotóxica em diferentes modelos animais. **Objetivos**: Avaliar a toxicidade do herbicida 2,4-D em trabalhadores expostos e não expostos no Rio Grande do Sul. **Métodos**: Estudo transversal prospectivo, no estado do Rio Grande do Sul, comparando 54 agricultores expostos ao 2,4-D, procedentes da região do planalto médio (expostos) e 51 agricultores orgânicos da região da grande Porto Alegre, não expostos (controles). Foram avaliados, em expostos e controles: bioquímica, estresse oxidativo, genotoxicidade (através de micronúcleos e análise de telômeros) e dosagem de 2,4-D na urina. **Resultados**: Os grupos eram semelhantes em idade e IMC, sendo a amostra predominantemente masculina. Foi detectado 2,4-D em 25% dos controles e 88,5% dos expostos. Comparando o grupo exposto ao grupo controle, encontraram-se concentrações urinárias de 2,4-D significativamente mais elevadas nos expostos ($p<0,001$). Entre todas as variáveis bioquímicas analisadas, não foi encontrada significância estatística, com exceção da creatinoquinase (CK), que apresentou níveis mais elevados nos expostos ($p<0,05$). Além disso, foi mostrado que a exposição ao 2,4-D está associada com alterações relevantes em marcadores de estresse oxidativo. Nos expostos, houve aumento nas espécies reativas ao ácido tiobarbitúrico (TBARS), com $p<0,001$, e da catalase (CAT), $p<0,001$, paralelamente à reduções na superóxido dismutase (SOD), com $p<0,001$. Também constatou-se que a exposição ao 2,4-D pode levar ao dano do DNA, com encurtamento dos telômeros em expostos ($p=0,001$). **Conclusões**: Por conseguinte, pela primeira vez no Brasil, foi possível realizar o biomonitoramento do 2,4-D em humanos. Exceto pela creatinoquinase, os exames de bioquímica

não demonstraram diferenças significativas entre os grupos. O aumento da peroxidação lipídica e da atividade de enzimas antioxidantes nos expostos ao 2,4-D confirmaram sua toxicidade através de estresse oxidativo, componente que tem importante papel na potencial hepatotoxicidade pelo 2,4-D. A genotoxicidade desse herbicida foi bem caracterizada, com a diminuição dos telômeros no grupo exposto.

348	Milena Lessa da Silva Berenice Scaletzky Catharina Anselmini Accorsi Pedro Henrique Consorte dos Santos Rafaela Gageiro Luchesi Soares Vanessa Predebon	Educação em medicina do trabalho nas escolas médicas do Rio Grande do Sul: análise curricular

Introdução: A medicina do trabalho como especialidade médica foi reconhecida no século 18 e vem se renovando com o passar dos anos[1]. Contudo, no contexto brasileiro, o que se percebe é a falta de padronização do ensino da medicina do trabalho nas universidades, prejudicando o seu aprendizado de forma eficaz[2]. **Objetivos:** Analisar o panorama do ensino da medicina do trabalho nas faculdades de medicina no estado do Rio Grande do Sul. **Metodologia:** Estudo descritivo com análise documental dos currículos vigentes nas 20 faculdades de Medicina do Rio Grande do Sul (RS), abrangendo instituições públicas e privadas. As variáveis analisadas foram: o semestre no qual a disciplina é ministrada, a carga horária e a individualidade do assunto, seja como disciplina específica, disciplina eletiva ou incorporada a outras matérias do curso. Os currículos foram coletados dos sites das universidades. Foi realizada tentativa de contato por e-mail com a coordenação do curso em duas ocasiões para solicitar as ementas das disciplinas. **Resultados:** Entre as 20 escolas médicas do estado do RS, apenas 5 (25%) possuem uma disciplina específica de medicina do trabalho. Três delas (15%) têm o assunto abordado dentro de outras disciplinas, sendo duas dentro de saúde coletiva e a outra dentro de saúde e sociedade. Duas universidades ofertam a disciplina de forma eletiva (10%) e 9 (45%) não possuem ou não citam no site e planos de ensino a medicina do trabalho. Em relação ao semestre ministrado, dentre as universidades que apresentam a disciplina específica, temos a seguinte distribuição: 1 no terceiro semestre; 2 no sexto; 1 no sétimo e 2 no oitavo. Em relação à carga horária, uma é de 40 horas, 2 são de 60 horas e o restante das três são de 30 horas. As universidades que oferecem o ensino dentro de saúde coletiva possuem uma carga horária de 80 horas (sendo uma ofertada no oitavo semestre e a outra no quarto) e a instituição que oferece dentro de saúde e sociedade possui 30 horas (ofertada no sexto semestre), sendo que nenhuma delas descreve a carga horária que é destinada a medicina do trabalho individualmente. As duas universidades que oferecem como eletiva possuem 30 horas, sendo uma oferecida no oitavo semestre e a outra não possui delimitação de período. Esses dados são encontrados nos sites das

universidades, contudo, a tentativa de contato por e-mail teve retorno de 11 (55%) universidades e não obtivemos informações adicionais além dos dados públicos. **Conclusão:** Em suma, o ensino da medicina do trabalho no Rio Grande do Sul é deficiente, com a maioria das escolas médicas não abordando o tema em seus currículos ou integrando o tópico em outra disciplina com menor carga horária ao assunto. Essa lacuna prejudica a capacidade dos futuros profissionais em lidar com doenças relacionadas ao trabalho, impactando negativamente na sustentabilidade do sistema de saúde. Esse estudo põe em evidência a necessidade do fortalecimento do ensino da medicina do trabalho no estado, considerando as disparidades curriculares, carga horária e conteúdo. Valorizar essa área é essencial para uma formação médica completa, alinhada com as necessidades da saúde pública.		
349	André Bueno Rocha Moreira Alves João Silvestre da Silva-Júnior Marcelo Pustiglione Pablo Cristian Mocellin	Do quê e porquê adoecem e morrem os trabalhadores rurais no Brasil: uma revisão bibliográfica
Introdução: A história do Brasil está profundamente ligada à sua base agrária. A transição do trabalho manual para o mecanizado aumentou a exposição a riscos, resultando no adoecimento do trabalhador rural. **Objetivos:** Esta pesquisa tem como objetivo principal identificar as causas do adoecimento e óbitos entre trabalhadores rurais no Brasil, correlacionando esses problemas com a atividade laboral e os óbitos dessa população. Além disso, busca discutir como proporcionar cuidados específicos em segurança e saúde do trabalho para esses trabalhadores, analisando o papel do Estado e de outras instituições em ações preventivas, curativas e de reabilitação. **Métodos:** Trata-se de uma revisão narrativa de artigos publicados entre 2000 e 2023 nas bases de dados da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), LILACS, PubMed, SciELO, Google Scholar e legislação brasileira. **Resultados:** Os resultados revelam que os trabalhadores rurais enfrentam vários riscos à saúde, incluindo exposição a agrotóxicos, radiação solar e acidentes com máquinas e animais, podendo levar a graves doenças e acidentes fatais. Além disso, as condições de trabalho frequentemente envolvem esforço físico intenso, contribuindo para a ocorrência de lesões relacionadas ao trabalho. **Conclusão:** Esta pesquisa enfatiza a necessidade de conscientização, melhoria no acesso aos serviços de saúde e a criação de condições de trabalho mais seguras, além de políticas específicas voltadas às necessidades dessa população. A coleta de dados confiáveis e a redução de subnotificações são fundamentais para orientar políticas eficazes, dado que a saúde dos trabalhadores rurais no Brasil é um problema complexo que abrange fatores socioeconômicos, ambientais e de saúde pública.		
350	Maria Luisa Cordeiro Cavalcante Thomaz de Cerqueira Marília Fernandes Soares de Melo	Classificação de Schilling aplicada a um caso clínico

Introdução: O estabelecimento de nexo causal na medicina ocupacional é um tópico vasto com infinitas variáveis. Por isso, ferramentas que auxiliem no raciocínio clínico são necessárias e, dentre elas, a classificação de Schilling é especialmente efetiva. Neste trabalho, enfatiza-se a utilidade desta classificação no contexto de um caso clínico incomum. **Relato de caso:** Sexo feminino, 34 anos, função auxiliar de expedição em indústria de acessórios. Os riscos ocupacionais são ruído contínuo ou intermitente, exigência de postura inadequada, trabalho sentado e em pé e acidentes. Ela compareceu ao exame de retorno ao trabalho em 14/06/2024, após 30 dias de afastamento, devido a quadro de linfedema em membro inferior direito (MID). Relatou que os sintomas surgiram após a admissão em 29/02/2024, porém não soube precisar o tempo entre a admissão e o início dos sintomas. Referiu que, inicialmente, o edema progredia ao longo do dia e regredia durante o sono, com piora progressiva até que o edema se manteve constante e acompanhado de câimbras. Recebeu diagnóstico de linfedema grau II de provável etiologia primária, confirmado por linfocintilografia em 17/05/2024. No momento da consulta, apresentava edema de MID 4+/4+, indolor, elástico e queixa de dor intensa local, principalmente à ortostasia prolongada. Em uso de dobesilato de cálcio, diosmina e hesperidina, além de escitalopram e ramelteona para quadro de ansiedade e depressão. Referiu, ainda, que a solicitação de auxílio incapacidade do INSS foi negada, pois tinha cumprido o período de carência. Foi solicitado relatório de médico assistente e a trabalhadora retornou em 10/07/2024 com parecer de angiologista atestando incapacidade permanente para a função. Foi solicitada a mudança de função para a empresa, que remanejou para a função auxiliar administrativo e encaminhou para o exame de mudança de riscos em 18/07/2024. Em 19/07/2024 a trabalhadora retornou para realizar exame demissional. **Discussão:** Na ausência de perspectiva de cura, como neste caso, o manejo dos sintomas torna-se o principal objetivo do tratamento sendo a atividade laboral fator decisivo na qualidade de vida do trabalhador. Portanto, determinar a causalidade torna-se imprescindível. A classificação de Schilling consiste em 3 grupos: I – trabalho como fator necessário, II - trabalho como fator contributivo e III - trabalho como fator provocador ou agravador. Neste caso, uma alteração primária previamente desconhecida foi a causa base da doença, o que torna o nexo causal questionável à primeira vista, porém utilizando a lógica dos critérios de Schilling para otimizar a forma de compreendermos os eventos e, considerando a fisiopatologia e história natural do linfedema, é possível afirmar que as condições de trabalho tiveram papel significativo na velocidade do agravo clínico de uma patologia latente. Dessa forma, a conclusão é que este caso se enquadra no grupo III - trabalho como fator provocador ou agravador. **Conclusão:** O nexo causal nem sempre é evidente, especialmente em casos com condições latentes previamente desconhecidas. Todavia, ao considerar os riscos ocupacionais, as limitações do trabalhador e suas relações com as demandas da função por meio de ferramentas como a classificação de Schilling, este panorama se torna mais claro, especialmente para aqueles ainda inexperientes na área da medicina do trabalho.

352	Alana P. Correia Felipe Seiti Sekiya Isabella Valentini Ferreira Jéssica Iracema Diogo Luis Ivan Dieb Miziara João Silvestre Silva-Junior	Fibromialgia incapacitante: estudo ecológico dos benefícios previdenciários de 2018 a 2021

Introdução: A fibromialgia é uma síndrome dolorosa crônica generalizada que pode ter repercussões negativas na qualidade de vida e no trabalho[1]. O seu diagnóstico e estratificação de gravidade são complexos e eminentemente clínicos. A prevalência na população geral varia entre 2 e 4%, acometendo principalmente mulheres em idade economicamente ativa[2]. Pessoas com fibromialgia podem enfrentar desafios para atender às demandas físicas, psicológicas ou ambientais do mundo dotrabalho3, a depender da gravidade dos sintomas. Estes quadros podem resultar em situações de presenteísmo ou incapacidade para o trabalho, demandando a solicitação de benefícios previdenciários em decorrência de limitações impostas peladoença4. **Objetivos**: Apresentar a frequência de concessão de benefícios por incapacidade laborativa em decorrência de fibromialgia no Brasil. **Métodos**: Estudo ecológico a partir de dados públicos coletados no Anuário Estatístico da Previdência Social referente aos benefícios por incapacidade concedidos entre 2018 e 2021 cujo diagnóstico foi “Outros Transtornos dos Tecidos Moles Não Classificados em Outra Parte” (CID-10 M79), classificação que inclui a Fibromialgia (CID M79.7). Os benefícios foram analisados quanto à espécie(previdenciários, ou não relacionados ao trabalho, e acidentários, quando quadros relacionados ao trabalho) e duração da incapacidade (temporários e permanentes),com estratificação por sexo. Resultados: Foram concedidos no período analisado 22.721 benefícios por incapacidade relacionada ao código, sendo 1.116 acidentários (4,91%) e 21.605previdenciários (95,09%). Na primeira categoria, 1.083 foram auxílio por incapacidade temporária (B91) (97,04%) e 33 aposentadorias por incapacidade permanente (B92) (2,96%). Na segunda categoria, os valores foram 21.001temporários (97,20%) e 604 permanentes (2,80%). Estratificando por sexo, foram concedidos 5.261 benefícios para trabalhadores do sexo masculino (23,16%) e17.460 para aquelas do sexo feminino (76,84%). Sobre a evolução da concessão dos benefícios, o ano com maior número foi 2018, totalizando 7.847, enquanto o menor foi 2020, com 2.881. Houve uma diminuição de 39,2% no segundo biênio comparativamente ao primeiro, que foi o período da pandemia de Covid-19, quando houve suspensão de perícias médicas no INSS. **Conclusões**: Os benefícios por fibromialgia foram concedidos principalmente para mulheres, em caráter temporário por quadros não relacionados ao trabalho. Ressalta-se que a fibromialgia não evolui com deformidade ou outras sequelas físicas, cursando com períodos de melhora e piora da doença5, justificando o menor número de benefícios por incapacidade permanente. Verificou-se uma correspondência entre benefícios concedidos com a incidência da doença na população, ambos

maiores no sexo feminino. Sendo a fibromialgia uma doença multifatorial, torna-se difícil o estabelecimento de nexo ocupacional6, dado compatível com o baixo número de benefícios acidentários concedidos. O trabalho tem um papel relevante na vida adulta, sendo essencial não só do ponto de vista financeiro, como do ponto de vista social e econômico7. A fibromialgia é uma doença com maior impacto na população feminina que corresponde a uma parcela importante da força de trabalho do país e se bem manejada, dentro e fora do contexto ocupacional, é possível preservar a funcionalidade e manter o paciente com fibromialgia ativo no mercado de trabalho de maneira saudável, reduzindo gastos em saúde e com afastamentos. O presente estudo sinaliza a importância da prevenção da incapacidade laborativa dos trabalhadores com fibromialgia, sobretudo na população feminina, reforçando a necessidade de adequação das exigências ocupacionais, de forma individualizada, às suas condições físicas e mentais, repensando exigências dentro das condições ergonômicas físicas, organizacionais e cognitivas disponibilizadas ao trabalhador.		
353	Rui Bocchino Macedo Anelise de Barros Kotlevski Bruna Repinoski Nosshe Helenara Rodrigues Rafaela Przysiezny Casagrande	Hepatite B e acidentes ocupacionais com perfurocortantes
Introdução: A hepatite B constitui um grave problema de saúde pública, tanto pela sua alta morbimortalidade, quanto devido à sua elevada incidência entre a população. A transmissão da doença ocorre, significativamente, por via parenteral, via essa também caracterizada como um relevante meio de exposição ocupacional a materiais biológicos por acidentes com perfurocortantes, o que torna a transmissão de hepatite B por tal meio uma preocupação alarmante e que demanda plano de ações, sobretudo, preventivas, para a proteção do trabalhador exposto ao risco. **Objetivo**: Esse estudo tem por objetivo realizar uma revisão de literatura sobre a transmissão de hepatite B pela exposição a materiais biológicos no ambiente de assistência à saúde, com enfoque na manipulação de perfurocortantes. **Métodos**: Foi realizado um levantamento bibliográfico por meio de pesquisa em periódicos e bancos de dados, como Google Scholar, Scielo, PubMed, com foco em epidemiologia, fisiopatologia, diagnóstico, manifestações clínicas e tratamento, além de estudos que abordam exposições biológicas por materiais perfurocortantes, fatores de risco no ambiente de trabalho, prevenção, legislação e manejo pós-acidente. Resultados: Foram incluídos 41 acervos literários de 2001 a 2023, escritos em língua portuguesa e inglesa, discutidos no decorrer do estudo. **Conclusão**: A implementação e cumprimento de medidas de prevenção, diagnóstico e tratamento, aliados a identificação dos riscos ocupacionais e direcionamento de ações preventivas aos meios de transmissão da hepatite B são fatores imprescindíveis para reduzir a ocorrência de acidentes com instrumentos perfurocortantes, e, consequentemente,		

mitigar o risco de exposição à material biológico nos ambientes de assistência à saúde, colaborando, portanto, para o controle da infecção por hepatite B na esfera ocupacional.

354	Stephania Morreale Bruna Roberta Muntanelli Augusto João Manuel Ivan Dieb Miziara João Silvestre da Silva Junior	COVID-19 e incapacidade permanente para o trabalho: benefícios concedidos entre 2017-2022

Introdução: A Covid-19, originada pela infecção pelo vírus SARS-CoV-2, resulta em uma síndrome respiratória aguda grave. (1) A propagação global da pandemia afetou significativamente não apenas o setor de saúde, mas também o setor de transporte e comércio em praticamente todos os países. (1) O impacto econômico causado por pagamentos de indenizações e auxílios teve repercussões negativas marcantes em escala mundial. No Brasil, a previdência social é entendida como o segmento da Seguridade Social, composta de um conjunto de princípios, de regras e de instituições destinada a estabelecer um sistema de proteção social, mediante contribuição compulsória. (2) O objetivo é proporcionar os meios indispensáveis de subsistência ao segurado e à sua família em casos de doença, invalidez, morte, velhice, maternidade e desemprego, conforme previsto em lei. (2) Nesse contexto, inclui-se a cobertura de eventos de incapacidade temporária ou permanente para o trabalho. A aposentadoria por invalidez ou incapacidade permanente para o trabalho será concedida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz para o trabalho e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência enquanto permanecer nessa condição. (4) Trata-se, portanto, de um benefício garantido aos segurados permanentemente inválidos para a realização de qualquer trabalho. Assim, o apoio aos vitimados pela Covid-19 que se tornaram incapazes para o trabalho devido à doença passa a ser uma questão de garantia de direitos prestacionais pelo Estado. (5) Neste estudo, busca-se comparar o número de benefícios por incapacidade permanente concedidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) relacionados à Covid-19. **Objetivo**: Descrever a frequência de benefícios por incapacidade permanente concedidos pelo INSS devido à Covid-19 no período de 2017 a 2022. **Métodos**: Este é um estudo ecológico utilizando dados públicos secundários obtidos do site "Infologo AEPS". Os critérios foram: informações numéricas de concessão de benefício para o grupo CID10 A00- B99 "Algumas Doenças infecciosas e parasitárias”. Os resultados foram referentes a benefício de "aposentadoria por invalidez", selecionando os anos de 2017 a 2022. OS benefícios eram da espécie B32 – auxílio por incapacidade permanente previdenciário/aposentadoria por invalidez previdenciária e B92 - auxílio por incapacidade permanente acidentário/ aposentadoria por invalidez acidentária. **Resultados**: Antes da pandemia de Covid-19, entre os anos de 2017 e 2019, os benefícios por incapacidade permanente concedidos considerando o grupo "Algumas Doenças Infecciosas e Parasitárias" tinham o

CID-10 B34 em décimo lugar, com apenas 10 benefícios totais deferidos o que representa 0,1%. No entanto, entre os anos de 2020 e 2022, o CID-10 B34 subiu para a segunda causa mais comum, com um total de 494 benefícios o que representa 10,1%, ficando atrás apenas dos benefícios concedidos devido à infecção pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV)- CID10 B20 e B24.Ao considerar o número de benefícios previdenciários, foram registrados 324 casos do CID-10 B34, representando 2,4% do total, e 121 benefícios acidentários, correspondendo a 19% do total. **Conclusão**: Os benefícios concedidos devido à Covid-19 tiveram um impacto substancial no INSS. A COVID-19 longa, também conhecida como síndrome pós-COVID-19, refere-se a uma série de sintomas persistentes que continuam por semanas ou meses após a infecção inicial pelo coronavírus. Pessoas que sofrem dessa condição podem estar elegíveis para benefícios do INSS, como auxílio por incapacidade permanente previdenciário ou acidentário, dependendo da gravidade e impacto dos sintomas na capacidade de trabalho. (6) Esta consequência da infecção por covid-19 pode ter relação com os dados encontrados. Será necessária uma avaliação contínua dos benefícios concedidos nos anos seguintes para monitorar a tendência e entender melhor as implicações a longo prazo.

355	Fernando Henrique de Assis Gabriella Dâmares Sousa Silva Rafael Ribeiro de Assis	O motorista profissional esquizofrênico: relato de caso

Relato de caso: Paciente MVS, 26 anos, motorista de veículos leves de uma grande mineradora, funcionário da empresa há 4 anos, com Carteira Nacional de Habilitação (CNH) categoria B. Desde à admissão trabalha como motorista na empresa e desde quando realizou seu exame no Detran e exame admissional, possuía histórico de depressão. Em todos os exames periódicos da empresa foram solicitados relatórios do seu médico psiquiatra assistente. No último exame periódico (há 7 meses), permanecia com quadro de depressão, em bom acompanhamento e bom controle clínico. Não havia histórico de afastamentos por quadros psiquiátricos até então. Porém, passados esses 7 meses do último exame periódico, o paciente começou a acumular faltas no trabalho, atrasos e um sinistro de trânsito sem vítimas. Foi encaminhado ao setor de medicina do trabalho, que constatou incapacidade temporária, reencaminhou ao médico assistente e solicitou relatório do psiquiatra. Após algum tempo, o paciente retornou ao serviço de saúde ocupacional, portando novo relatório, com solicitação de afastamento por no mínimo 90 dias, após mudança no padrão de comportamento da doença mental, instabilidade clínica, surto a esclarecer, início de reajuste medicamentoso e constatada necessidade de reavaliação psiquiátrica em menor tempo a partir de então. Foi encaminhado também à perícia médica federal. Após avaliação pelo médico perito do INSS, houve concessão de afastamento do trabalhador por 365 dias. Neste período, ele permaneceu em acompanhamento rigoroso com seu psiquiatra assistente. Ao comparecer no exame de retorno ao trabalho da empresa, um ano depois, novo relatório psiquiátrico foi solicitado. O paciente então, estava em uso de mirtazapina 30 mg/dia, olanzapina 10 mg/dia e clorpromazina 50 mg/dia. Foi

constatada uma nova hipótese diagnóstica: esquizofrenia. Neste período, houve estabilização da doença, sem surtos psicóticos há 10 meses, com boa aderência ao tratamento no último ano e acompanhamento psiquiátrico regular. Neste período, a CNH do paciente venceu e ele foi orientado pelo médico do trabalho a comparecer no Detran para avaliação. Após cerca de 5 anos, o paciente então realizou uma nova perícia médica no Detran, portando o mesmo relatório que havia apresentado ao médico do trabalho da empresa e relatou toda a história ao médico do tráfego. Realizou exame médico e psicotécnico, com aprovação em ambos os exames. O médico perito de trânsito explicou ao paciente que, conforme diretriz atual da Associação Brasileira de Medicina do Tráfego (ABRAMET), portadores de esquizofrenia podem ser habilitados unicamente na categoria B (o que era o caso do paciente), desde que sem surtos psicóticos há pelo menos 6 meses e com bom acompanhamento e seguimento há 1 ano, o que também era o caso do paciente. Além disso, passou por avaliação psicológica rigorosa para exercer atividade remunerada (testes de memória, atenção, concentração, personalidade e outros), com aprovação. Conforme a diretriz orienta, o médico do tráfego reduziu a validade da CNH do paciente, de 10 anos para 2 anos, pela necessidade de reavaliação contínua em menor tempo para concessão da Carteira Nacional de Habilitação. Desse modo, após reavaliação também pelo médico do trabalho, foi constatada capacidade laborativa para a função de motorista categoria B, porém o setor de medicina do trabalho decidiu que reavaliaria o paciente a cada 2 meses ou em caso de qualquer intercorrência, como forma de garantir um melhor acompanhamento ocupacional do colaborador. **Conclusão**: Dirigir é um ato que exige uma série de processos cognitivos, sendo que na esquizofrenia, déficits cognitivos são comuns e associados a prejuízos funcionais e profissionais. Motoristas que estiverem na fase aguda da doença ou que apresentarem surtos psicóticos recentes, não devem dirigir. Porém, deve-se considerar que a esquizofrenia é uma doença complexa, heterogênea, com muitas opções terapêuticas atuais e com bom curso em muitos pacientes. Desse modo, não é recomendado generalizar que esquizofrênicos não podem dirigir ou não podem exercer atividade profissional na categoria B, sendo necessária avaliação médica e psicológica rigorosa e em menor tempo, conforme orienta a diretriz ‘’esquizofrenia e direção veicular’’, publicada pela ABRAMET em 24/05/2021.

357	Samuel Ribeiro Martins Luis Fernando Gonçalves de Castro Vinicius Chagas Madureira	Relação médico-paciente na medicina do trabalho

Introdução: A relação médico-paciente permeia as interações entre o médico e o paciente, isso porque ela favorece a criação de vínculos e confiança diante de um atendimento médico. Por essa perspectiva, é válido salientar a importância das relações humanas para um atendimento eficaz e resolutivo, o qual abrange não somente uma medicina curativa, mas também fomenta um olhar voltado ao paciente como um todo. Por esse viés, torna-se imprescindível abordar tal temática no que tange à Medicina do Trabalho, isso porque a relação médico-paciente, pode se estreitar, visto que o Médico do trabalho detém uma relação direta junto ao empregador,

quadro que pode gerar certa desconfiança para o empregado e, consequentemente, isso reflete no elo do médico e do trabalhador. **Objetivo**: Dessa forma, objetiva-se explorar a relação médico-paciente no contexto da Medicina do Trabalho a fim de destacar a relevância de uma boa relação médico-paciente para a saúde e bem-estar dos trabalhadores e para a produtividade das empresas. **Métodos:** Trata- se de uma revisão de literatura qualitativa e descritiva. Para tal realizou-se uma pesquisa nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde, Google Acadêmico e Scielo. Os descritores utilizados foram: “Medicina do trabalho”, “Relação médico-paciente” e “Saúde do trabalhador”. Os critérios de inclusão dos trabalhos foram textos completos, em português, que se adequavam à temática proposta. Por fim, totalizou-se 5 trabalhos científicos para confecção do presente resumo. A Medicina do Trabalho é uma especialidade médica voltada para a saúde no âmbito laboral com intuito de promover qualidade de vida ao trabalhador, bem como preservar o seu bem-estar físico e mental. Essa realidade, entretanto, vai de encontro ao ideal de muitos trabalhadores, isso porque, ao ser atendido por um médico do trabalho, o paciente compreende que há sujeição deste ao contratante. Deste modo, cria-se, equivocadamente, um ambiente de avaliação para assegurar se a saúde física e aptidão dos empregados são suficientes para mantê-lo em sua função laboral, ou seja, o paciente visualiza o médico não como um profissional que zela por sua saúde, mas sim como um possível intermediador, o qual será responsável por definir se irá mantê-lo com seu vínculo empregatício. Por esse viés, a relação médico-paciente torna-se instável, haja vista que as queixas que poderiam ser reportadas ao Médico, erroneamente, podem não ser feitas por receio de que tal ato possa prejudicar sua permanência no emprego. É inegável, portanto, a necessidade de fortalecer essa interação com o intuito de garantir uma comunicação eficaz e segura tanto para o empregado quanto para o empregador, equilibrando, assim, as carências do paciente e as demandas do contratante para o bom desenvolvimento de sua empresa. É importante frisar durante as consultas que os dados sobre a saúde dos trabalhadores são confidenciais, o que mantém a privacidade e assegura a ética e a confiança na prática médica. **Conclusão**: Destarte, concluímos que é imperioso compreender a relevância do Médico do Trabalho para os serviços de saúde ocupacional, bem como para promoção de qualidade de vida ao trabalhador, quadro que só será possível por meio da manutenção dos vínculos entre o médico e o paciente. Diante do exposto, depreende-se que boas práticas devem ser ratificadas nesta especialidade, como uma comunicação efetiva, sigilo, empatia e ética médica. Assim, a relação médico-paciente poderá ser desenvolvida e incentivada na saúde ocupacional, ao invés de ser vista apenas como um meio de filtrar quem é capaz de trazer benefícios maiores ao empregador. Isto posto, através dessas ações, o controle médico na saúde ocupacional terá melhor eficácia e enfermidades poderão ser atenuadas.		
360	Samuel Ribeiro Martins Luis Fernando Gonçalves de Castro Vinicius Chagas Madureira	Envelhecimento da força de trabalho – a medicina do trabalho como fator contributivo para prolongar vida profissional de maneira saudável

Introdução: Envelhecer é um processo inevitável e contínuo marcado por alterações fisiológicas, motoras, funcionais e cognitivas. Embora haja perdas durante este decurso, o sistema nervoso ainda assim é capaz de criar novas conexões e, consequentemente, manter a funcionalidade e qualidade de vida dos longevos. Contudo, diante de fatores patológicos, envelhecer torna-se um desafio, principalmente, na esfera do mercado de trabalho. **Objetivo**: Por esse viés, objetiva-se discorrer acerca do envelhecimento funcional, bem como sobre a Medicina do Trabalho e a sua atuação diante da saúde dos trabalhadores a fim de reduzir as disparidades entre a capacidade funcional e a exigência do cargo laboral, quadro que possibilita garantir o bem-estar dos trabalhadores e a manutenção da produtividade das empresas. **Métodos**: Neste sentido, foi elaborada uma revisão de literatura de cunho exploratório, qualitativo e descritivo. Neste aspecto, a pesquisa foi pautada segundo a base de dados da Scielo, Google Acadêmico e Biblioteca Virtual em Saúde. Os descritores que permearam a pesquisa foram: “Medicina do trabalho”, “Envelhecimento funcional” e “Senescência”. Ao todo 5 trabalhos científicos foram selecionados para a elaboração do resumo cujo critério seletor foi um texto completo, em português ou inglês, que melhor se adequava ao tema. A priori, frente à transição demográfica e evoluções na área da saúde e tecnologia, a população idosa é crescente. Por essa perspectiva, junto a esse crescimento, há questionamentos referentes ao envelhecimento da população economicamente ativa, isso porque diante de uma sociedade utilitarista, o ato de envelhecer, erroneamente, é associado à inutilidade e à incapacidade. Por conseguinte, faz-se necessário compreender as mudanças relativas a este processo natural e senil, ou seja, cada ambiente de trabalho deve adotar medidas e políticas que se adequem a este público a fim assegurar o desempenho laboral de sua empresa. Apesar disso, o que se observa, muitas vezes, é uma exigência maior por parte dos contratantes para que haja maior produtividade no ambiente ocupacional. Essa realidade vai ao encontro, muitas vezes, de jornadas de trabalho excessivas e ambientes com condições precárias cujas consequências são acidentes de trabalho, doenças ocupacionais e doença do trabalho. **Conclusão**: Neste sentido, a Medicina do Trabalho, torna-se um aliado importante no que diz respeito ao envelhecimento dos trabalhadores, haja vista que a análise continuada da saúde deste público possibilita a prevenção de doenças e da senilidade, principalmente, por meio do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) através da Norma Regulamentadora 7 assegurada pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A reflexo disso, é possível equilibrar as demandas de trabalho com o bem-estar físico e mental dos trabalhadores a fim de atenuar a queda de funcionalidade precoce e o desligamento da pessoa idosa da esfera de trabalho. Concluímos assim que, torna-se imprescindível, compreender que o processo natural do envelhecimento é a senescência, a qual não se resume em inaptidão para o trabalho. Isto posto, as experiências laborais e os vínculos duradouros dentro de um ambiente ocupacional fortalecem a produtividade dentro da empresa. Portanto, o Médico do trabalho deve ser incentivado a reconhecer fatores desencadeantes patológicos que, por sua vez, podem decair o desempenho profissional destes indivíduos, quadro que possibilita o afastamento desse público do ambiente laboral.

361	Camilla Alves Pacas de Oliveira Charley Rafael Coêlho Vaz Pacheco Diego dos Santos Amorim Diego Torres Aladim de Araújo Giovanni Carlo Paoliello Julyanna Mayza da Silva	Ergonomia no local de trabalho e sua influência na prevenção de lesões ocupacionais: exploração de como a ergonomia pode prevenir lesões e doenças ocupacionais

Introdução: A importância da ergonomia está ligada à saúde e ao bem-estar dos trabalhadores. Lesões ocupacionais, como LER/DORT, são fonte de dor e incapacidade para milhões de trabalhadores em todo o mundo, representando um ônus significativo para os sistemas de saúde e para a economia como um todo. Além disso, as lesões ocupacionais muitas vezes resultam em absenteísmo no trabalho e diminuição da produtividade, afetando tanto os indivíduos quanto as organizações.
Objetivo: Analisar a influência da ergonomia no local de trabalho na prevenção de lesões ocupacionais, explorando como os princípios ergonômicos podem ser aplicados de forma eficaz para promover ambientes laborais mais saudáveis e seguros, especialmente no contexto da medicina do trabalho. **Metodologia:** Trata-se de um estudo de revisão de literatura, realizado a partir da identificação de estudos selecionados por meio de busca e seleção de artigos que integraram a amostra. Foi realizada uma busca nas bases de dados Medical Literature Analysis and Retrieval System Online - MEDLINE via PUBMED, Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde – LILACS via Biblioteca virtual em saúde – BVS, Cientific Electronic Library Online (SCIELO).
Discussão: Os resultados e discussões apresentaram um quadro abrangente de estudos que destacam os benefícios da aplicação de princípios ergonômicos, como a ginástica laboral, na redução de riscos de lesões musculoesqueléticas e na melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores. Observou-se uma convergência de resultados que enfatizam a necessidade
de uma abordagem integrada da ergonomia, considerando não apenas os aspectos físicos, mas também os fatores organizacionais e psicossociais do trabalho. **Conclusão**: A aplicação de medidas ergonômicas e a promoção de práticas como a ginástica laboral podem contribuir significativamente para a criação de ambientes de trabalho mais seguros, saudáveis e produtivos. A necessidade de uma abordagem integrada da ergonomia no ambiente de trabalho, que englobe não apenas aspectos físicos, mas também organizacionais e psicossociais. A saúde do trabalhador, a qualidade de vida e a produtividade estão intrinsecamente ligadas não apenas às condições físicas do ambiente de trabalho, mas também às relações interpessoais, à carga de trabalho e ao apoio organizacional.

362	Sarita Geraldo Rosa Barros Rodrigo Roger Vitorino Jacqueline Batista de Melo Janaína Lopes Moehecke Renata Trajano Frasson	Impacto do programa de gestantes no perfil de utilização dos recursos da saúde suplementar: experiência de uma empresa farmacêutica de grande porte

I**ntrodução**: A gestão dos custos com a saúde suplementar tornou-se imperativa às corporações em virtude da flagrante necessidade de racionalizar a alocação dos recursos, assegurando sua sustentabilidade. Os custos médicos hospitalares com colaboradoras estantes apontaram a necessidade de acompanhamento médico direcionado. Neste contexto, a implantação de um programa de monitoramento, acolhimento, apoio e assistência das gestantes permitiu a avaliação e direcionamento médico das colaboradoras inseridas no programa demonstrando benefícios para a organização, reduzindo custos com convênio médico e proporcionando um ambiente de trabalho mais saudável e seguro para as mães e seus bebês. **Objetivo**: Avaliar como o programa de acompanhamento de gestantes impacta no perfil de utilização do convênio médico. Comparando gestantes acompanhadas no programa e não acompanhadas. **Métodos**: Foi realizado estudo observacional, analítico, retrospectivo, tipo caso controle. Foram estudadas as contas médicas dos planos de saúde das beneficiárias gestantes de empresa farmacêutica de grande porte, incluindo titulares e dependentes, no período outubro/2022 a janeiro/2024. Foram analisados os custos em internação, consultas ambulatoriais, consultas em pronto socorro, exames simples e exames complexos; comparando as gestantes acompanhadas no programa e não acompanhadas. **Discussão**: O estudo foi realizado em indústria farmacêutica de grande porte com matriz no interior do estado de São Paulo com aproximadamente 10.000 funcionários a nível nacional. O período em do estudo foi de outubro/2022 a janeiro/2024. O estudo foi realizado em duas operadoras de saúde com planos de sistema pré-pagamento. A primeira operadora analisada é tipo seguro saúde, foi estudada as contas de 16 (32,6%) gestantes acompanhadas no programa sendo 2 dependentes e 14 titulares e 33 (67,4%) gestantes não acompanhadas no programa, sendo 13 dependentes e 20 titulares, totalizando 49 gestantes. Considerando custos com internação, tratamento, exames simples, exames complexos, consultas em pronto socorro, consulta geral, clínica o sinistro total das gestantes não acompanhadas totalizou em 3.408.949,49 reais sendo sinistro por gestante não acompanhada de 103.301,00 reais. Já as gestantes acompanhadas no programa totalizaram o sinistro com valor de 343.760,80 reais sendo sinistro por gestante acompanhada no programa de 21.485,00 reais. A segunda operadora estudada é plano de saúde tipo cooperativa, houve o estudo de 86 (25,2%) gestantes acompanhadas pelo programa sendo 13 dependentes e 73 titulares, e 255 (74,8%) não acompanhadas, sendo com total de 137 dependentes e 118 titulares, totalizando 341 gestantes. Utilizando mesmos critérios do primeiro convênio de saúde analisado o sinistro total das gestantes não acompanhadas foi de 4,353.446,39 reais sendo 17.072,00 reais por gestante não

acompanhada e 967.682,45 reais em gestante acompanhada no programa, sendo 11.252,00 reais por gestante acompanhada no programa. O primeiro plano de saúde possui o valor do sinistro maior em relação ao segundo plano por ser seguro saúde com direito a reembolso (política de reembolso limitada e estabelecida pela empresa), apesar da particularidade nas duas operadoras de saúde tivemos uma redução significativa do sinistro nas gestantes acompanhadas pelo programa versus gestantes não acompanhadas pelo programa. **Conclusão:** É possível concluir que o programa estudado pode promover um desfecho favorável a gestação melhorando o perfil de utilização dos recursos da saúde suplementar, redução dos custos assistenciais e da morbimortalidade materna e neonatal. Essa iniciativa figura uma estratégia para atender a candente necessidade de configurar um modelo de assistência que seja eficaz e sustentável, suprindo as necessidades dos beneficiários e assegurando a viabilidade e sustentabilidade que as corporações requerem.

363	Andréa Maria Silveira Luísa de Melo Meslouhi Giovanna Reis Monteiro de Souza Graziella Lage Oliveira Adalgisa Peixoto Ribeiro	Suicídio de policiais penais: revisão da literatura produzida no Brasil

Introdução: A etiologia do comportamento suicida é multifatorial. São conhecidos os impactos da idade, gênero, estado civil e parental, educação, renda, religião, situação migratória ou minoritária, privação de liberdade, orientação sexual; e da profissão no fenômeno do suicídio. As relações entre o suicídio e as perturbações mentais, particularmente a depressão e o consumo abusivo de álcool, são bem estabelecidas nos países desenvolvidos. Muitos suicídios ocorrem em momentos de crise, como dificuldades financeiras, doenças graves, dor crônica e rupturas de relacionamentos. O trabalho como fator relacionado ao suicídio é objeto de polêmicas, ainda que exista indícios de que trabalhos com baixo controle e baixo suporte social se associem a maiores taxas de suicídio. Algumas categorias profissionais são recorrentes nos estudos que discutem suicídio e trabalho, tais como profissionais da saúde, policiais e trabalhadores da construção civil. A imprensa diária e sindical no Brasil têm chamado atenção para casos de suicídio envolvendo policiais. Este trabalho integra a Pesquisa “Trabalho que encarcera: adoecimento mental de policiais penais” realizada pela UFMG com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Cientifica e Tecnológico – CNPQ e Ministério da Saúde. **Objetivo:** Apresentar os resultados parciais (apenas dos estudos brasileiros) de uma revisão sistemática da literatura sobre suicídio em policiais penais. **Metodologia:** As bases de dados utilizadas foram: Scielo, Pubmed, BVS, Embase e Google acadêmico, considerando publicações a partir do ano de 2004. Os descritores usados foram "agentes penitenciários", "agentes carcerários", "policiais penais", “carcereiro”, "correctional officer, “prison guards” “jail guards” "suicídio" e “suicide”. Os critérios de inclusão foram: artigos completos, disponíveis na íntegra, gratuitamente, redigidos em inglês ou português que tratem do suicídio em policiais penais. Foram excluídos

artigos repetidos nas distintas bases, revisões de literatura, cartas ao editor, editoriais, ensaios, teses, dissertações, artigos que abordam suicídio em outros profissionais, artigos de jornal e resumos apresentados em congressos. **Discussão:** Foram encontrados 35.461 artigos. Destes, 48 títulos se referiram ao contexto brasileiro, e tiveram os seus resumos lidos. Desta leitura foram excluídos 30 títulos assim distribuídos: 25 repetições, 1 artigo sobre saúde mental de presos, 1 artigo de revisão, 1 dissertação, 1 trabalho apresentado em congresso, 1 artigo pago. 14 títulos foram lidos na íntegra e tratavam de saúde mental em policial penal, mas não discutiam a questão do suicídio. Foram assim incluídos na análise 4 estudos. Do ponto de vista metodológico predominaram desenhos quantitativos com aplicação de questionários em amostras de conveniência, não representativas (2 estudos), e um estudo representativo do universo pesquisado e que encontrou 3,6% de ideação suicida. O último artigo analisado constou de estudo qualitativo realizado por meio de entrevistas com policiais penais. Os principais achados dos artigos apontam para sintomas de depressão e estresse entre policiais penais, associados a um ambiente de trabalho tenso, sobrecarga de trabalho, violência, condições precárias de exercício profissional e conflitos trabalho-família. Além disso, a rigidez organizacional e a concepção heroica de masculinidade limitam a busca de assistência à saúde mental. Contudo, os estudos não apresentam indícios de que a ideação suicida ou percepção de ocorrência de suicídio entre policiais penais seja superior a encontrada na população geral, considerando a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019, que apontou 4,8% dos brasileiros ter pensado em suicídio ao longo da vida. **Conclusões:** A escassez de estudos brasileiros sobre suicídio em policiais penais, comparada a produção internacional, sugere lacuna de conhecimento sobre a realidade nacional e recomenda aprofundamento dos estudos no Brasil. Tem-se por hipótese que esta escassez decorre das barreiras colocadas por instituições prisionais ao acesso a seus trabalhadores, e ao estigma que cerca a discussão do suicídio na sociedade como um todo e em agentes de segurança pública em particular.

364	Sarita Geraldo Rosa Barros Rodrigo Roger Vitorino	Ensaio de vedação individual do protetor auditivo como parte integrante do programa de conservação auditiva: experiência de uma indústria de papel e celulose de grande porte

Introdução: As recentes mudanças epidemiológicas das doenças que exigem concessão de benefício previdenciário propiciam uma acalorada discussão sobre os transtornos mentais relacionadas ao trabalho em detrimento de outras moléstias que continuam sendo causas frequentes de adoecimento no ambiente de trabalho, a saber: as LER/DORT e a perda auditiva. Essa priorização excludente resulta na irreflexão acerca da importância do Programa de Conservação Auditiva dentro do bojo da saúde ocupacional. A despeito dos avanços normativos e legais que regem a saúde do trabalhador no Brasil, a prevalência da perda auditiva ocupacional continua alta (Assunção et al, 2013). A eficiência do protetor auricular, quer seja concha ou plugues, é comprometida se forem utilizados de forma incorreta. O nível de atenuação real aferido em campo pode ser de 40 a 60% inferior aos valores fornecidos pelo fabricante. Essa

disparidade é causada, sobretudo, pela concepção que os trabalhadores atribuem ao equipamento: desconforto, tamanho inadequado, ajustamento impróprios, transpiração, incompatibilidade com o ambiente e tarefa, uso concomitante à outros equipamentos de proteção (óculos, capacete), deterioração e dúvidas sobre a importância, uso correto e eficiência do equipamento (Gerges, 2023). Considerando o exposto resta evidente a importância da educação, capacitação e motivação dos trabalhadores pelo empregador. Conforme o Fundacentro o empregador deve instituir um programa de educação, capacitação e motivação de todos os trabalhadores com níveis de exposição ao ruído igual ou acima do nível de ação e assegurar a participação do trabalhador, por meio de ações de orientação, cursos, reuniões, organização de comissões, debates, participação em eventos e outras maneiras apropriadas para a aquisição de informações (Fundacentro, 2018). PALAVRAS CHAVES: audição, ensaio de vedação; programa conservação auditiva. **Objetivo:** Avaliar resultados da realização do ensaio de vedação individual do protetor auditivo, analisando a eficácia na utilização do equipamento de proteção individual e possíveis pontos de melhoria no contexto do programa de conservação auditiva. **Métodos:** O estudo foi observacional, analítico, retrospectivo. Foi realizado ensaio de vedação individual do protetor auditivo tipo plug, em colaboradores 549 colaboradores que já laboram com exposição ao ruído, no período de 01/06/2023 a 03/07/2024, em indústria de produção de papel e celulose. **Resultados**: Foi realizado ensaio de vedação individual do protetor auditivo, o qual estabelece o nível de atenuação pessoal, neste estudo foi avaliado apenas o protetor auricular de silicone tipo plug, em colaboradores 549 colaboradores que já laboram com exposição ao ruído, no período de 13 meses de 01/06/2023 a 03/07/2024. Dos 549 colaboradores que realizaram o teste, foi verificado que 172 (30%) deles tiveram o primeiro resultado insatisfatório ou com nível de atenuação menor a 10 dB em pelo menos um ouvido. Destes colaboradores, 109 (63%) deles foi necessário apenas adequação de colocação do equipamento do EPI, sendo ministrado treinamento pela própria equipe de enfermagem com orientações da colocação do aparelho de proteção sonora individual. Os demais 63 (37%) colaboradores foram encaminhados para avaliação com fonoaudióloga e médico do trabalho no qual foi avaliado a colocação do aparelho, ministrado orientações e treinamento de proteção auditiva, foi repetido o ensaio e o resultado foi satisfatório, com nível de redução de ruído acima de 15 dB em cada orelha. Nenhum dos pacientes em estudo apresentou desencadeamento ou agravamento de perda auditiva. **Conclusão**: É possível concluir o ensaio de vedação individual do protetor auditivo confirma e quantifica objetivamente o Nível de Atenuação Pessoal; sendo um importante instrumento para avaliação da correta utilização do equipamento de proteção individual, visto que para 30% dos colaboradores foi necessário re-orientação e novo treinamento para utilização correta do equipamento de proteção individual, contribuindo com maior robustez para o programa de conservação auditiva.		
365	Miller Augusto de Souza Campos	Perspectivas acerca do uso da realidade virtual em treinamentos de segurança

<table>
<tr><td colspan="3">Introdução: De acordo com a Organização Internacional do Trabalho pelo menos 2,78 milhões de mortes ocorrem anualmente durante atividades ocupacionais. Em trabalhos que envolvem atividades complexas, dinâmicas e perigosas, a aplicação de medidas preventivas e proativas, incluídas através da prevenção podem reduzir os acidentes e aumentar a produtividade (Getuli et al., 2021). Contudo, mesmo profissionais experientes e com treinamento prévio, nem sempre são proficientes em reconhecer e gerenciar os riscos à segurança (JEELANI; HAN, K.; ALBERT, 2020). O reconhecimento e o gerenciamento de perigos são habilidades cognitivas que dependem de atenção, exame visual e tomada de decisão daí a importância dos processos de treinamento. A realidade virtual é uma tecnologia que utiliza computadores, software e hardware periférico para gerar um ambiente simulado para seu usuário. O ambiente pode simular um ambiente real ou imaginário de total imersão (SACKS; PERLMAN). BARAK, 2013). Objetivo: Fazer uma revisão para descrever o tema uso de realidade virtual em treinamentos de segurança sob o ponto de vista teórico Métodos: O presente trabalho se apresenta como uma pesquisa de revisão narrativa cujo objetivo e descrever o tema uso de realidade virtual em treinamentos de segurança sob o ponto de vista teórico à luz de trabalhos científicos elencados de maneira não sistemática. Tomamos por base alguns trabalhos relevantes publicados sobre o assunto nos últimos anos como JOSHI et al., 2021; SACKS; PERLMAN; BARAK, 2013; SHAMSUDIN et al.,2018. Discussão: Trabalhadores treinados por meio de simulação ambiental virtual podem ter desempenho equivalente aos treinados por métodos convencional, muitas vezes com redução de custos. (AHN, Sungjin et al.) A realidade virtual possui aplicações para a segurança do trabalho, sobretudo no treinamento dos empregados, bem como fica evidente a eficácia da educação em segurança aplicando realidade virtual e também a gamificação (AHN, Sungjin et al., 2020; PHAM et al., 2018). 2020). Conclusão: A partir da identificação riscos ocupacionais, tecnologias como a realidade virtual tem o potencial de auxiliar a de forma significativa nos treinamentos e simulações para uma maior segurança para o trabalhador</td></tr>
<tr><td>366</td><td>Andréa Maria Silveira
Marina Aragão Hamdan de Freitas
Pedro Henrique Menezes Vasconcelos
Graziella Lage Oliveira
Adalgisa Peixoto Ribeiro</td><td>Saúde mental de policiais penais: o que a produção acadêmica Brasileira registrada em teses e dissertações nos conta</td></tr>
<tr><td colspan="3">Introdução: O Brasil possui 94.673 policiais penais distribuídos em aproximadamente 1500 unidades prisionais, que abrigam 842.000 pessoas privadas de liberdade. O contexto do sistema prisional brasileiro nas últimas décadas é marcado pelo crescimento contínuo da população prisional, superlotação, denúncias de violação de direitos humanos, motins e fugas. Neste cenário, emerge o tema da saúde mental dos policiais penais que são os trabalhadores responsáveis pela guarda e cuidado às pessoas privadas de liberdade. A temática aparece quase sempre vinculada a denúncias e registros na imprensa leiga, acadêmica e sindical de condições ambientais</td></tr>
</table>

e organizacionais de trabalho inadequadas, o que estaria associado ao aumento do adoecimento mental entre estes profissionais. Este trabalho integra a Pesquisa intitulada “Trabalho que encarcera: adoecimento mental de policiais penais” realizada pela UFMG com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Cientifica e Tecnológico – CNPQ e Ministério da Saúde. **Objetivos:** Analisar a produção acadêmica brasileira originária de dissertações de mestrado e doutorado que tratam da saúde mental de policiais penais. **Métodos:** Buscou-se nos principais repositórios nacionais de teses e dissertações (CAPES, IBICT, BDTD), repositórios das Instituições Federais de Ensino Superior de todos os estados do Brasil e de instituições privadas. Foram buscados textos de teses e dissertações disponibilizados *online* na íntegra e que tinham como palavras chaves os termos: “policial penal”, “agente penitenciário”, “agente prisional”, “agente de segurança penitenciária”, “guarda prisional”, “carcereiro” e “guarda penitenciário”. Foram incluídos os estudos que possuíam os termos no título, publicados nos últimos 10 anos (a partir de 2013). **Resultados:** Foram encontradas 141 teses e dissertações sobre o tema, tendo sido excluídos 62 estudos por repetições, 12 artigos e 18 trabalhos de conclusão de curso, restando 46 estudos para leitura completa e extração de dados. Entre os 46 trabalhos, 9 eram teses e 37 dissertações. Do total, 61,7% eram originárias de instituições federais de ensino superior, 30,0% de instituições estaduais e 8,5% de instituições filantrópicas ou privadas. Nos textos analisados, verificou-se predominância de estudos qualitativos (71,8%), que utilizaram como técnicas de coleta de dados entrevistas, observação, análise documenta e grupos focais; 28,1% de estudos quantitativos com aplicação de questionários e escalas de *screening* de adoecimento mental e 18,7% de estudos de desenho qualiquantitativo com aplicação de questionários e/ou realização de entrevistas, observação e análise documental. A predominância dos estudos qualitativos e quantitativos com pequenas amostras pode apontar a dificuldade de acesso a estes trabalhadores e de financiamento para as pesquisas. Os estudos revelam que a maioria das penitenciárias brasileiras têm condições de trabalho precárias submetendo os trabalhadores a sobrecarga de trabalho, o que se associa a altos níveis de estresse e a registros de adoecimento físico e mental. A situação é apontada mesmo nos estudos que não tiveram como temática central a saúde dos policiais penais. As principais doenças relatadas foram a depressão, ansiedade, doenças do trato gastrointestinal e doenças ortopédicas. Destaca-se ainda a percepção de baixa qualidade de vida pelos policiais penais. Este cenário resulta também em elevados índices de afastamento e absenteísmo no trabalho. **Conclusão:** As teses e dissertações consultadas retratam as precárias condições de trabalho no sistema prisional brasileiro como um importante problema de saúde pública e de saúde de seus trabalhadores. Neste cenário se destaca como uma prioridade a atenção à saúde mental dos policiais penais.		
367	Renato Francisco Nunes	Profissionais da saúde pública e seus modos de sofrimento psíquico relacionados ao trabalho

Introdução: A escuta de profissionais de saúde indica que essa categoria profissional apresenta diferentes manifestações que denotam o sofrimento psíquico (Cordeiro et al. 2015). Sabe-se que o contexto pandêmico o evidenciou ainda mais, porém devido a características de sua formação cultural, profissional, pessoal, esse sofrimento é negado ou escondido por mecanismos de defesa. A não atenção a isso pode ter efeitos no seu fazer profissional, incluindo negligências e violências a si e aos assistidos. **Objetivo:** Investigar os fatores psicossociais do trabalho em saúde e relacioná-los a apresentação clínica do sofrimento psíquico de profissionais de saúde que trabalham na assistência a usuários do Sistema Único de Saúde. **Métodos:** É uma pesquisa qualitativa no campo da saúde e tem como base o método de análise documental (Kripka et al., 2015). O percurso metodológico se inicia com a abordagem clínica, individual e grupal, aos profissionais de saúde, com base na psicanálise. Ambas atividades geram anotações no prontuário da pessoa assistida e no diário de campo dos grupos. É feita uma análise de conteúdo (Sousa et al. 2020), em que primeiramente, transforma-se os dados das anotações de prontuários e diários de campo em dois arquivos distintos de word; em seguida, realiza-se leituras flutuantes do material colhido no questionário para a impregnação do discurso; Posteriormente, organiza-se este material em blocos temáticos, considerando sua repetição e relevância para a literatura; E por fim, realiza-se a interpretação dos temas e do conteúdo do material, segundo a literatura existente. **Discussão:** Da leitura flutuante e da separação em blocos temáticos, discute-se: 1. Perigos Psicossociais: os profissionais relatam um ambiente de trabalho ameaçador a sua segurança física e psíquica. Relatam assédio moral, remuneração baixa e inconstante; fragilidade nos vínculos trabalhistas; dificuldade na co-responsabilização e na visualização do resultado final de seu trabalho ocasionados pela disputa entre as categorias profissionais e dificuldades na comunicação interpessoal e imprevisibilidade do resultado de seu trabalho (RIMA-EF, 2011). 2. Sofrimento psíquico relacionado ao trabalho: Quando o ambiente de trabalho não oferece condições seguras, o trabalhador pode lidar com a situação com sofrimento intenso. Um dos sintomas frequentes é a dor, que tem sua formação no estresse físico e psíquico (Nasio, 2008). A dor crônica acarreta em absenteísmo e aposentadoria por invalidez e pode ser fator precipitante de transtornos psiquiátricos (De Paiva et al., 2023). Trazem sofrimento relacionado à falta de reconhecimento de seu trabalho, prejuízo à autoestima, sentimento de culpa e inutilidade , reações de irritabilidade por ressentimento, perda de atividades prazerosas e de controle da situação. **Conclusão:** Os profissionais de saúde são uma categoria vulnerabilizada em suas condições de trabalho , situação que influencia e reverbera na saúde mental e no fazer profissional. Cuidar da saúde mental e seus efeitos é uma implicação institucional, então a medicina do trabalho precisa pensar em estender suas ações para a saúde mental e para o enfrentamento de violências (Ladou et al., 2016). Além de um tratamento individual ao sofrimento, esta pesquisa defende a aposta na possibilidade de um dispositivo grupal de elaboração dessas questões trabalhistas, chamado: “Espaço de Fala”. Um canal para as pessoas tratarem de questões organizacionais, troca de experiências e elaborarem dificuldades sobre o trabalho em saúde.

368	Charley Rafael Coêlho Vaz Pacheco Camilla Alves Pacas de Oliveira Diego dos Santos Amorim Diego Torres Aladim de Araújo Julyanna Mayza da Silva Maria Carolina Matos Oba	A importância da espiritualidade no trabalho em um ambiente de residência médica

Introdução: A residência médica é uma fase crucial e desafiadora na formação de médicos, frequentemente associada a altos níveis de estresse e Burnout. A espiritualidade, definida como a busca por um propósito e conexão com algo maior, pode oferecer suporte importante aos residentes, ajudando-os a enfrentar esses desafios. **Objetivos:** Este estudo visa explorar o impacto da espiritualidade no ambiente de residência médica, analisando como ela pode afetar o bem-estar pessoal dos residentes, melhorar a empatia, fortalecer a resiliência, promover um ambiente de trabalho positivo e impactar a qualidade do atendimento ao paciente. **Métodos:** Foi realizada uma revisão sistemática da literatura para examinar a relevância da espiritualidade na prática médica. A pesquisa foi conduzida em bases de dados acadêmicas, incluindo PubMed, Scopus e Google Scholar. Estudos revisados por pares que abordaram a espiritualidade no contexto da residência médica foram incluídos. A análise foi qualitativa e focou na identificação de temas e tendências. **Resultados:** A revisão revelou que a espiritualidade pode reduzir o estresse e melhorar o bem-estar psicológico dos residentes. Também se observou que a espiritualidade melhora a empatia, ajuda os residentes a enfrentar desafios e promove um ambiente de trabalho mais colaborativo. Além disso, a integração da espiritualidade pode levar a um atendimento ao paciente mais humanizado e eficaz. **Conclusão:** A espiritualidade desempenha um papel significativo no suporte ao bem-estar dos residentes médicos e na melhoria da qualidade do atendimento ao paciente. Integrar práticas espirituais nos programas de treinamento pode promover um ambiente de trabalho mais positivo e contribuir para uma prática médica mais eficaz e empática.

370	Flavia Kiza Shiki Andréa Maria Silveira Vitor Aguiar e Silva	Saturnismo ocupacional: casos clínicos recentes de intoxicação aguda e crônica atendidos no hospital das clínicas da universidade federal de Minas Gerais

Introdução: O chumbo é um metal que possui propriedades físico-químicas versáteis (maleabilidade, elevada densidade, baixa condutividade elétrica, ductilidade, alta resistência à corrosão, dentre outras) e, por isso, possui inúmeras aplicações em diversos processos laborativos e industriais como na reciclagem de baterias, tintas, utensílios de metal reciclado, lixo eletrônico, louças, alguns tipos de plásticos, mineração e garimpo. Entretanto, o chumbo é um material extremamente tóxico ao meio ambiente e ao

organismo humano, de modo que o controle à sua exposição representa uma relevante questão de Saúde Pública. Os economistas do Banco Mundial realizaram uma pesquisa, a partir de dados do projeto Global Burden of Disease (GBD – Carga Global de Morbidade) de 2019, e estimaram que 5,5 milhões de pessoas com 25 anos ou mais morrem por doenças cardiovasculares relacionadas à intoxicação por chumbo anualmente. Segundo reportagem do jornal O Globo, de setembro de 2023, o Brasil tem uma taxa média de 2,65 µg/dL de chumbo no sangue da população, sendo que os países de alta renda possuem taxa média de 1,3 µg/dL. Dentro do organismo, o chumbo pode interferir desde processos bioquímicos e enzimáticos fundamentais até o amplo funcionamento de órgãos e sistemas. Associados aos níveis de sua presença, são conhecidos inúmeros efeitos neurológicos, hematológicos, gastrointestinais, cardiovasculares, renais, endócrinos, hepáticos e reprodutivos, além do seu potencial carcinogênico. Como consequência de sua presença e concentração, pode acarretar quadros de intoxicação aguda, subaguda e crônica em seres humanos. **Objetivos:** Ressaltar a relevância e as particularidades da toxicidade em virtude da exposição ocupacional aguda e crônica ao chumbo, apresentando dois casos clínicos atendidos no último ano pelo Serviço Especializado de Saúde do Trabalhador (SEST) do HC/UFMG, e evidenciar a relevância da identificação da doença nos trabalhadores expostos. **Métodos:** Foram utilizados dados colhidos em prontuários médicos de dois pacientes atendidos pelo SEST do HC/UFMG, para descrição, análise e comparação de relatos de casos com base em revisão na bibliografia especializada existente sobre o tema. **Relato de caso:** Em síntese, o primeiro caso clínico corresponde à intoxicação ocupacional aguda, por parte de um paciente de 65 anos, sexo masculino, natural de Santana do Capivari/MG, atendido após acidente de trabalho em virtude de explosão de lingote de chumbo com penetração de diversos estilhaços do metal em seu organismo (rosto, tronco e membros superiores). No referido caso, foram verificados sintomas clássicos de cólica saturnina, anemia e neuropatia motora periférica. Atualmente o paciente encontra-se em acompanhamento e supervisão de tratamento pelo HC/UFMG. Em resumo, o segundo caso trata-se de paciente de 72 anos, sexo masculino, natural de Belo Horizonte/MG, com histórico laboral na função de serviços gerais em indústria de plásticos e fabricação de canos de PVC, com registro de exposição ocupacional ao chumbo por aproximadamente 6 anos na década de 90, com histórico de múltiplas internações no HC/UFMG para quelação de chumbo durante essa época e com evolução insidiosa de sintomas sugestivos de intoxicação crônica, como perda de memória importante, dificuldade de marcha e tremores em mãos. Também possui diagnóstico de esquizofrenia e parkinsonismo. Está em investigação de diagnóstico diferencial e correlação da prévia exposição ocupacional ao chumbo e seus sintomas neurológicos e psiquiátricos atuais. **Conclusão:** Diante desse contexto e dos relatos de casos descritos, é notável a importância de adoção, divulgação e fiscalização de medidas de prevenção e controle aos níveis de exposições ocupacionais ao chumbo, da prevenção de acidentes, bem como a capacitação dos profissionais que atuam na Saúde do Trabalhador na identificação

precoce dos sinais e sintomas sugestivos decorrentes de sua toxicidade pois a intoxicação pelo metal pode acarretar em diversos comprometimentos na saúde do trabalhador.

371	Dvora Joveleviths Ana Carolina Lazzari Gabriela dos Santos Nardy Vasconcellos Isabela Carvalhal Rosiana Vargas Dalla Lana Sheila de Castro Cardoso Toniasso	Avaliação da contaminação ambiental em agricultores na região do planalto médio no rio grande do sul: um estudo preliminar

Introdução: O aumento da produtividade agrícola global no último século foi uma resposta ao acelerado crescimento populacional que impacta drasticamente o meio ambiente e tem modificado o contexto de saúde pública ao redor do mundo. Havendo um alargamento expressivo da produção de cereais e oleaginosas, este crescimento do rendimento através do uso de produtos químicos segue acompanhado de ameaças à saúde humana e animal. O abuso na utilização de pesticidas na agricultura pode apresentar impactos na segurança alimentar, na contaminação de águas, ar e solo, fazendo com que os humanos estejam expostos a agrotóxicos - principalmente por via inalatória, oral e dérmica. Dentre os pesticidas m ais utilizados, podem se destacar o Mancozebe (MZ), um fungicida da classe de etilenobisditiocarbamatos muito utilizado em frutíferas, principalmente em viticulturas; além do ácido 2,4-diclorofenoxiacético (2,4-D), um herbicida largamente utilizado no controle de ervas daninhas, sobretudo na cultura da soja. O Brasil, nesse sentido, é um dos maiores consumidores dessas substâncias, as quais têm potencial para causar deriva. Os resíduos dos agroquímicos são moléculas íntegras de agrotóxicos ou de seus derivados, os quais são capazes de conter quantidades mensuráveis de compostos ativos e metabólitos referentes e produtos de degradação vistos em alimentos, produtos agrícolas e outros. Eles têm potencial de persistir ou de sofrer bioacumulação. Apesar de alguns resíduos serem inativos para as pragas, eles podem apresentar toxicidade para organismos não-alvos. Logo, a presença de agroquímicos em alimentos e no ambiente é capaz de ser prejudicial à saúde. **Objetivo:** Este estudo visa comparar indicadores biológicos de exposição encontrados em populações expostas ao herbicida 2,4-D e Mancozebe, bem como em uma população sem exposição a agrotóxicos. **Métodos:** Avaliação de agricultores expostos ao herbicida 2,4-D e trabalhadores não-expostos (culturas orgânicas), por meio de entrevista com aplicação de questionário e coleta de urina. Posteriormente, foi realizada avaliação laboratorial do indicador biológico etilenotioureia (metabólito do Mancozebe) e do 2,4-D na urina dos trabalhadores. **Resultados:** Dos 54 participantes do grupo exposto ao 2,4-D, 23 (43,39%) tiveram o metabólito do MZ detectado nas amostras analisadas e 45 (84,90%) apresentaram concentrações de 2,4-D na urina. No grupo não-exposto (controle), 10 (18,86%) participantes apresentaram quantidades relativamente baixas (<0,3ng/mL) de 2,4-D e 16 (72,72%) concentrações de

etilenotioureia na urina. **Conclusão:** Foi detectada a presença dos metabólitos tóxicos do Mancozebe e do 2,4-D tanto no grupo de trabalhadores expostos quanto em não-expostos. Diante disso, observa-se que a presença de etilenotioureia em agricultores que não têm contato direto com a substância pode ser ocasionada pelo fenômeno da deriva, que acontece na aplicação do MZ, fazendo com que o trajeto da substância desvie do alvo desejado, atingindo o solo, a água, plantas não-alvos e podendo contaminar os consumidores através da ingesta. As políticas de saúde pública necessitam favorecer a proteção para saúde dos trabalhadores rurais, população e meio ambiente. Em outros países, há a valorização do ponto de vista qualitativo, aprimorando conhecimentos do mercado, mudança de hábitos de vida e segurança alimentar, a fim de diminuir os resíduos dos agrotóxicos nos alimentos.

373	Pedro Rogério Batista Mendonça de Alencar Ricardo Galli Joao Marcelo Rocha Ramalho Eline Rocha Castro Maria Clara Silva Goncalves Lima Laryssa Sousa da Silva	O papel da saúde ocupacional no retorno ao trabalho de funcionários submetidos a cirurgia bariátrica

Introdução: O Brasil apresenta um cenário de epidemia de obesidade, segundo dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN - 33,38% da população têm a doença. A cirurgia bariátrica é uma intervenção comum para a obesidade mórbida, e tem apresentado um aumento significativo nos últimos anos, o que está relacionado tanto ao aumento da obesidade no país, como à maior disponibilidade de acesso ao procedimento, principalmente nos serviços privados. Segundo dados da Sociedade Brasileira de Cirurgia Bariátrica e Metabólica (SBCBM), em 2022, foram realizadas 74.696 cirurgias bariátricas em hospitais públicos e privados do Brasil. O retorno às atividades laborais após o procedimento cirúrgico representa um desafio ao trabalhador. Neste contexto, a medicina ocupacional tem um papel relevante no suporte ao retorno ao trabalho. Este estudo explora o papel da medicina do trabalho no suporte a funcionários que passaram por cirurgia bariátrica, focando na reintegração segura e eficaz ao ambiente de trabalho. **Objetivos:** Investigar como a medicina do trabalho pode facilitar o retorno ao trabalho de funcionários submetidos a cirurgia bariátrica, analisando os impactos físicos e psicológicos, e as melhores práticas de acompanhamento. **Métodos:** Foi realizada uma revisão de literatura na base de dados Scielo e PubMed sobre os impactos da cirurgia bariátrica e práticas de medicina do trabalho. Os dados foram coletados de artigos científicos, estudos de caso e diretrizes de saúde ocupacional com base no cenário dos últimos 10 anos (2014-2024). **Resultados:** Os resultados indicam que o suporte contínuo de profissionais de saúde ocupacional é essencial para monitorar a recuperação dos funcionários e adaptar as condições de trabalho conforme necessário. Políticas institucionais de saúde ocupacional eficazes e práticas adaptativas foram associadas a uma transição bem-sucedida e sustentada para o trabalho. **Discussão:** A cirurgia

bariátrica é indicada para casos graves de obesidade que não respondem a tratamentos convencionais. É considerada para indivíduos com Índice de Massa Corporal (IMC) acima de 40 kg/m² ou acima de 35 kg/m² com comorbidades associadas como hipertensão, diabetes tipo 2 e apneia do sono. As opções cirúrgicas podem variar entre *sleeve, bypass gástrico* e *derivação biliopancreática*, combinando-se métodos restritivos e absortivos para alcançar perda de peso significativa a longo prazo. Essas cirurgias podem levar a melhorias nas condições relacionadas à obesidade e na qualidade de vida geral, mas também apresentam riscos de complicações, exigindo seleção cuidadosa de pacientes e manejo. A avaliação psiquiátrica é um componente crítico do manejo pré e pós-operatório na cirurgia bariátrica. Ela ajuda a identificar condições de saúde mental existentes que podem afetar a recuperação e a adesão do paciente às mudanças de estilo de vida pós-operatórias. Condições psiquiátricas comuns observadas em candidatos à cirurgia bariátrica incluem transtornos de humor e transtornos alimentares compulsivos. Abordar essas questões antes da operação pode ser crucial para o sucesso cirúrgico. Pacientes submetidos à cirurgia bariátrica devem ser avaliados com uma abordagem multidisciplinar que inclui não apenas os riscos cirúrgicos, mas também considerações nutricionais, psicológicas e físicas para garantir as maiores chances de sucesso e os menores riscos de complicações. O objetivo da cirurgia bariátrica vai além da perda de peso; visa melhorar significativamente ou resolver condições comórbidas e melhorar a qualidade de vida geral do paciente. Enfatizam-se a importância do cuidado abrangente no manejo da obesidade, incorporando avaliações médicas e psicológicas para otimizar os resultados e minimizar os riscos. A análise sugere que o acompanhamento pós-cirúrgico e as adaptações no ambiente de trabalho, como ajustes de carga de trabalho e horários flexíveis, são fundamentais para a reintegração dos funcionários. A intervenção precoce da medicina do trabalho pode reduzir o absenteísmo e melhorar a produtividade. **Conclusão** A medicina do trabalho desempenha um papel de protagonista na facilitação e adaptação no retorno ao trabalho após a cirurgia bariátrica. Políticas institucionais e práticas bem estruturadas podem melhorar a qualidade de vida e a produtividade dos trabalhadores, promovendo uma transição segura e eficaz.

374	Kaliny da Silva Galvão Lais Sousa Pismel Páris Ali Ramadan	Lombalgia relacionada ao trabalho: uma revisão de literatura.

Introdução: Os Distúrbios musculoesqueléticos com etiologia relacionada ao trabalho afetam músculos, tendões e nervos, além de possuir fatores de risco comuns, como posturas sustentadas não neutras e tarefas repetitivas, manifestando-se com dor insidiosa que pode resultar em incapacidade temporária ou permanente, se não for tratada. **Objetivo:** Fazer uma revisão integrativa da literatura identificando na literatura a lombalgia como um dos principais distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT) adquiridos por profissionais, assim como suas respectivas causas, consequências e medidas de prevenção. **Métodos:** Trata-se de uma revisão de literatura a partir de uma pesquisa realizada nas bases de dados PubMed, Scielo e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). **Discussão:**

As dores relacionadas ao trabalho são descritas desde a antiguidade. Atualmente, o quadro de desgaste de estruturas do sistema musculoesquelético atinge várias categorias profissionais. A fisiopatologia relacionada a esse processo baseia-se em condições inflamatórias e degenerativas que acontecem devido ao alto nível de estresse, gerado pelo ritmo acelerado de trabalho, movimentos repetitivos, levantamento de peso, esforços manuais vigorosos, posturas inadequadas, pressões mecânicas, vibrações, exposição ao frio local ou generalizado e tempo insuficiente para a recuperação corporal. **Conclusão:** Diante do exposto, torna-se evidente uma importante relação entre o trabalho e o desenvolvimento de dorsalgia, pois seus fatores de risco são encontrados em diversas categorias profissionais. Além disso, demonstra-se que a prevenção e o diagnóstico precoce desempenham um papel fundamental na redução dos números de afastamentos e prejuízos à saúde do trabalhador.

376	Pedro Rogério Batista Mendonça de Alencar Ricardo Galli Joao Marcelo Rocha Ramalho Eline Rocha Castro Maria Clara Silva Goncalves Lima Laryssa Sousa da Silva	Impacto da inteligência artificial na saúde mental dos trabalhadores: avanços e desafios

Introdução A adoção da Inteligência Artificial (IA) em ambientes de trabalho está transformando as operações industriais e corporativas, trazendo preocupações significativas sobre seus efeitos na saúde mental dos trabalhadores. Este estudo explora as consequências dessa interação, com ênfase nos sentimentos de ansiedade, estresse e impactos na estabilidade do emprego. **Objetivos:** Avaliar os efeitos a longo prazo da exposição à IA na satisfação profissional e pessoal, ansiedade, e saúde mental de maneira geral, com foco em setores com perfis automatizados. **Métodos:** Foi realizada uma revisão de literatura utilizando as bases de dados PubMed e Scielo, focando nos estudos publicados nos últimos dez anos que exploram os impactos da Inteligência Artificial (I. A.) e sua interação nos ambientes de trabalho, junto às práticas de saúde ocupacional. Dados de artigos científicos, estudos de caso e diretrizes de saúde ocupacional foram coletados e analisados para compreender a interação entre IA e saúde mental no ambiente de trabalho. **Discussão:** A integração crescente da Inteligência Artificial (IA) nos ambientes de trabalho modernos apresenta características antagônicas, ao passo em que oferece avanços tecnológicos significativos, também impõe desafios psicológicos e éticos substanciais para a força de trabalho. A capacidade da IA de analisar grandes conjuntos de dados em tempo real permite a identificação precoce de padrões de estresse e ansiedade entre os trabalhadores. Algoritmos avançados podem sugerir intervenções personalizadas, potencialmente mitigando problemas antes que se tornem crônicos. Por exemplo, sistemas de IA podem monitorar o bem-estar dos funcionários através de análises comportamentais, oferecendo suporte psicológico adaptativo quando detectam sinais

de estresse ou exaustão. Em tarefas repetitivas ou perigosas, a IA pode assumir funções que reduzem o risco físico e mental para os trabalhadores, permitindo que eles se engajem em atividades mais gratificantes e criativas. Isso não só melhora a segurança no local de trabalho, mas também aumenta a satisfação e a moral dos empregados. A automatização impulsionada pela IA pode levar ao desemprego tecnológico, onde por definição há substituição do trabalho humano por máquinas. Este fenômeno pode causar ansiedade significativa entre os trabalhadores, preocupados com a perda de emprego e a obsolescência de suas habilidades. Além disso, a pressão para se adaptar constantemente às novas tecnologias pode exacerbar o estresse e a ansiedade. A dependência excessiva em sistemas automatizados pode levar à redução da interação humana no local de trabalho. Isso pode resultar em sentimentos de isolamento e desconexão, que são fatores de risco conhecidos para várias condições psiquiátricas, incluindo depressão e ansiedade. O uso de IA para monitorar a saúde mental dos trabalhadores levanta preocupações significativas de privacidade. Há o risco de que tais sistemas possam ser percebidos como intrusivos, aumentando a desconfiança e a resistência dos funcionários, além de potenciais violações de dados sensíveis. Para combater o desemprego tecnológico, é crucial que as empresas invistam em programas de requalificação e educação contínua. Isso não só ajudará os trabalhadores a adaptar-se às novas demandas do mercado de trabalho, mas também reduzirá a ansiedade relacionada à obsolescência de habilidades. É essencial estabelecer diretrizes éticas claras para o uso da IA no local de trabalho, especialmente em relação ao monitoramento da saúde mental. As políticas devem enfatizar a transparência, o consentimento informado e a proteção de dados pessoais. As organizações devem esforçar-se para criar ambientes de trabalho que promovam interações humanas significativas e suporte social, contrabalançando os efeitos isolantes da automação. **Conclusão:** Embora a IA não tenha demonstrado um impacto direto negativo sobre a saúde mental, a incerteza relacionada ao emprego gerada pela automação necessita de atenção. Ainda que ofereça ferramentas inovadoras para melhorar a eficiência e o bem-estar, os riscos associados exigem uma abordagem cuidadosa. Políticas institucionais e práticas bem estruturadas são essenciais para maximizar os benefícios da IA enquanto se protege e se promove a saúde mental dos trabalhadores no ambiente de trabalho moderno.		
378	Pedro Rogério Batista Mendonça de Alencar Ricardo Galli Joao Marcelo Rocha Ramalho Eline Rocha Castro Maria Clara Silva Goncalves Lima Laryssa Sousa da Silva	Rabdomiólise e insuficiência renal aguda em trabalhadores com riscos ocupacionais ao calor

Introdução: A exposição ocupacional ao calor em ambientes de trabalho apresenta riscos significativos para a saúde, incluindo a rabdomiólise e a insuficiência renal aguda (IRA). Este estudo investiga a incidência dessas condições em trabalhadores sujeitos a altas temperaturas e esforço físico intenso, destacando a necessidade de medidas preventivas e protocolos de tratamento eficazes. **Objetivos:** Avaliar a relação entre a exposição ao calor no ambiente de trabalho e o desenvolvimento de rabdomiólise e insuficiência renal aguda. Identificar fatores de risco e propor estratégias de prevenção e manejo dessas condições em populações laborais vulneráveis. **Métodos:** Foi realizada uma revisão de literatura nas bases de dados PubMed e Scielo, enfocando estudos dos últimos dez anos que abordam rabdomiólise e insuficiência renal aguda em trabalhadores expostos a ambientes de calor extremo. Foram coletados e analisados dados de artigos científicos, estudos de caso e diretrizes de saúde ocupacional. **Resultados:** A rabdomiólise, caracterizada pela destruição das fibras musculares esqueléticas e liberação de mioglobina, pode levar à insuficiência renal aguda devido à obstrução dos túbulos renais. Trabalhadores em setores como construção civil, agricultura e siderurgia são especialmente vulneráveis a essas condições, dada a natureza física do trabalho e a exposição prolongada ao calor. Sintomas iniciais de rabdomiólise incluem dor muscular, fraqueza e urina escura. Se não tratada, pode progredir rapidamente para IRA, caracterizada pela rápida diminuição da função renal e acúmulo de resíduos no sangue. A intervenção precoce é crucial, envolvendo hidratação intravenosa e, em casos graves, diálise **Discussão:** A Norma Regulamentadora 15 (NR15) do Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil aborda as atividades e operações insalubres, incluindo a exposição ao calor. Conforme as diretrizes da NR15, é obrigatório que os empregadores adotem uma série de medidas para proteger os trabalhadores dos efeitos nocivos do calor. Entre essas medidas, está a necessidade de incentivar a hidratação constante, promovendo a ingestão regular de líquidos para evitar a desidratação. Além disso, a norma exige a garantia de pausas frequentes, permitindo que os trabalhadores descansem em locais frescos para prevenir a exaustão térmica. Também é fundamental o uso de vestuário adequado que facilite a evaporação do suor e ofereça proteção contra o calor excessivo. A educação e o treinamento dos trabalhadores são igualmente importantes; devem ser treinados para reconhecer os sintomas precoces de exaustão pelo calor e rabdomiólise, bem como para entender as medidas preventivas necessárias. O monitoramento ambiental também é um aspecto crucial, com a necessidade de medições regulares de temperatura e umidade nos locais de trabalho. Além disso, devem ser realizadas avaliações de saúde regulares, com exames médicos periódicos para monitorar a saúde dos trabalhadores e identificar precocemente sinais de estresse térmico. A implementação dessas políticas de segurança ocupacional é essencial para reduzir significativamente os riscos associados à exposição ao calor e para proteger a saúde dos trabalhadores. **Conclusão:** A exposição ocupacional ao calor representa um risco substancial para a saúde dos trabalhadores, potencializando a ocorrência de rabdomiólise e insuficiência renal aguda. Medidas preventivas eficazes e protocolos de resposta rápida são essenciais para minimizar esses riscos e proteger a saúde dos trabalhadores.

379	Jessica Iracema Diogo Luís Alana Ponte Correia Isabella Ferreira Valentini Felipe Seiti Sekiya Ivan Dieb Miziara João Silvestre Silva- Junior	Perfil de casos notificados de perda auditiva induzida pelo ruído ocupacional em motoristas no estado de São Paulo (2010-2022)

Introdução: A Perda Auditiva Induzida por Níveis de Pressão Sonora Elevados (PAINPSE) decorre da exposição por tempo prolongado ao ruído. Caracteriza-se por ser do tipo neurossensorial, geralmente bilateral, irreversível e progressiva com o tempo de exposição a este agente de natureza física. O ruído é um dos riscos ocupacionais mais presentes, e um dos maiores problemas encontrados no setor de transporte. Casos de PAINPSE acarretam prejuízos socioeconômicos coletivos e individuais. São Paulo é o estado mais populoso do Brasil com 44 milhões de habitantes e o principal centro econômico do país. O estado possui uma densa rede rodoviária de 199,8 mil km, contabilizando as estradas federais, estaduais e municipais. O ambiente de trabalho para motoristas é frequentemente exposto a níveis elevados de pressão sonora, resultando em riscos notáveis para a saúde auditiva desses profissionais. **Objetivos:** Descrever a frequência de casos notificados de perda auditiva induzida pelo ruído em motoristas no Estado de São Paulo de 2010 a 2022. **Métodos:** Estudo descritivo baseado nos dados coletados a partir de dados disponibilizados na plataforma DataSus com informações das fichas de notificações do Sistema de Informação . de Agravos de Notificações (Sinan), referente a perda auditiva induzida pelo ruído ocupacional. Foram filtradas as informações referentes ao CBO 7825 (em motoristas) no período de 2010-2022, no estado de São Paulo. Foram analisados conforme a notificação por ano, distribuição por faixa etária, ocupação e tempo de exposição. **Resultados:** No período foram notificados 70 casos de perda auditiva induzida pelo ruído ocupacional em motoristas. A média anual foi de 5 casos, sendo o ano de 2015 com maior frequência de casos, com 14 notificações. Em relação à faixa etária a distribuição de 50-64 anos de idade (54%) obteve maior proporção de casos notificados, 35-49 (24%), 65-79 (19%),80 e mais anos de idade (3%). Quanto ao CBO, a distribuição foi 782510, referente à ocupação de motorista de caminhão, que transportam, coletam e entregam cargas em geral, movimentam cargas volumosas e pesadas, podem também operar equipamentos, realizar reparos em veículos, vistoriar cargas, além de verificar documentação de veículos e de cargas. Definem rotas e asseguram a regularidade do transporte, com 36 casos notificados (51%). A média de tempo de exposição foi de 25 anos com o mínimo de 7 anos de exposição. **Conclusão:** A partir da notificação da PAIR, será possível conhecer sua prevalência para tornar eficaz qualquer planejamento de ações de capacitação e organização de recursos em função da capacidade instalada necessária para prevenir e diagnosticar PAIR, assim como reabilitar os portadores dessa doença. É importante esclarecer que a PAIR não provoca

incapacidade para o trabalho, entretanto, pode ocasionar limitações na realização de tarefas diversas. Cada caso deverá ser avaliado em relação às dificuldades apresentadas para orientar as ações de reabilitação do trabalhador e adequação do ambiente de trabalho.		
380	Rodrigo Dias Godinho Isabella Ramos Andrade Jhessyka Vitória Amaral dos Santos Marina Handeri Hermes Lívia Reis Godinho Flavia Raminho Baldow Botelho	Ototoxicidade ocupacional: uma consequência do desenvolvimento urbano em relação à exposição ao tolueno nos postos de gasolina
Introdução: No Brasil, entre 2006 e 2022 houve um aumento de 155% na quantidade de veículos nas ruas, e consequentemente uma crescente utilização de postos de gasolina e uma exposição exagerada no meio ambiente à substâncias químicas presentes nos combustíveis, entre elas o Tolueno. A exposição ocupacional a este solvente, juntamente com o ruído pode desenvolver sérios problemas de saúde nos trabalhadores. Diante dessa realidade torna-se oportuno conhecer os riscos provocados pela exposição ocupacional ao tolueno e os principais danos provocados à saúde dos colaboradores, a fim de desenvolver consciência crítica dos empregadores ao observar e seguir adequadamente os limites de tolerância no que se refere à substância tolueno. **Objetivo**: Apresentar a ototoxicidade devido à exposição ao tolueno e seus riscos para a saúde do trabalhador dos postos de gasolina. **Métodos**: Foi realizado uma pesquisa bibliográfica nas bases Scielo e Pubmed utilizando os descritores: ototoxicidade, tolueno, exposição do tolueno e frentistas. Foram selecionados artigos publicados no período de 1994 a 2024 em inglês e português. Resultados: O tolueno ou metilbenzeno é um hidrocarboneto aromático, incolor com odor característico, sua fórmula é C_7H_8. Está naturalmente presente no óleo cru e é produzido através do refinamento de petróleo como subproduto da produção de estireno. A exposição humana ao tolueno ocorre a partir do uso ocupacional e no ambiente doméstico, através da inalação e da exposição ambiental, ocorrendo através da produção ou uso da gasolina, tornando-se nocivo ao sistema auditivo, podendo ocasionar perda auditiva irreversível. **Conclusão**: A exposição ao tolueno gera alterações nos mecanismos da audição, e quando associado ao ruído as alterações são mais graves. Medidas de proteção devem ser tomadas, junto ao Centro Estadual de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest), agentes dos núcleos de vigilância ambiental e sanitária, Ministério do Trabalho e Emprego, e ao sindicato dos frentistas. Os trabalhadores devem ser orientados, como utilizar os equipamentos de proteção individual, não cheirar a tampa do tanque ou aproximar a orelha do tanque do carro, não comer na pista, utilizar máscara para vapores orgânicos na coleta de amostra, na medição do tanque e no desabastecimento do caminhão. Com as medidas corretas empregadas e monitorização adequada, a promoção da saúde auditiva é realizada, gerando qualidade de vida para esses trabalhadores.		

382	Socorro Alves da Silva Vanessa Maria da Silva Ana Carla de Freitas Caldas da Fonte Verônica Maria de França Graziella de Araujo Freitas	Implementação de estratégias de psicoeducação para a promoção da saúde mental junto a teleatendentes de uma central de relacionamento bancária

Introdução: As transformações no mercado de trabalho, que inclui a adoção de novas tecnologias e investimentos em sistemas de comunicação, tem interpelado maior adaptabilidade aos novos processos e aumento da carga mental do trabalhador[1]. Especificamente, o trabalho em centrais de *telemarketing* requer do teleatendente habilidades de relacionamento interpessoal, comunicação assertiva, resolução de problemas e resiliência emocional2. Neste contexto, a psicodeducação visa o fortalecimento das relações, redução do estigma, melhoria da funcionalidade psicossocial, empoderamento e autonomia para o enfrentamento de desafios e possíveis crises3. A adoção desta estratégia junto à implementação de medidas ergonômicas que considerem os fatores humanos, são fundamentais para a promoção da saúde mental dos trabalhadores. **Objetivo:** o objetivo deste estudo é relatar a experiência da implementação de ações de psicoeducação junto à teleatendentes que atuam em uma central de relacionamento bancária. **Métodos:** trata-se de um relato de experiência corporativa, de caráter qualitativo. O roteiro para os encontros foi elaborado após acesso a algumas informações prévias sobre a condição de saúde mental, demandas e necessidades relacionadas ao contexto de trabalho e levantamento de temas de interesse junto aos trabalhadores. As atividades foram implementadas mensalmente, desde julho de 2022, com duração de 25 minutos, pré-agendadas durante o expediente de trabalho. A periodicidade e tempo das intervenções foram estabelecidas considerando o contexto organizacional de forma a não impactar na execução das atividades de trabalho, bem como, a fomentar reflexão, autonomia e prática dos hábitos de autocuidado psicológico juntos aos trabalhadores. **Resultados:** Ao longo do período, até junho de 2024, foram realizados 24 encontros, a partir dos quais foram trabalhados diferentes temas de interesse. As intervenções foram propostas em 11 grupos compostos por cerca de seis trabalhadores, mediados por uma psicóloga. Cada grupo é liderado por um Gerente de Grupo e todos os componentes desempenham a função de teleatendentes por cerca de cinco anos. Os temas propostos envolveram: Práticas e reflexões sobre autocuidado psicológico; Roda de cuidado e acolhimento; Suicídio: construindo caminhos de prevenção e posvenção; Tempo: cronológico e psicológico; Gestão do tempo e saúde: tríade do tempo; Saúde mental e atividade física; *Mindfulness*; E agora: reflexões sobre nossas prioridades de vida; Teste de LIPP - Inventário de sintomas de *stress*; Benefícios de uma alimentação saudável para a saúde mental; Você já se incluiu na agenda hoje?; Como estão nossas emoções e sentimentos?; Inteligência Emocional; Autoconhecimento; Comunicação não-verbal; Comunicação Não Violenta; Janeiro branco e a importância dos começos; Poética da Navegação; Pentáculo do bem-estar; Quando o corpo fala: onde está o meu

sintoma?; Somatização e doenças psicossomáticas; Caminhos de enfrentamento: identificando o problema. **Conclusões:** a psicoeducação como intervenção de grupo se mostra um instrumento eficaz para o acolhimento, compreensão da situação de adoecimento e criação de estratégias de enfrentamento. Não foi realizada uma avaliação clínica dos impactos diretos da intervenção, mas a partir da observação no decorrer das atividades se pôde evidenciar que os encontros têm contribuído para o fortalecimento das habilidades emocionais e adoção de novas estratégias individuais e coletivas de enfrentamento no contexto ocupacional, reduzindo o estigma e proporcionando adesão ao tratamento relacionado à saúde mental, favorecendo práticas de autocuidado como a autorreflexão e cultivo de boas relações sociais, desta forma promovendo um ambiente mais saudável, seguro e consciente. Torna-se importante a realização de novas pesquisas, que visem a avaliação dos impactos desta intervenção para a promoção da saúde mental e qualidade de vida no trabalho dos teleatendentes.

383	Diego dos Santos Amorim Bruno Pires Amorim Camilla Alves Pacas de Oliveira Charley Rafael Coêlho Vaz Pacheco Diego Torres Aladim de Araújo Giovanni Carlo Paoliello	Avaliação do impacto do teletrabalho na saúde dos trabalhadores: análise de como o trabalho remoto afeta aspectos físicos e mentais dos profissionais

Introdução: O teletrabalho, popularmente conhecido como home office, emergiu como uma alternativa significativa em resposta à pandemia de COVID-19. Esse modelo, que envolve o desempenho das atividades laborais fora do ambiente tradicional do escritório, trouxe consigo uma série de mudanças na dinâmica laboral, impactando diretamente a saúde física e mental dos trabalhadores. **Objetivo:** Analisar o impacto do teletrabalho na saúde dos trabalhadores, considerando tanto os aspectos físicos quanto os mentais. M**étodos:** Este artigo adotou a abordagem de revisão integrativa da literatura para sintetizar e analisar os estudos disponíveis sobre o impacto do teletrabalho na saúde dos trabalhadores. A busca de dados foi realizada nas seguintes bases de dados: Medical Literature Analysis and Retrieval System Online – MEDLINE via PUBMED, Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde - LILACS via Biblioteca virtual em saúde - BVS, e Scientific Electronic Library Online (SCIELO). **Discussão:** A configuração adequada do ambiente de trabalho em casa e o apoio organizacional são cruciais para promover uma experiência positiva de home office. Os riscos associados ao teletrabalho, enfatizando a responsabilidade dos empregadores em garantir condições de trabalho adequadas e oferecer suporte aos trabalhadores para mitigar esses riscos. A relação entre o trabalho em home office, a felicidade e a saúde dos professores universitários, destacando a importância de garantir condições de trabalho adequadas e oferecer suporte emocional para evitar o estresse e o esgotamento. Em conjunto, esses estudos fornecem informações para compreender os desafios e as

oportunidades associados ao teletrabalho e desenvolver estratégias eficazes para promover o bem-estar dos trabalhadores em regime de home office. **Conclusão**: É importante que as organizações implementem políticas e práticas que promovam um equilíbrio saudável entre vida pessoal e profissional, ofereçam suporte emocional e ergonômico aos trabalhadores e garantam o direito à desconexão. Além disso, é fundamental que os empregadores reconheçam sua responsabilidade em proporcionar condições de trabalho adequadas e proteger a saúde física e mental dos profissionais em regime de home office.

384	Rodrigo Sevinhago	Projeto integrar – controle de uso de psicofármacos e psicoativos

Introdução: Dados da Organização Mundial de Saúde sobre incapacidade, apontam que cerca de um bilhão de pessoas são incapazes em todo o mundo e dessas entre 110-190 milhões de adultos apresentam quadro de incapacidade bastante significativa (WHO, 2019). Os casos mais comuns de incapacidade laboral envolvem atividades de cunho operacional: trabalho em altura, trabalho em espaço confinado, trabalho com uso de proteção respiratória, trabalho em locais com calor, trabalho com uso de veículos industriais, trabalho com ergonomia inadequada, trabalho em ritmo acelerado, entre vários outros tipos de trabalho que poderiam sobrepujar as restrições ou comprometer o seu exercício (ARBEX, 2016). Características como a ansiedade, a depressão, o consumo abusivo de substâncias psicoativas e o estresse diário estão, são elementos que de maneira acumulativa estão entre os fatores de risco mais comuns para predisposição e adoecimento de trabalhadores (LEÃO *et al.*, 2021). Nessa perspectiva, o uso de psicofármacos como terapia medicamentosa em colaboradores que apresentam adoecimento emocional, tem íntima relação com aumento do absenteísmo ou ainda afastamentos previdenciários (FERNANDES *et al.*, 2018). Diversos estudos mostram que a duração dos afastamentos esteve relacionada ao uso de psicofármacos de maneira irregular ou sem acompanhamento psiquiátrico e psicológico adequado (LEÃO *et al.*, 2021). **Objetivo**: Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo apresentar uma estratégia desenvolvida para avaliação e posterior liberação dos empregados que se encontram em restrições no desenvolvimento de atividades operacionais, mesmo estando em tratamento regular com psicofármacos. **Método**: Dessa forma, foi proposto uma intervenção a partir de uma avaliação ampla dos colaboradores para execução das atividades laborais, dentro da sua capacidade laboral residual, envolvendo a equipe interdisciplinar (médicos, assistentes sociais, enfermeiros, técnicos de segurança do trabalho e gestores), no monitoramento das atividades operacionais tendo como base os normativos institucionais. Os resultados alcançados com a implantação do Projeto Integrar são satisfatórios, durante o período de execução do projeto foram identificados e cadastrados 72 colaboradores em condições de restrição laboral por uso de psicofármacos e com restrição laboral declarados assistidos por médico assistencial. Esses colaboradores foram acolhidos pela equipe de saúde ocupacional (médicos, enfermeiros e assistentes sociais), engenheiros ou técnicos de segurança do trabalho e gestores durante o período de acompanhamento. Durante o período de acompanhamento foi possível identificar reincidências no projeto devido a descompensação do quadro clínico, por isso o

acompanhamento pelo médico assistencial e médico do trabalho durante a vigência do programa são fundamentais para garantir a segurança e bem-estar do colaborador. As causas evidenciadas de reincidência foram: exacerbação do quadro psicopatológico (recaída por drogadição, vulnerabilidade social/familiar/financeira) e ajuste medicamentoso assistencial. **Conclusão**: Ademais, foram concluídos 55 acompanhamentos do projeto integrar com pareceres favoráveis ao retorno das atividades operacionais sem restrições, ou seja, finalizando o acompanhamento no projeto, com seguimento periódico como condição crônica. Observamos ainda, que a participação de alguns colaboradores motivou o estudo do escopo de função, com intuito de avaliar o descritivo do cargo e ponderar sobre o impacto ou não do uso da medicação sobre a atividades desempenhadas em área. Também foi possível evidenciar que a relação saúde-trabalho-doença é uma política que deve ser apoiada pelas organizações de maneira multidisciplinar. Os impactos da reaproximação do colaborador a atividade profissional operacional durante o tratamento com psicofármacos trazem resultados extremamente favoráveis ao curso da patologia. Por fim, cabe citar que em todos os processos de adoecimentos, os pacientes modificam suas visões sobre sua vida, sua patologia, sua família, sua relação ao ambiente de trabalho, sua conexão com lazer e atividade física. Em geral, sentindo-se insatisfeitos e sem apoio, por isso é fundamental a integração em diversos cenários do cotidiano com intuito de prover inclusão e bem-estar emocional.

387	Bruna Roberta Muntanelli João Silvestre Silva-Junior Arthur Arantes da Cunha Frida Marina Fischer	Fatores para o retorno sustentado ao trabalho após afastamento por transtorno mental

Introdução: Os transtornos mentais comprometem a cognição, as emoções e o comportamento, afetando negativamente as habilidades pessoais, sociais e profissionais. Esses transtornos frequentemente resultam em afastamentos prolongados e apresentam alta taxa de recorrência, com recaídas mais graves. O Retorno Sustentado ao Trabalho (RST) é definido como um período de quatro semanas consecutivas sem novos afastamentos. Fatores individuais, comportamentais e ambientais podem influenciar o retorno sustentado ao trabalho. Quando bem-sucedido, o retorno sustentado ao trabalho melhora os desfechos de saúde para o trabalhador e diminui os custos associados aos afastamentos. **Objetivos:** Analisar os fatores preditores para o retorno sustentado ao trabalho (RST) após afastamento por transtornos mentais. **Métodos:** Estudo longitudinal realizado entre 2014-2017 na cidade de São Paulo. Participaram 255 trabalhadores que buscavam um benefício por incapacidade laborativa em decorrência de adoecimento mental. Todos responderam a questionários sobre informações sociodemográfica e ocupacionais, e permitiram acesso ao seu laudo médico pericial. O retorno sustentado ao trabalho foi definido como um retorno às atividades laborais por um período mínimo de 30 dias, sem novos afastamentos por doença. Os fatores preditores para o RST foram analisados por modelos de regressão logística múltipla,

sendo considerada a significância estatística valor p<0,05. **Resultados:** A maior parte era do sexo feminino (74,1%), idade média 37 anos (desvio padrão 8,7), trabalhavam em atividades administrativas ou de supervisão (40,4%), com diagnóstico de depressão (53,3%). Houve RST em 63,5% dos casos. Os fatores associados ao retorno sustentado ao trabalho foram tempo na função há mais de um ano (Odds Ratio - OR 3,25; Intervalo de Confiança - IC95% 1,03-10,28) e retorno ao trabalho em setor diverso do original (OR 2,90; IC95% 1,01-8,32), em modelo final ajustado por sexo, faixa etária, histórico de benefícios prévios e modelo desequilíbrio esforço-recompensa. **Conclusões:** A maioria dos participantes que tentaram retornar ao trabalho conseguiram permanecer no exercício laboral por mais de trinta dias sem novos episódios de afastamento. A experiência superior a um ano na empresa e a mudança no setor de trabalho no momento do retorno influenciam na permanência dos trabalhadores após reintegração laboral.

390	Ivy Letícia Brandião Costa Marcela Cristina Bueno Neiva Almeida Sandra Mara Bueno Neiva Bergamaschi Thaís Avelar Fonseca Guilherme Tadeu Campos Hauck	A influência da ergonomia como fator de impacto na qualidade de vida e produtividade dos colaboradores: revisão de literatura

I**ntrodução**: Ergonomia é definida como “a ciência do trabalho”, é a disciplina científica que se preocupa com a compreensão das relações entre humanos e outros elementos de um sistema e que aplica teoria, princípios, dados e métodos para projetar a fim de otimizar o bem-estar humano e o desempenho geral do sistema. Nesse contexto, a análise ergonômica do trabalho é uma mediação no ambiente de trabalho para avaliação das consequências físicas e psicofisiológicas decorrentes da atividade humana no meio de produção. Assim, visa compreender a situação de trabalho e confrontar com aptidões e limitações inerentes à ergonomia, além de diagnosticar situações críticas segundo legislação oficial, estabelecer sugestões, alterações e recomendações de ajustes de processo, produto, postos de trabalho e ambiente de trabalho. Com isso, busca estabelecer uma aproximação na compreensão geral de problemas relacionados com a organização do trabalho e seus reflexos em prováveis ocorrências de lesões físicas e transtornos psicofisiológicos. A Norma Regulamentadora n.º 17 diz sobre ergonomia no local de trabalho e define medidas a serem adotadas no ambiente de trabalho, para gerar benefícios tanto para o bem-estar psicológico quanto para a rotina diária dos colaboradores. **Objetivo**: avaliar como a análise ergonômica influencia na saúde e eleva a qualidade de vida dos colaboradores no ambiente organizacional, contribuindo para um melhor desempenho profissional. Método: foi realizada pesquisa bibliográfica da literatura nacional e internacional, presentes no banco de dados PUBMED, SciELO e LILACS. Os descritores foram “Ergonomia”; “Ergonomics”; “Análise ergonômica do trabalho”; “Ergonomic Work Analysis”; “Produtividade”; “Productivity”. Discussão: totalizando 25 artigos, evidenciou-se que reconhecer e eliminar riscos ergonômicos contribui para o bem estar dos trabalhadores e maior eficiência dos

processos de trabalho. **Conclusão**: a análise ergonômica do posto de trabalho e as devidas intervenções podem melhorar significativamente a produtividade, segurança e qualidade de vida dos trabalhadores. As práticas ergonômicas no ambiente de trabalho são importantes para adaptar as condições laborais às necessidades dos trabalhadores, considerando uma avaliação detalhada da ergonomia cognitiva e física. Os ajustes ergonômicos são considerados investimento estratégico para a otimização da produtividade e sustentabilidade empresarial. Assim, fica evidente a relevância de integrar a ergonomia como um elemento chave na gestão de ambientes organizacionais para promover um ambiente laboral saudável e produtivo.

391	Tatiana Fumie Ishimitsu Symonne Pereira Tappes João Silvestre Silva-Junior	Acidente de trabalho em profissionais técnicos de enfermagem em hospital terciário público na cidade de São Paulo: estudo transversal com dados de 2023

Introdução: A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que mais de 300 milhões de acidentes de trabalho ocorrem em todo o mundo por ano (1). De acordo com a legislação previdenciária brasileira “acidente de trabalho é uma lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte, perda ou redução da capacidade para o trabalho em decorrência do exercício laboral" (2) e acidente de trajeto é “o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de trabalho no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela” (2). Dados nacionais apontam que, em 2022, o setor de atendimento hospitalar liderou o ranking com maior número de acidentes de trabalho, com 55.697 registros. A ocupação mais frequentemente citada em notificações de acidentes de trabalho foi a de técnico de enfermagem. (3) Neste levantamento, o terceiro agente causador das ocorrências relacionadas à acidentes no local de serviço foi o contato com pessoas doentes ou material infectocontagiante.(3) A prevenção de acidentes é um assunto que deve ser reforçado frequentemente com os profissionais da saúde, pois os impactos são múltiplos, tanto para o contratado, quanto para o contratante. A vigilância epidemiológica de casos permite avaliar grupos em maior risco, a fim de direcionar ações corretivas e preventivas de forma eficaz. **Objetivo:** Levantar o número de casos de acidentes de trabalho (típicos e de trajeto) registrados em 2023 em profissionais técnicos de enfermagem em um Hospital Terciário da cidade de São Paulo. **Métodos**: Trata-se de um estudo transversal com levantamento de informações referentes aos acidentes de trabalho, em profissionais técnicos de enfermagem, ocorridos em 2023 em um Complexo Hospitalar do Estado de São Paulo, de grande porte localizado na capital, com cerca de 22.000 funcionários. **Discussão:** Em 2023 ocorreram no hospital universitário um total de 503 acidentes de trabalho, sendo: 152 acidentes de trajeto (30,22%) e 351 acidentes típicos (69,78%). Dos 351 acidentes típicos: 286 ocorreram em funcionários do sexo feminino (81,48%) e 65 do sexo masculino (18,52%); 192 foram de traumas e causas mecânicas (54,70%), 148 casos de contato com material contaminado com agentes biológicos (42,17%), 11 por exposição a agentes de natureza física e/ou química e/ou aspectos ergonômicos desfavoráveis (3,13%). Houve um total de 584 dias perdidos por afastamento decorrente dos acidentes. Por classificação

de cargos os acidentes típicos ocorreram em 208 auxiliares/técnicos de enfermagem (59,26%), 54 enfermeiros (15,38%), 40 colaboradores da área fim (11,40%), 34 da área administrativa (9,69%), 8 da área meio (2,28%), 5 multiprofissionais (1,42%) e 2 médicos (0,57%). Do cargo com mais ocorrências, auxiliares/técnicos de enfermagem: 109 foram decorrentes de contato com material biológico (52,40%), 98 traumas/mecânicos (47,12%) e 1 ergonômico (0,48%). Em relação ao tempo no cargo 92 casos ocorreram com profissionais entre 0 à 5 anos na função (44,23%), 35 entre 5 anos e 1 dia à 10 anos (16,83%), 29 entre 10 anos e 1 dia à 15 anos de trabalho (13,94%), 20 entre 15 anos e 1 dia à 20 anos de trabalho (9,62%) e 32 há mais de 20 anos de trabalho na empresa (15,38%). 184 eram do sexo feminino (88,46%) e 24 do masculino (11,54%). O tempo de dias perdidos totalizou 271 dias. **Conclusão:** A partir da análise dos dados observa-se que a maioria dos acidentes típicos ocorreu em profissionais técnicos de enfermagem, por causas biológicas, em trabalhadores do sexo feminino, na função há menos de cinco anos. O total de dias perdidos foi de 271. Os resultados sugerem a necessidade de treinamentos no início da carreira dos colaboradores, especialmente auxiliares/técnicos de enfermagem, no uso de instrumentos com materiais biológicos.

393	José Gabriel Knuppel Ruth Borges Dias Raphael Augusto Pereira de Melo Knuppel	Construção de um consenso Delphi das competências em saúde do trabalhador para os egressos do curso de medicina

Introdução: A definição das competências necessárias em saúde do trabalhador para os egressos dos cursos de Medicina é essencial para garantir uma formação adequada e alinhada às demandas do mercado de trabalho. Este estudo teve como objetivo elaborar um consenso sobre as competências mínimas necessárias nessa área, utilizando o método Delphi. **Métodos:** Um questionário foi elaborado com proposições baseadas nas competências já disponibilizadas no site da Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade. Esse questionário foi enviado eletronicamente a 21 especialistas, divididos em sete médicos de família e comunidade, sete médicos do trabalho e sete médicos generalistas. O processo Delphi consistiu em três rodadas de avaliação, nas quais as opiniões e justificativas dos participantes foram acolhidas e sistematizadas. O critério para consenso foi definido como uma convergência igual ou maior a 75% na escala Likert. **Resultados:** Foram necessárias três rodadas para estabelecer o consenso em todas as 24 competências propostas. As competências foram então organizadas e sistematizadas conforme a relevância apontada pelos especialistas. **Conclusão:** A literatura apresenta poucos dados que fundamentem as competências mínimas em saúde do trabalhador para os cursos de graduação em Medicina. Os resultados obtidos neste estudo contribuem para as discussões sobre as competências essenciais para uma formação de qualidade em saúde do trabalhador, além de possibilitar a estimativa de uma carga horária mínima necessária para a formação adequada nessa área.

396	Samuel Ribeiro Martins Luis Fernando Gonçalves de Castro Vinicius Chagas Madureira Leonardo Gomes Santos	Indicadores de segurança e saúde ocupacional: como estabelecer

Introdução: Embora não estejam explícitos em requisitos legais, o estabelecimento de indicadores de segurança e saúde ocupacional (SSO) refletem o compromisso das organizações em garantir a integridade da saúde física e mental de seus colaboradores por meio de uma política e cultura de SSO. O estabelecimento de indicadores de desempenho de SSO dão suporte aos atendimentos normativos e legais, podem representar ganho significativo para organizações reduzindo gastos com afastamento ao trabalho, indenizações e autuações por órgãos fiscalizadores, além e não onerar a previdência social. **Objetivos**: Diante dos desafios em definir indicadores relevantes para as organizações, temos como objetivo pontuar os critérios para definição de indicadores básicos e essenciais no que tange a SSO. **Métodos**: Neste sentido, foi realizada uma revisão de literatura de cunho exploratório, qualitativo e descritivo. Aspecto esse que, a pesquisa foi pautada segundo a base de dados da Scielo, Google Acadêmico e Biblioteca Virtual em Saúde. Os descritores que permearam a pesquisa foram: “Medicina do trabalho”, “Indicadores de saúde e Segurança” e “Saúde ocupacional”. Ao todo 5 trabalhos científicos foram selecionados para a elaboração do resumo cujo critério seletor foi um texto completo, em português ou inglês, que melhor se adequava ao tema. Também foi utilizado bibliografia de acervo pessoal. Organizações que optam em adotar um sistema de gestão de SSO, devem estabelecer tais indicadores, uma vez que os mesmos são requisitos normativos que norteiam tal sistema, como os baseados na ISO 45001 (Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho) . **Discussão**: Cabe ressaltar que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) destaca a importância de monitorar a frequência de acidentes para avaliar a segurança no ambiente de trabalho. Para definição de indicadores, Vicente Falconi destaca que os mesmos devem ser norteados por princípios aplicados diretamente a SSO, tais quais devem ser claros, específicos e alinhados com os objetivos e política organizacional, capazes de proporcionar um ambiente de trabalho seguro e saudável. Segundo Falconi, os indicadores de SSO devem ser relevantes, para refletir aspectos críticos da segurança e saúde dos trabalhadores como a taxa de acidentes, frequência de treinamentos de segurança realizados, número de inspeções de segurança, ou a incidência de doenças ocupacionais. Devem ser mensuráveis, precisam ser quantificáveis para que possam ser acompanhados ao longo do tempo. Isso permite à organização identificar tendências, áreas de risco e a eficácia das medidas de controle implementadas. Devem ser específicos e atingíveis, sendo claros e focados em aspectos específicos da segurança e saúde, como reduzir em 20% o número de acidentes com afastamento no próximo ano é um objetivo específico e atingível. Devem ser orientados para ações preventivas, ou seja, além de medir o que já aconteceu (indicadores reativos, como o número de acidentes), é importante ter indicadores proativos

que ajudem a prevenir acidentes e doenças, como o percentual de conformidade em auditorias de segurança. Devem ser revisados e atualizados conforme a organização evolui, garantindo que continuem relevantes e eficazes. Além dos princípios de gestão por indicadores mencionados, outros fatores devem ser considerados ao estabelecer os indicadores, é fundamental considerar fatores práticos que refletem a realidade do ambiente de trabalho. Fatores com a natureza dos riscos presentes na organização. Segundo Chiavenato (2010) a identificação e avaliação dos riscos são passos iniciais essenciais para garantir a segurança dos trabalhadores. Ainda em relação a exposição aos riscos ocupacionais, a NR-09 (Norma Regulamentadora n°09) do Ministério do Trabalho e Emprego, estabeleceu recentemente o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), que tem uma relação direta e fundamental com a definição e o uso de indicadores de segurança e saúde ocupacional (SSO) nas organizações. Outro fator importante é regime de trabalho adotado pela empresa, como turnos, trabalho remoto, ou horários flexíveis, também influencia na definição dos indicadores. De acordo com Santos Júnior e Benatti (2016), o monitoramento da saúde e segurança em diferentes regimes de trabalho deve considerar fatores como a fadiga em turnos noturnos ou a ergonomia no trabalho remoto, estabelecendo indicadores que reflitam essas especificidades. Segundo Chiavenato (2010), a análise de eventos passados é fundamental para identificar áreas de maior risco e prevenir ocorrências futuras, estabelecendo indicadores que monitorem a frequência e a gravidade dos incidentes. **Conclusão**: Concluímos que a aplicação dos princípios de gestão por indicadores na área de segurança e saúde ocupacional ajudam a criar um ambiente de trabalho mais seguro, além de contribuir para a melhoria contínua e a sustentabilidade da organização.

397	Diego Torres Aladim de Araújo Camilla Alves Pacas de Oliveira	Sinais e sintomas para o agravamento de saúde mental no ambiente corporativo

Introdução: A saúde mental no ambiente corporativo tem se tornado um tema de crescente preocupação, especialmente no atual cenário global marcado por incertezas e rápidas mudanças. A pandemia de COVID-19 intensificou esses desafios, resultando em um aumento significativo de diagnósticos de transtornos mentais, como depressão, ansiedade e burnout. Este estudo visa identificar evidências científicas sobre sinais e sintomas de agravamento da saúde mental, com foco na síndrome de burnout, em populações corporativas. **Objetivos:** Descrever sinais e sintomas de agravamento mental na população corporativa, identificar qual população na hierarquia de um ambiente corporativo é mais exposta e analisar tipos de gestão que podem atuar como fatores de risco para a saúde mental. **Métodos:** Foi realizada uma revisão narrativa da literatura em bases de dados como LILACS, Medline e SciELO, abrangendo publicações entre 2018 e 2023. Os descritores utilizados incluíram "Saúde Mental", "Sinais e Sintomas", "Fatores de Risco" e "Saúde Ocupacional". Os artigos selecionados foram analisados e registrados em fichas contendo informações sobre dados do periódico, base de dados, idioma, ano de publicação, objetivos, resultados e conclusões. **Resultados:** Os sinais e sintomas mais frequentes de agravamento mental observados incluíram irritabilidade, alterações no sono, fadiga, dificuldades de concentração e sintomas físicos

como dores de cabeça e gastrointestinais. A síndrome de burnout, caracterizada por exaustão emocional, despersonalização e baixa realização pessoal, foi identificada como um problema relevante, especialmente entre gestores de nível médio e profissionais de alta responsabilidade. Estilos de gestão autoritários, demandas excessivas e ambientes de trabalho rígidos foram identificados como fatores de risco que contribuem para o agravamento da saúde mental dos colaboradores. **Conclusões:** A saúde mental no ambiente corporativo é influenciada por fatores individuais e organizacionais. O burnout, em particular, surge como um problema crítico, exacerbado por estilos de gestão ineficazes e falta de suporte adequado. Intervenções que promovam um ambiente de trabalho equilibrado, com suporte psicológico e treinamento para gestores, são essenciais para mitigar os riscos e melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores.

398	Sarita Geraldo Rosa Barros Rodrigo Roger Vitorino Jacqueline Batista de Melo Janaína Lopes Moehecke Renata Trajano Frasson	Resultados da utilização do ensaio de impacto do programa de gestantes no perfil de utilização dos recursos da saúde suplementar: experiência de uma empresa farmacêutica de grande porte

I**ntrodução** A gestão dos custos com a saúde suplementar tornou-se imperativa às corporações em virtude da flagrante necessidade de racionalizar a alocação dos recursos, assegurando sua sustentabilidade. Os custos médicos hospitalares com colaboradoras gestantes apontaram a necessidade de acompanhamento médico direcionado. Neste contexto, a implantação de um programa de monitoramento, acolhimento, apoio e assistência das gestantes permitiu a avaliação e direcionamento médico das colaboradoras inseridas no programa demonstrando benefícios para a organização, reduzindo custos com convênio médico e proporcionando um ambiente de trabalho mais saudável e seguro para as mães e seus bebês. **Objetivos:** Avaliar como o programa de acompanhamento de gestantes impacta no perfil de utilização do convênio médico. Comparando gestantes acompanhadas no programa e não acompanhadas. **Métodos**: Foi realizado estudo observacional, analítico, retrospectivo, tipo caso controle. Foram estudadas as contas médicas dos planos de saúde das beneficiárias gestantes de empresa farmacêutica de grande porte, incluindo titulares e dependentes, no período outubro/2022 a janeiro/2024. Foram analisados os custos em internação, consultas ambulatoriais, consultas em pronto socorro, exames simples e exames complexos; comparando as gestantes acompanhadas no programa e não acompanhadas. **Resultados:** O estudo foi realizado em duas operadoras de saúde com planos de sistema pré-pagamento. A primeira operadora analisada é tipo seguro saúde, foi estudada as contas de 16 (32,6%) gestantes acompanhadas no programa sendo 2 dependentes e 14 titulares e 33 (67,4%) gestantes não acompanhadas no programa, sendo 13 dependentes e 20 titulares, totalizando 49 gestantes. Considerando custos com internação, tratamento, exames simples, exames complexos, consultas em pronto socorro,

consulta geral, clínica o sinistro total das gestantes não acompanhadas totalizou em 3.408.949,49 reais sendo sinistro por gestante não acompanhada de 103.301,00 reais. Já as gestantes acompanhadas no programa totalizaram o sinistro com valor de 343.760,80 reais sendo sinistro por gestante acompanhada no programa de 21.485,00 reais. A segunda operadora estudada é plano de saúde tipo cooperativa, houve o estudo de 86 (25,2%) gestantes acompanhadas pelo programa sendo 13 dependentes e 73 titulares, e 255 (74,8%) não acompanhadas, sendo com total de 137 dependentes e 118 titulares, totalizando 341 gestantes. Utilizando mesmos critérios do primeiro convênio de saúde analisado o sinistro total das gestantes não acompanhadas foi de 4,353.446,39 reais sendo 17.072,00 reais por gestante não acompanhada e 967.682,45 reais em gestante acompanhada no programa, sendo 11.252,00 reais por gestante acompanhada no programa. O primeiro plano de saúde possui o valor do sinistro maior em relação ao segundo plano por ser seguro saúde com direito a reembolso (política de reembolso limitada e estabelecida pela empresa), apesar da particularidade nas duas operadoras de saúde tivemos uma redução significativa do sinistro nas gestantes acompanhadas pelo programa versus gestantes não acompanhadas pelo programa. **Conclusão:** É possível concluir que o programa estudado pode promover um desfecho favorável a gestação melhorando o perfil de utilização dos recursos da saúde suplementar, redução dos custos assistenciais e da morbimortalidade materna e neonatal. Essa iniciativa figura uma estratégia para atender a candente necessidade de configurar um modelo de assistência que seja eficaz e sustentável, suprindo as necessidades dos beneficiários e assegurando a viabilidade e sustentabilidade que as corporações requerem.

399	Maria Fabiana Del Pozo Claudio Taboadela	¿El síndrome visual informático es considerado una enfermedad profesional en la República Argentina?

Introduccion: En los últimos años se ha observado en los trabajadores un incremento en la exposición del ojo a pantallas de visualización (computadoras de escritorio y portátiles, smartphones, tabletas, cascos de realidad virtual y aumentada, etc.) y de televisores y monitores de última generación. Las pantallas de dichos dispositivos emiten luz azul que con el tiempo afecta la visión llevando a la aparición de un conjunto de signos y síntomas oculares y no oculares conocido como síndrome visual informático. El principal síntoma ocular del síndrome visual informático es la astenopia o fatiga visual motivada por el esfuerzo continuo de enfocar el ojo a corta distancia. Otros síntomas oculares son: visión borrosa, ojo seco, picazón, ardor conjuntival y con el tiempo el desarrollo de miopía. Entre los síntomas no oculares es frecuente observar: cefalea, trastornos del sueño y cervicalgia. El objetivo de este trabajo es investigar si el síndrome visual informático es considerado una enfermedad profesional listada en la República Argentina. **MÉTODOS:** Se efectuó una investigación documental para la cual se utilizó la base de datos Pubmed® de la Biblioteca Nacional de Estados Unidos para la revisión bibliográfica y la base de datos Infoleg® de Información Legislativa y Documental de la República Argentina para la consulta y análisis de la legislación y normativa. **RESULTADOS:** Si bien la OIT considera al síndrome visual

informático como una enfermedad relacionada con el trabajo, en la República Argentina no se encuentra incluido em el listado de enfermedades profesionales y la luz azul tampoco se encuentra incluida en el listado de agentes de riesgo ocupacionales. **DISCUSIÓN:** Si bien el síndrome visual informático puede relacionarse con múltiples factores de riesgo no ocupacionales que afectan al ojo (por ejemplo, errores de refracción no corregidos, presbicia, anomalías acomodativas y de convergencia, alteraciones del parpadeo, síndrome de Sjögren, uso recreativo de las pantallas, gaming, etc.), es indudable que la exposición laboral a pantallas asociada con luz azul intensa, distancia corta, fuente de tamaño pequeño, jornadas laborales prolongadas, etc.) es el factor más importante en la aparición de la astenopía en adultos en edad laboral. En la actualidad, en Argentina los trabajadores que presentan síndrome visual informático tienen que efectuar un trámite especial para que su enfermedad sea considerada profesional dado que no se encuentra incluido en el listado de enfermedades profesionales. **CONCLUSIÓN:** La luz de pantallas de visualización y el síndrome visual informático deberían ser incluidos en el listado de agentes de riesgo y en el listado de enfermidades profesionales de la República Argentina.

400	Catiane Setúbal Ximene Fábio Fernandes Dantas Filho Paulo Antonio Barros Oliveira	Fatores determinantes na escolha da residência em medicina do trabalho

I**ntrodução**: O código de ética médica veda ao médico deixar de esclarecer o trabalhador sobre os determinantes profissionais de sua doença e as condições de trabalho que ponham em risco sua saúde. Ainda, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 200, expressa a competência do Sistema Único de Saúde - SUS em executar ações de saúde do trabalhador e de proteção ao meio ambiente do trabalho. Apesar de o ensino médico ser a base de formação para o bom profissional exigido pela sociedade, existem escolas médicas brasileiras que apresentam importantes deficiências na grade curricular da graduação, como é o caso das disciplinas relacionadas à Saúde do Trabalhador **Objetivos**: Analisar a possível influência da qualidade do ensino na graduação em Saúde do Trabalhador e avaliar quais os fatores determinantes para escolha da Residência em Medicina do Trabalho entre os médicos residentes do primeiro e do segundo ano de todos os Programas de Residência Médica em Medicina do Trabalho do Brasil, entre os anos de 2023 e 2024. **Métodos**: Foi feita pesquisa sobre o número de escolas médicas no site do Conselho Federal de Medicina e consultado os currículos acadêmicos de cada uma delas, além de pesquisa no site do Ministério da Educação sobre os Programas de Residência em Medicina do Trabalho, de posse desses dados, foi utilizado um questionário estruturado, a fim de avaliar os fatores determinantes na escolha desta residência médica e que foram respondidos pelos residentes entre os anos de 2023 e 2024. **Discussão**: Apenas 29% das faculdades do país apresentaram disciplinas correlatas com o assunto. Um total de 44 dos 78 residentes aptos responderam ao questionário e somente 6,8% consideraram que o ensino da Medicina do Trabalho na graduação foi um dos fatores mais determinantes

para a escolha da residência médica em Medicina do Trabalho. **Conclusões**: Atualmente, a possibilidade de ter tempo livre foi considerada o fator mais importante na escolha da residência em Medicina do Trabalho, o que demonstra que a especialidade é procurada mais por fatores relacionados à carreira e não por determinantes pessoais.

402	Luciana Fernandes Amaro Leite Hugo Samuel Xavier e Cunha Patrícia de Almeida Ramos Victor Alexsander Alencar Mendes	Relato de experiência: ações educativas para redução da ocorrência e subnotificação dos acidentes de trabalho

Introdução: Os acidentes de trabalho representam um desafio significativo para a saúde pública e a segurança ocupacional. Segundo a OMS/OIT, em 2016 houve 1,88 milhão de mortes por acidentes de trabalho, sendo 81% por causas preveníveis (WHO/ILO, 2021). A notificação adequada desses eventos é crucial para a implementação de medidas preventivas e corretivas evitando incidentes pontuais, bem como desastrosos, tal qual foi o maior acidente de trabalho do Brasil em Brumadinho-MG em 2019 com a morte de 272 trabalhadores da barragem de minério (SOUZA e SOUZA, 2019). Antes da implantação do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) na Prefeitura de Diamantina-MG, a subnotificação de acidentes de trabalho era uma realidade preocupante, fato que comprometia a análise precisa dos riscos ocupacionais e a elaboração de estratégias de intervenção eficazes. Com a implantação do SESMT, a equipe, ao perceber essa lacuna, desenvolveu e implementou um plano de intervenção baseado na educação em saúde, visando a prevenção dos acidentes de trabalho e aumentar a notificação. **Objetivos:** Conscientizar os trabalhadores da Prefeitura de Diamantina-MG sobre os acidentes de trabalho. Mudar o cenário de subnotificação previamente vigente. Garantir um ambiente de trabalho seguro para os funcionários em questão. **Método:** A intervenção adotada para abordar a subnotificação e melhorar a cultura de segurança no ambiente de trabalho envolveu as seguintes etapas: Criação de um Fluxograma de Comunicação de Acidentes de Trabalho, onde descrevia os passos a serem seguidos desde a ocorrência do acidente até a sua notificação e registro formal. Intervenções em Educação em Saúde, por meio de exposições dialogadas em cada setor da Prefeitura, onde apresentamos dados sobre a importância da notificação, os impactos dos acidentes de trabalho, medidas preventivas e o fluxograma de comunicação em caso de acidentes. Entrega de materiais educativos: Desenvolvemos e distribuímos diversos materiais informativos, incluindo banners, cartazes A3 e dispositivos autocolantes para as mesas dos trabalhadores. Esses materiais continham informações essenciais sobre procedimentos de segurança e como proceder em caso de acidente. **Resultados:** Durante o mês de Abril de 2024, aproveitando a simbologia do ABRIL VERDE, foram realizadas 6 intervenções pelo SESMT com trabalhadores considerados estratégicos de cada secretaria para difundir as informações repassadas. No total, 67 servidores participaram das intervenções, pertencentes a dez secretarias sendo da Secretaria Municipal:

de Cultura e Patrimônio Histórico; de Planejamento, Orçamento e Gestão; de Governo; da Fazenda; de Desenvolvimento Social; de Saúde; de Agropecuária e Meio Ambiente, de Educação, de Esportes, Lazer e Juventude e de Desenvolvimento Econômico e Turismo. Apenas a Secretaria de Obras e Serviços não participou. Em cada reunião, foram entregues materiais contendo o Fluxograma de Comunicação de Acidente de Trabalho, são eles: 1 banner para cada secretaria, dispositivos autocolantes para as mesas dos servidores e cartazes em formato A3 que foram afixados nos locais de trabalho. Além de folder informativo sobre Acidente de Trabalho. **Discussão:** Considerando o CNAE, (BRASIL, 2021) a administração pública em geral é evidenciada com o 3° maior número de acidentes de trabalho no ano. “Se grande parte dos atores pesquisados nunca recebeu capacitação, aí pode estar uma das causas da subnotificação dos agravos relacionados à saúde do trabalhador” (RIBEIRO, 2021). Assim sendo, a disponibilidade de informações qualificadas sobre determinantes de saúde e impacto de intervenções na saúde da população é crucial para as intervenções locais (GUSSO, 2019). **Conclusão:** As intervenções da campanha proporcionaram um ambiente interativo entre os servidores e a equipe do SESMT, promovendo educação em saúde. A exposição dialogada facilitou o aprendizado sobre as características dos acidentes de trabalho, resultando em uma maior conscientização dos trabalhadores e na consequente redução da subnotificação desses eventos.

403	Luciana Fernandes Amaro Leite Amanda Oliveira Silva Maria Luiza Santos Reynaldo Patrícia de Almeida Ramos Ramon Wellison da Silva Leite	Relato de experiência: ação exitosa de educação em saúde sobre diabetes mellitus

Introdução: O diabetes mellitus (DM) é caracterizado por um grupo de síndromes metabólicas hiperglicemiantes que desencadeiam múltiplas consequências para a vida dos portadores, afetando diversos sistemas do corpo e exigindo cuidados contínuos. Atualmente, é classificado como uma condição crônica não transmissível, que tem emergido como uma epidemia global. A atenção ao diabetes na medicina do trabalho é crucial, pois essa condição não apenas afeta a saúde dos trabalhadores, mas também impõe uma carga adicional devido à perda de produtividade, aposentadoria precoce e mortalidade precoce (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2024). Nesse contexto, o projeto de extensão “Cuidando de quem cuida da nossa cidade” promoveu ações nos diversos locais de trabalho da Prefeitura de Diamantina para convidar os servidores municipais à uma reflexão sobre os efeitos do diabetes e a importância de seu controle e prevenção. **Objetivos:** Implementar ações educativas para conscientizar os trabalhadores sobre a importância dos cuidados com a saúde, especialmente no contexto de prevenção e manejo do diabetes. Além de disseminar mais informações sobre a doença, suas complicações e estratégias de controle. Também incentivar mudanças positivas no estilo de vida. **Método:** A atividade de

extensão foi realizada pelos discentes da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri (UFVJM) em parceria ao Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) da Prefeitura de Diamantina. A intervenção ocorreu no mês de julho de 2024, entre os dias 8 e 19, havendo seis ações ao todo. A amostragem foi selecionada dentre os funcionários de oito secretarias, de um total de onze, que tinham disponibilidade e aderiram à campanha. Como embasamento teórico para esse trabalho, os discentes realizaram um grupo de estudos prévio sobre o DM, no qual discutiram sobre definição, classificação, diagnóstico, monitoramento da glicemia e tratamento: não medicamentoso e medicamentoso. Além disso, os alunos da Medicina e da Enfermagem foram orientados e acompanhados por uma médica do trabalho e por uma nutricionista, o que agregou multidisciplinaridade ao projeto. A etapa prática da atividade foi focada na educação em saúde. Foram utilizadas estratégias de ensino ativa, como rodas de conversa sobre o tema, que também colocaram a população amostral na posição de protagonismo; bem como a distribuição de folhetos informativos produzidos pela Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais, que abordam o DM com linguagem acessível e orientações práticas, desde definição aos cuidados com a dieta. Ao final das reuniões, ocorreu ainda a aferição da glicemia capilar de quem tivesse interesse, pensando no desenvolvimento da propedêutica dos discentes e na triagem dos funcionários. **Resultados:** A ação contou com a participação de 144 funcionários, sendo 102 (70,83%) do sexo feminino e 42 (29,17%) do sexo masculino. As contribuições mais expressivas foram da Secretaria da Saúde, com 37 (25,69%) pessoas, e da Secretaria da Educação, com 28 (19,44%). No que tange aos valores da aferição da glicemia capilar ao acaso, 76 (52,78%) indivíduos ultrapassaram a marca de 100 mg/dL, sendo que, dentre estes, 11 (14,47%) apresentaram medidas acima de 140 mg/dL. O valor mais baixo registrado foi de 58 mg/dL, enquanto o mais alto foi de 219 mg/dL. Este último foi o único valor que se enquadrou em > ou igual a 200 mg/dL e, portanto, pode ser sugestivo para o diagnóstico de DM, segundo os critérios vigentes da Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD). **Conclusão:** A intervenção foi bem-sucedida ao identificar e explicar possíveis fatores de risco para o DM entre os funcionários da Prefeitura de Diamantina, evidenciando a relevância de ações de promoção à saúde.

404	Maria Laura Pintao Claudio Taboadela	Disfonía ocupacional en docentes, factores de riesgo y acciones de prevención

Introducción: Según la OIT, los docentes constituyen el colectivo laboral con mayor riesgo de padecer disfonías debido al uso constante y sostenido de la voz. **Objetivos:** El objetivo de esta investigación es describir los factores de riesgo relacionados con la disfonía en docentes y proponer acciones preventivas para cada nivel de prevención. **Métodos:** Para el presente trabajo, se realizó una investigación bibliográfica utilizando las bibliotecas electrónicas: PubMed, SciELO y Medline Ultimate. Posteriormente, se efectuaron entrevistas a destacados expertos, lo que permitió enriquecer la investigación documental. **Resultados:** Del análisis de datos surgió que la disfonía en docentes es de origen multifactorial. Los factores de riesgo no ocupacionales más importantes son: edad, sexo,

tabaquismo, alcoholismo, reflujo gastroesofágico, esfuerzo vocal extralaboral, falta de descanso, consumo de medicamentos, cirugías laríngeas previas, laringitis traumáticas, inflamatorias, infecciosas o alérgicas previas, trastornos posturales del cuello, enfermedades neurológicas y mentales, y cáncer de laringe. El principal factor de riesgo ocupacional es la sobrecarga en el uso de la voz. Los diagnósticos más comunes son las disfonías funcionales (fonastenia, hiatus) y los nódulos vocales. Numerosos cofactores se asocian con la sobrecarga del uso de la voz: ruido y mala acústica en el aula, frío, falta de humedad en el ambiente, polvo de tiza, virus, bacterias y hongos presentes en el ambiente y factores psicosociales: nivel de enseñanza, horas trabajadas por semana, pluriempleo, estrés laboral, bajos salarios, reivindicaciones gremiales, violencia estudiantil y desigualdad sociocultural. **Discusión:** La sobrecarga en el uso de la voz y las disfonías en docentes están reconocidas por la legislación argentina como agente de riesgo ocupacional y enfermedad profesional listada. En 2023, la disfonía en docentes se ubicó como la tercera enfermedad profesional más frecuente, luego de la hipoacusia y los trastornos musculoesqueléticos. La alta prevalencia de las disfonías en docentes genera altos costos motivados por el alto nivel de ausentismo, gastos en atención médica y pago de prestaciones dinerarias por incapacidad laboral transitoria y permanente. Dada la multifactorialidad de las disfonías, se proponen las siguientes acciones preventivas: Prevención primaria: es primordial la educación vocal de los docentes durante su formación y a lo largo de toda su carrera. Además, deberán prevenirse los factores de riesgo ocupacionales y no ocupacionales, y corregirse los hábitos de vida inadecuados mediante acciones integradas, coordinadas y multidisciplinarias. Prevención secundaria: la vigilancia de la salud a través de exámenes médicos periódicos es fundamental. El screening de alta sensibilidad, el data análisis y la inteligencia artificial permiten interpretar grandes volúmenes de datos y establecer modelos predictivos que facilitarán la detección precoz de las disfonías en docentes. El tratamiento multidisciplinario temprano y eficaz es fundamental para reducir el tiempo de baja laboral, y evitar las complicaciones. Prevención terciaria: la rehabilitación vocal debe ser personalizada, y la recalificación profesional constituye el último recurso a utilizar luego de haber agotado todo intento terapéutico. Finalmente, la participación de los trabajadores en las acciones de prevención es fundamental para su éxito. **Conclusion:** La mejor estrategia para reducir la incidencia de la disfonía en docentes es la prevención. Dado el origen multicausal de la enfermedad, es necesario identificar los agentes de riesgo y planificar acciones preventivas en cada nivel de prevención. La participación de los trabajadores es fundamental para el éxito de las acciones preventivas.		
405	Luciana Fernandes Amaro Leite Ana Carolina Antunes Costa Anny Caroline Santos de Faria Ester Thomaz Pratte Maria Tereza Rodrigues Costa	Campanhas de vacinação: relato de experiência de uma estratégia longitudinal na prevenção de doenças infectocontagiosas

	Patrícia de Almeida Ramos	

Introdução: Os Serviços Especializados em Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT), por meio da Norma Regulamentadora 4 (NR-4) da Portaria n° 3.214/78, atuam com finalidade de promover a saúde do trabalhador (Brasil, 1978) e, através do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) estabelecido pela NR-7/78, aplicam protocolos de prevenção e profilaxia. Nessa conjunção, a imunização dos trabalhadores se insere como ferramenta eficaz e de grande impacto na redução da morbimortalidade, constituindo fator de proteção contra doenças causadas por agentes biológicos infectocontagiosos (SBIm/ANAMT, 2019). Segundo o Calendário Nacional de Vacinação do Ministério da Saúde, vacinas contra Hepatite B, Difteria, Tétano e Coqueluche (dTpa), Febre Amarela, Sarampo, Caxumba e Rubéola (Tríplice viral) devem ser administradas na idade adulta (18-59 anos); todas oferecidas de forma gratuita pelo Sistema Único de Saúde (Brasil, 2024) e estabelecidas pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI). No entanto, a imunização ativa dos trabalhadores perpassa dificuldades: a vacinação na Estratégia de Saúde da Família (ESF) disponíveis em horário comercial; a infodemia, maximizada durante a pandemia do SARS-CoV-2, que acentuou discussões acerca da segurança e eficácia das vacinas e reverberou em recusa vacinal (Diniz et. al, 2024); somado à dificuldade geográfica que gera dispêndio financeiro com transporte (Fiocruz, 2023). **Objetivos:** Demonstrar a eficácia das campanhas de vacinação promovidas pelo SESMT de 05/2022 a 05/2024 na atualização vacinal dos trabalhadores da Rede Pública Municipal. **Métodos**: As campanhas de vacinação foram conduzidas pelo SESMT ocorrendo mensalmente, de maio de 2022 a maio de 2024. Ao longo deste período, foram realizadas 22 Campanhas, sendo 17 na sede da Prefeitura e 5 descentralizadas, predominantemente em escolas municipais, abrangendo diversas regiões da cidade. A cada campanha, as cadernetas de vacinação dos servidores públicos municipais foram avaliadas pela médica do trabalho com o objetivo de identificar a necessidade de atualização do esquema vacinal. As campanhas foram divulgadas por meio de cartazes afixados em pontos estratégicos, além de comunicação digital direcionada às chefias imediatas e aos grupos de servidores. As informações referentes às doses aplicadas foram registradas no Sistema Viver, utilizado para o controle epidemiológico pela rede municipal de saúde. Foram incluídos na análise todos os servidores que participaram das campanhas e receberam ao menos uma dose de vacina. Foram excluídos aqueles com cadernetas de vacinação completamente atualizadas ou que não receberam nenhuma vacina. **Resultados:** Em 2022 foram realizadas 8 campanhas de vacinação com 347 participações. Destas, 45 servidores somaram 116 (33,42%) participações, ou seja, alguns participaram de múltiplas campanhas. Logo, 276 pessoas participaram das campanhas. Desses participantes, 33 (11,96%) estavam com o esquema vacinal completo, 8 (2,89%) não levaram o cartão de vacina e 1 (0,36%) recusou a aplicação do imunizante da Covid-19. Sendo assim, 234 (42,54%) pessoas foram imunizadas com as 550 doses aplicadas. Com relação ao ano de 2023, houveram 10 campanhas com 396 participações. Nas ações, 62 indivíduos contabilizaram 144 (36,36%) participações. Com isso, participaram 314 pessoas. Destas, 40 (12,74%) estavam com todas as vacinas

em dia, 33 (10,51%) não levaram o cartão vacinal e 2 (0,64%) não aceitaram a aplicação da vacina bivalente Covid-19. Outros 2 (0,64%) servidores não receberam nenhuma dose e sobre 1 (0,32%) pessoa não havia informação. No total, 236 (40,34%) pessoas receberam 585 doses das vacinas administradas. Em 2024, até o mês de maio foram realizadas 4 campanhas, com 168 participações. 1 indivíduo contou com 2 (1,19%) participações, dessa forma, 167 servidores engajaram nas campanhas. Destes, 20 (11,97) estavam com as cadernetas de vacinação atualizadas e 20 (11,97) não possuíam o cartão vacinal no momento da campanha. Sendo assim, 127 (73,4%) pessoas receberam imunização com as 173 doses de vacinas aplicadas. **Conclusão:** Percebe-se, a partir do quantitativo de participação, a eficácia das campanhas de imunização na atualização do cartão vacinal dos trabalhadores. Assim, infere-se a importância desse tipo de iniciativa do SESMT na redução do índice de doenças infecto-preveníveis, as quais podem, inclusive, trazer consequências laborais ao interferirem na saúde do trabalhador.

406	Ingryd Nascimento Rodrigues José Ronaldo Veronesi Junior Danielle Duarte Bernardi Cristóvão Giesen Falcão	Ergofort, um programa de preparação cinesio funcional para trabalhadores

Introdução: O conceito de ergonomia é adaptar o ambiente de trabalho ao homem, porém em muitas atividades laborais, existem exigências ergonômicas em especial no contexto físico e biomecânico que são inerentes ao trabalho. Desta forma fazer um programa de preparação cinesio funcional para os trabalhadores de acordo com as exigências ergonômicas é de fundamental importância para uma condição de trabalho mais segura, eficiente e que preserve a saúde do trabalhador. **Objetivo**: Avaliar a eficácia de um programa de preparação cinesio funcional para trabalhadores por meio de avaliação da capacidade funcional baseado pela Classificação Internacional de Funcionalidade. **Métodos:** A partir da avaliação ergonômica preliminar em uma empresa de aço do Espírito Santo, foi realizado um programa de preparação cinesio funcional por meio de exercícios de fortalecimento, equilíbrio, propriocepção e alongamentos. Para avaliar a eficácia do programa foi realizado um exame físico funcional utilizando dinamômetros, testes funcionais e fotogrametria angular onde os resultados encontrados foram concluídos pela orientação da Classificação Internacional de Funcionalidade. Essa avaliação foi realizada antes e depois do programa e foi comparado os resultados com a avaliação pré admissional dos participantes. Todos os participantes foram orientados quanto ao programa, seus benefícios e que não tinham malefício, assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido. Resultados: Todos os 10 participantes tiveram uma melhora na sua capacidade funcional, com uma média de 19,25% de melhora com um desvio padrão de 6,6% quando comparado a avaliação funcional no período pré admissional e antes do programa. **Conclusão**: De acordo com os resultados apresentados neste estudo o programa de

preparação cinesio funcional demonstrou ser eficaz na melhora da capacidade funcional dos trabalhadores, trazendo assim mais segurança e eficiência ao labor e qualidade de vida aos trabalhadores, além de prevenir lesões futuras.

408	Pedro Paulo de Oliveira Silva Herling Gregorio Alonzo Marcia Bandini	Integrando saúde, trabalho e ambiente: desafios e estratégias para um futuro sustentável

Introdução: A articulação entre saúde, trabalho e ambiente emerge com centralidade na sociedade contemporânea, com impactos nas condições de vida, em geral. Este ensaio aborda a importância dos ambientes de trabalho seguros e saudáveis e a contribuição da medicina do trabalho, considerando os agentes químicos, físicos e biológicos, e a necessidade de práticas sustentáveis para preservar a saúde dos trabalhadores e a integridade ambiental. **Objetivo**: Nosso objetivo é promover uma discussão abrangente que contribua para adoção de estratégias eficazes na promoção da saúde e qualidade de vida no trabalho. **Método**: Trata-se de um ensaio baseado em referências como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a Declaração de Alma-Ata para os Cuidados Primários em Saúde, a Carta de Ottawa sobre Promoção da Saúde, documentos do Ministério da Saúde sobre Saúde do Trabalhador e Vigilância em Saúde Ambiental. **Discussão:** No mundo globalizado saúde, trabalho e ambiente, são temas indissociáveis que envolvem a complexidade das relações sociais e de produção. Sua importância reflete-se nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas e 169 metas, propostos pela Organização das Nações Unidas em 2015 e a serem alcançados até 2030, para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir melhor qualidade de vida para todos. Na perspectiva ambiental, destacamos o ODS 9 que busca construir infraestruturas que possam promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação; e o ODS 6, que visa garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água e do saneamento para todos, melhorando a qualidade da água e aumentando a eficiência no uso da água em todos os setores. Na perspectiva do trabalho, o ODS 8 visa promover empregos dignos, crescimento econômico sustentável e produtividade, enquanto o ODS 12 busca práticas responsáveis de produção e consumo para preservar os recursos naturais e reduzir o desperdício. Enquanto tais ODS não são alcançados, os impactos ambientais, sociais e de saúde são percebidos. O estado de São Paulo, por exemplo, é marcado por desastres ambientais como a contaminação produzida pela Shell no Recanto dos Pássaros, em Paulínia (1975-1993); a poluição de solo e água pela Rhodia, em Cubatão (1980); e o vazamento de óleo da Petrobrás em São Sebastião (2004). Estes casos nos mostram a importância de olhar para o passado usando ferramentas do presente como avaliação das condições ambientais do trabalho, os processos de produção, a organização do trabalho, e a relação da indústria com o meio ambiente para garantir um futuro sustentável, de acordo com os ODS, para que gerações futuras consigam atender às próprias necessidades. O debate sobre os ODS 8 e 12 é sustentado por Lessa (2005) que discute a natureza do trabalho e sua evolução, enfatizando a dimensão ontológica e histórica do trabalho, destacando sua constante

complexificação impulsionada pelo desenvolvimento dos meios de produção ao longo do tempo. Na contemporaneidade marcada por avanços tecnológicos, essa complexidade atinge novos patamares, como a precarização e a uberização do trabalho, embora a força de trabalho humana permaneça central. **Conclusão:** O trabalho é um determinante importante da saúde humana e requer que médicos(as) do trabalho possuam conhecimento em diversas áreas, incluindo toxicologia, epidemiologia e prevenção e promoção de saúde. Ambientes de trabalho incluem constituintes químicos, físicos e biológicos; e fatores socioeconômicos, como nível de renda, educação, acesso a serviços de saúde e condições de vida. Trabalhadores e empresas são protagonistas indissociáveis dessa discussão. O(a) o(a) médico(a) do trabalho exerce papel fundamental para uma associação saudável entre ambas as partes, tornando possível a promoção do trabalho digno, da qualidade de vida e bem-estar biopsicossocial dos trabalhadores, sem deixar de suprir os objetivos da empresa de forma legal e ética.

409	Jésica Letícia Gusatti Carolina Stefanello Fábio Fernandes Dantas Filho	Violência no trabalho em instituição hospitalar: análise das notificações ao SINAM realizadas por um serviço de medicina ocupacional entre 2022 e 2024

Introdução: A violência no trabalho é um problema de saúde pública e sua notificação é necessária para a vigilância epidemiológica e definição de políticas públicas de prevenção e promoção de saúde[1]. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) a violência é definida como "o uso da força física ou do poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em lesão, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação" [2]. A lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que define as situações equiparáveis acidente de trabalho (AT), possibilita enquadrar situações de violência. No mundo, a violência é uma das principais causas de morte de pessoas na faixa etária de 15 a 44 anos causas de morte de pessoas na faixa etária de 15 a 44 anos. A 49ª Assembleia Mundial de Saúde 1996 é um dos principais problemas mundiais de saúde pública[3]. **Objetivos:** Analisar e caracterizar as notificações de violência no trabalho realizadas ao SINAN, entre julho de 2022 e março de 2024, Serviço de Medicina Ocupacional (SMO) de hospital do Sul do Brasil. Descrever o perfil dos trabalhadores, função, locais de trabalho, características demográficas e nexo causal, com/sem emissão da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT). **Métodos:** O fluxo de atendimento a situações de violência do SMO determina o preenchimento de formulário eletrônico do SINAN para violência. Foram analisados os dados de todas as notificações no período, como função, setor, ocupação, bem como tipo de violência, meio de agressão, situação geradora dados do provável autor da agressão, evolução, encaminhamentos realizados, avaliação do nexo causal e emissão da CAT. **Resultados:** Foram notificados 54 casos de violência relacionados ao trabalho. Destes, 83,3% eram do sexo feminino; 35,1% ocorreram com pessoas pretas e pardas; 51,8% dos casos são de violência física; 16,6% a violência foi motivada por racismo e 1,8 por assédio sexual. Além disso, 50% dos prováveis autores são homens. Ademais, em 61,1%

dos casos ocorreu emissão da CAT. **Conclusões:** Ao descrever e analisar dados de um problema de saúde pública como a violência, através das fichas de notificação, além de obter informações sobre as características desses agravos permite o monitoramento contínuo das tendências de violência. Além do mais fica evidente que a violência no ambiente de trabalho tem um impacto profundamente negativo no bem-estar dos trabalhadores e na dinâmica geral do local de trabalho levar a problemas de saúde mental, como depressão, ansiedade e estresse, além de problemas físicos Também afeta negativamente o desempenho e a produtividade dos funcionários, aumentando a rotatividade e o absenteísmo. Ainda, o ambiente de trabalho torna-se tóxico e a moral da equipe diminui, o que pode levar a uma menor colaboração e aumento dos conflitos. Portanto, ao trazer a violência à luz através de notificações, ajuda-se a desnormalizar essas ações na sociedade, além de avaliar a eficácia das intervenções e a ajustar estratégias/medidas preventivas de suporte eficazes é essencial para criar um espaço de trabalho onde todos se sintam protegidos e valorizados.

410	Lanna Cristina Lisboa da Silva Robson Sousa de Menezes Bruno Arruda de Amorim Oliveira Adriana Bernandes Silva da Silva Natalia Priscila Martins de Souza Tarciony Ribeiro Calvet	Desenvolvimento de um robô de automação para emissão de autorizações médicas – automação para prevenção de fadiga

I**ntrodução**: As organizações corporativas passaram por um processo de mudança de paradigmas para ajustes socioculturais e que foram proporcionais à competitividade do mercado. Essa força motriz aceleradora busca galgar a alavanca da sobrevivência e esboça as melhores práticas e políticas do mercado de trabalho. Nesse sentido, o progresso é certo para as organizações que abarcam a criatividade, flexibilidade, com equipamentos qualificados e possam prover redução dos custos, maior produtividade e qualidade técnica dos serviços prestados proporcionando bem-estar físico, social e emocional aos seus colaboradores (MÉNDEZ *et al.*, 2020). No entanto, no ímpeto de bons resultados muitas vezes algumas condições clínicas multifatoriais começam a ser diagnosticadas, uma delas as lesões inflamatórias predispostas por esforços repetitivos e sem pausas regulares, podendo predispor fadiga, adoecimento emocional, estresse, desmotivação, insatisfação e angústia, levando ainda a diminuição da capacidade de raciocínio e criatividade (MAGALHÃES *et al.*, 2019). **Objetivo**: Desenvolver um software para emissão de autorizações médicas e consequentemente prevenção de fadiga. **Métodos**: O cenário atual permitiu melhorias contínuas que flexibilizaram trabalhos com qualidade e outras ciências como a ergonomia e higiene ocupacional. Essa mudança surge em consonância as atividades que passaram a ser executadas com maior frequência em ambientes controlados como escritórios, logo a relação homem/máquina tornou-se frequente e

suas tecnologias para prover bem-estar biopsicossocial, tornaram-se fundamentais (MÉNDEZ *et al.*, 2020; RUA *et al.*, 2010). Nesse sentido, destacamos a emissão da Autorização Médica do Trabalho (AMT), documento enviado às clínicas parceiras para autorização dos exames complementares, a fim de subsidiarem a solicitação e autorização dos exames na clínica parceira, a emissão deste documento ocorre durante a convocação periódica que antecede a ida do empregado a clínica para realização dos exames ocupacionais. Essa etapa é conduzida pela equipe de enfermagem, conforme os riscos ambientais e o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO). Para executar essa atividade, o técnico de enfermagem consulta a planilha de convocação aos exames. Em tempo, cabe citar que o processo é, fundamentalmente, sob demanda de cada área e demanda bastante tempo e muita repetição, sendo que todos os meses se faz necessário realizar emissão de Autorizações Médica do Trabalho para todos os funcionários mapeados, conforme a grade de exames do risco ocupacional. Assim com a crescente demanda por eficiência e precisão nos processos corporativos levou-se ao desenvolvimento, por um profissional da enfermagem e cientista de dados, de uma Automação Robótica de Processos (RPA), para a emissão de guias de Autorizações Médica do Trabalho no contexto ocupacional. **Discussão**: Esse projeto foi concebido com intuito de automatizar a emissão das guias necessárias para a realização dos exames obrigatórios aos funcionários durante suas avaliações legais. Após desenvolvimento e implementação, foi iniciado a sua utilização na convocação referente ao mês de abril do ano de 2021 e em três anos de uso já foram executadas um total de 108.358 Autorizações Médica do Trabalho, o que corresponde a aproximadamente 541.790 exames registrados em Autorizações Médica do Trabalho além de uma projeção do ganho financeiro com a implementação estimada em R$ 893.623,26. **Conclusão**: Entende-se que os benefícios evidenciados com o desenvolvimento da ferramenta se tornaram rapidamente evidentes, ao passo que equipe de enfermagem, que anteriormente era responsável por toda essa tarefa repetitiva e demorada, foi capaz de redirecionar seu tempo e esforços para atividades mais estratégicas e de maior valor agregado a coordenação de saúde. Além disso, a automação permitiu uma significativa redução no tempo de processamento das guias, aumentando a produtividade e a satisfação dos funcionários envolvidos no processo. Ou seja, a precisão na emissão das guias também melhorou, resultando em menor retrabalho e maior conformidade com as exigências legais. Além disso, a precisão e consistência alcançadas com o RPA AMT contribuíram para a redução de retrabalhos e correções de Autorizações Médica do Trabalho, otimizando o tempo e os recursos da empresa.		
412	Denise Napolitano Alegrette Giovana Sampaio Gomes Regiane Maria Martins Rita Caroline de Castro Caetano	Desenvolvimento e validação de mapeamento de saúde mental no trabalho

Introdução: Instrumentos de avaliação em saúde mental apresentam-se como um recurso importante capaz de medir sua gradação e direcionar a tomada de decisão de forma mais assertiva, com maior validade científica, visando principalmente a efetividade de melhoria da qualidade de vida dos indivíduos (Costa et al., 2015). O adoecimento mental relacionado ao trabalho é um dos temas mais atuais da saúde ocupacional em todo o mundo. De diversas partes do planeta chegam relatos de alta incidência de ocorrência de transtornos psicológicos relacionados ao estresse no trabalho tanto entre pessoal de nível gerencial como entre operadores. Um quadro de estresse muito intenso pode acarretar estafa ou esgotamento físico-mental, atualmente denominado por Burnout (Couto, 2014). Neste sentido, o estresse em excesso pode desencadear o Burnout, sendo que este pode se relacionar também com aumento nos níveis de ansiedade e sintomas depressivos (Falzon, 2012; Formiga et al., 2021). Diante do exposto, percebe-se que é relevante ter medidas que consigam aferir a saúde mental de trabalhadores no contexto organizacional para que seja possível, pensar, futuramente, em formas de intervenção em trabalhadores com a saúde mental afetada. **Objetivo:** O principal objetivo do trabalho é construir e validar um questionário que permita mapear quantitativa e qualitativamente a condição de saúde mental dos colaboradores. Este mapeamento visa identificar sinais e sintomas que possam indicar tendências para o desenvolvimento de ansiedade, depressão e estresse, possibilitando intervenções preventivas e corretivas. **Método:** A pesquisa foi baseada em revisão bibliográfica e na aplicação de questionários específicos, como o DASS-21, adaptados para a realidade da empresa estudada. O questionário desenvolvido internamente contém questões de múltipla escolha e uma aberta, sendo aplicado durante os exames periódicos dos funcionários, com garantia de sigilo e conformidade com a LGPD. **Desenvolvimento:** A pesquisa foi submetida e aprovada pelo comitê de ética, e a aplicação ocorreu de forma a assegurar a privacidade dos participantes. Os resultados foram classificados em diferentes níveis de criticidade, permitindo uma análise detalhada da saúde mental no ambiente de trabalho. **Discussão:** O trabalho destaca a dualidade do ambiente laboral como fonte de saúde e doença, reforçando a necessidade de estratégias individuais e coletivas para a prevenção do sofrimento psíquico. É enfatizado que, apesar dos avanços na compreensão da relação entre saúde mental e trabalho, ainda existem desafios na definição de condutas e procedimentos para lidar com o adoecimento mental dos trabalhadores. **Conclusão:** O mapeamento desenvolvido possibilita a identificação de fatores críticos no ambiente de trabalho que podem ser ajustados para promover o bem-estar dos colaboradores. A aplicação do questionário também incentiva a reflexão dos próprios trabalhadores sobre sua saúde mental, permitindo a implementação de ações corretivas tanto em nível organizacional quanto individual. O estudo contribui para o aprimoramento de programas de saúde e qualidade de vida no ambiente corporativo, com o objetivo de reduzir o impacto negativo do trabalho sobre a saúde mental dos colaboradores. Este resumo detalha a relevância de abordar a saúde mental no ambiente de trabalho, destacando a importância de ferramentas que permitam um diagnóstico preciso e intervenções eficazes para melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores.

414	Santiago R. Aldaz Claudio Taboadela	El sistema de riesgos del trabajo en Argentina

Introducción: Desde el 1° de julio de 1996 rige en la República Argentina el Sistema de Riesgos del Trabajo a partir de la promulgación de Ley 24.557. El sistema es innovador en Latinoamérica ya que integra la prevención con las prestaciones médicas y dinerarias. La administración de los accidentes de trabajo y las enfermedades profesionales es gestionada por entes privados llamadas Aseguradoras de Riesgos del Trabajo (ARTs) bajo el control de organismos del estado. El objetivo de este estudio es analizar las fortalezas, debilidades, amenazas y oportunidades del Sistema de Riesgos del Trabajo en la República Argentina. **Métodos:** Se efectuó un análisis del sistema de riesgos del trabajo en Argentina a través del estudio crítico de la legislación y la normativa que se encuentra en la base de datos Infoleg® de la República Argentina. **Resultados:** A partir del análisis efectuado, los resultados fueron los siguientes: Fortalezas: el sistema tiene veintiocho años de vigencia, es solvente, brinda respuesta inmediata e integral para la prevención y reparación de siniestros laborales brindando prestaciones médicas de calidad, y adecuadas prestaciones dinerarias por incapacidad laboral permanente y definitiva. Brinda cobertura a todos los trabajadores formales públicos y privados. Debilidades: El sistema de riesgos de trabajo no está integrado con el Sistema de Salud. Mientras que el sistema de riesgos del trabajo depende de la Superintendencia de Riesgos del Trabajo, el sistema de salud pertenece al Ministerio de Salud. Por otra parte, existen ausencias e inconsistencias en el listado de agentes de riesgo y de enfermedades profesionales. Por otra parte, la cobertura no alcanza a los trabajadores autónomos y a los informales. Amenazas: La mayor amenaza que posee el sistema es la judicialidad relacionada con las demandas de los trabajadores para cobrar mayores indemnizaciones por incapacidad laboral permanente. Por otra parte, la crisis económica que lleva al desempleo y al cierre de las empresas es otra gran amenaza, ya que, la financiación del sistema depende únicamente del pago de alícuotas por parte de los empleadores. Oportunidades: En la medida que se pueda contener la judicialidad será posible invertir más recursos en la mejora de la prevención y la calidad de las prestaciones. Asimismo, la ampliación de la cobertura prestacional a nuevos colectivos de trabajadores también constituye una interesante propuesta. **Discusión:** El sistema de riesgos del trabajo que en la actualidad cubre a aproximadamente a 10 millones de trabajadores formales. A partir de su instauración se ha producido una notable mejora en la prevención, en la cantidad y calidad de las prestaciones relacionadas con accidentes de trabajo y enfermedades profesionales. Se estima que, desde sus inicios y entrada en vigencia, se han salvado más de 17.000 trabajadores por las acciones de prevención efectuadas y se han brindado más de 5 millones de prestaciones asistenciales en 2023. Se hace necesario revisar y actualizar el listado de agentes de riesgo y el listado de enfermedades profesionales, así como aumentar la cobertura de grupos de trabajadores. En la medida que se pueda controlar la litigiosidad, una amenaza constante del sistema, será posible invertir más recursos a la prevención y a las prestaciones. **Conclusion:**

El sistema de riesgos del trabajo de Argentina es único en Latinoamérica. Si bien sus fortalezas son remarcables y destacables se hace necesario trabajar sobre sus debilidades, amenazas y oportunidades a fin de optimizar su calidad.		
416	Fernando Passamani Fagundes Katia Yoshie Nakamura Simone Cristina dos Santos Bastos Denise Cristiane Oliveira	Implantação, sistematização e resultados do programa de gestão de afastados em empresa nacional de saúde, educação e obra social em 2023

Introdução: A Associação Congregação de Santa Catarina, uma empresa com 18 unidades distribuídas em 6 estados brasileiros, lançou o Programa de Gestão de Afastados em janeiro de 2023. Este programa visa padronizar o acompanhamento dos colaboradores afastados, respeitando as especificidades de cada unidade. A implementação de um prontuário informatizado desde março de 2022 possibilitou a uniformização dos registros e a criação de indicadores robustos para análises detalhadas. O programa abrange quatro frentes principais: pré-afastamento previdenciário, afastamento previdenciário, pós-afastamento previdenciário e ações administrativas. **Objetivos**: O principal objetivo do programa é otimizar o acompanhamento dos afastamentos dos colaboradores através da padronização das ações e da análise de indicadores, com a meta de melhorar a eficiência na gestão dos afastados e reduzir os impactos financeiros associados. **Métodos:** 1. Pré-afastamento Previdenciário: Identificação precoce de condições que possam prolongar o afastamento e emissão de laudos para análise de nexo entre trabalho e doença. 2. Afastamento Previdenciário: Suporte no agendamento de perícias, monitoramento contínuo da saúde dos colaboradores e orientação sobre benefícios. 3. Pós-afastamento Previdenciário: Avaliação das necessidades de adaptação no retorno ao trabalho e acompanhamento próximo dos colaboradores que retornam ao trabalho. 4. Ações Administrativas: Reconciliação das bases de dados entre folha de pagamento e benefícios, além de contestações de nexo ocupacional. **Resultados:** 1. Pré-afastamento Previdenciário: O índice de absenteísmo médico foi reduzido para 3,12%, abaixo da meta de 3,44%. 2. Afastamento Previdenciário: O tempo médio de afastamento foi reduzido de 5,84 meses em 2022 para 4,13 meses em 2023. Melhoria significativa nos benefícios acidentários e não acidentários. 3. Pós-afastamento Previdenciário: Realizaram-se 59 exames de retorno antecipado, resultando em 924 dias de afastamento antecipados e 325 prorrogações de benefícios pela previdência. 4. Ações Administrativas: Foram corrigidas 835 inconsistências na base de dados e realizadas 67 contestações de nexo ocupacional, com 2 revisões de benefício pelo INSS. Resultados Financeiros (custo evitado): 1. Pré-afastamento Previdenciário: Redução do absenteísmo médico até 15 dias resultou em economia de R$ 138.284,90. 2. Afastamento e pós-afastamento previdenciário: Redução do tempo médio perdido gerou uma economia de R$ 537.590,00; prorrogações de benefício e altas antecipadas economizaram R$ 428.750,00. 3. Ações Administrativas: Conciliação de bases - B31: R$ 4.838.272,00 em 788 casos; B91: R$ 357.157,00 em 47 casos. **Conclusão**: A implementação do Programa de Gestão de Afastados gerou resultados positivos, com

melhorias no tempo de afastamento e redução dos custos associados. As ações demonstraram ser eficazes na gestão dos afastados e proporcionaram um impacto financeiro positivo significativo. Em 2024, estão previstas melhorias adicionais, incluindo a integração dos setores envolvidos e treinamentos para liderança, com o objetivo de proporcionar um acolhimento ainda mais eficaz para os colaboradores que retornam ao trabalho.

417	Gabriel Piccolo Foelkel Ana Carla Pleutim Sergio de Lucca Marcia Bandini	Perfil dos egressos do programa de residência medica em medicina do trabalho FCM-Unicamp, no período 2003-2022

Introdução: Os estudos sobre o perfil de egressos de programas nos processos de formação e atuação profissional, têm sido crescentemente utilizados com o objetivo de investigar o sincronismo entre o treinamento fornecido e as demandas do mercado de trabalho, e o grau de satisfação, ou até o abandono das atividades da especialidade médica. Monitorar o perfil dos egressos desse programa de residência médica, poderá contribuir para o aperfeiçoamento dos respectivos programas Nesse sentido têm sido utilizados questionários padronizados para respostas *online* cujos resultados são analisados utilizando parâmetros previamente definidos como o conteúdo dos programas, muitos deles baseados nas competências requeridas para os processos de certificação profissional e concessão de título de especialista, de acordo com os critérios estabelecidos pela Associação Médica Brasileira (AMB). No caso da especialidade de Medicina do Trabalho, o conhecimento do perfil dos egressos e sua inserção no mercado de trabalho adquire especial relevância por se tratar de uma especialidade médica recente, reconhecida há cerca de 20 anos quando foi reconhecida como especialidade médica da Comissão Mista de Especialidades (CME). **Objetivos:** Caracterizar o perfil sociodemográfico, trajetória profissional e inserção no mercado de trabalho dos médicos egressos do Programa de Residência Médica em Medicina do Trabalho da Faculdade de Ciências Médicas de Campinas, matriculados entre 2003 e 2022. Avaliar o grau de satisfação com a profissão e aspectos positivos e negativos da especialidade Avaliar o conteúdo teórico e prático do programa e analisar os aspectos positivos e de melhoria apontados pelos participantes. **Métodos:** Estudo é transversal e descritivo de abordagem quanti-qualitativa a partir de um roteiro semiestruturado de questões fechadas que serão quantificadas em variáveis objetivas, e as questões abertas que serão categorizadas por temas que emergirem dos conteúdos descritos pelos participantes da pesquisa. A busca pelas informações de contato dos egressos se mostrou um dos grandes desafios da pesquisa. O acesso aos participantes será realizado pelo professor responsável da área de Saúde do Trabalhador – do Departamento de Saúde Coletiva da FCM/UNICAMP responsável pela guarda de uma lista dos nomes e e-mails dos egressos, e que enviará o documento da pesquisa (TCLE, e questionário) no Google Forms, convidando-os a responderem a pesquisa. Os resultados serão enviados para o pesquisador sem a

identificação dos nomes dos participantes, garantindo e preservando a anonimidade dos participantes que responderem online o instrumento de pesquisa. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) sob o número CAAE: 79487824.0.0000.5404. **Conclusão:** O resultado esperado será Conhecer o perfil, a trajetória e a situação de trabalho atual dos médicos do trabalho egressos do programa de residência de medicina do trabalho da FCM/Unicamp, de modo a contribuir para o aperfeiçoamento do processo de formação às novas realidades do mundo do trabalho contemporâneo.

419	Pedro Rogério Batista Mendonça de Alencar Ricardo Galli Joao Marcelo Rocha Ramalho Eline Rocha Castro Maria Clara Silva Goncalves Lima Laryssa Sousa da Silva	Gestão de saúde ocupacional em catástrofes climáticas prevenção, suporte e resiliência

Introdução: Com o aumento da frequência e intensidade das catástrofes climáticas, como as enchentes no Rio Grande do Sul, a medicina do trabalho tem se tornado cada vez mais relevante para proteger a saúde dos trabalhadores envolvidos em operações de resposta e recuperação. Este estudo explora os desafios enfrentados por profissionais de saúde ocupacional e as estratégias adotadas para mitigar os riscos associados a essas situações extremas. **Objetivos:** O objetivo deste estudo é analisar as práticas de medicina do trabalho aplicadas em catástrofes climáticas, com foco em cinco áreas principais: prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, monitoramento e controle de riscos, suporte psicológico, gestão de saúde em longo prazo e planejamento para emergências. **Métodos:** Foi realizada uma revisão sistemática da literatura nas bases de dados PubMed, Scopus e Web of Science, abrangendo artigos publicados entre 1990 e 2022. Os critérios de inclusão envolveram estudos que abordavam práticas de medicina do trabalho em cenários de catástrofes climáticas, com foco em prevenção de acidentes, controle de riscos, suporte psicológico, gestão de saúde em longo prazo, e planejamento de emergências. Foram excluídos artigos que não forneciam dados específicos sobre as intervenções realizadas ou que se concentravam em outros tipos de desastres não relacionados ao clima. Após a coleta, os dados foram categorizados e analisados qualitativamente para identificar padrões, práticas eficazes, e lacunas na literatura existente. **Resultados:** A revisão da literatura revelou que a implementação de medidas preventivas, como treinamentos específicos e uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), está associada a uma redução de até 30% na incidência de acidentes ocupacionais durante catástrofes climáticas (Smith et al., 2015). Estudos de caso analisados indicaram que o monitoramento contínuo de riscos, incluindo exposição a contaminantes biológicos e químicos, reduziu em 25% a incidência de doenças relacionadas ao trabalho (Jones et al., 2018). O suporte

psicológico demonstrou ser fundamental, com intervenções imediatas resultando em uma diminuição de 40% nos sintomas de estresse e ansiedade entre trabalhadores de resgate (Brown & Lee, 2020). Em relação à gestão de saúde em longo prazo, 50% dos trabalhadores expostos a condições extremas durante catástrofes relataram problemas de saúde persistentes, destacando a necessidade de monitoramento contínuo (Garcia et al., 2017). Finalmente, o planejamento e a preparação para emergências, incluindo treinamentos e simulações, mostraram melhorar a eficácia da resposta em até 35%, com trabalhadores relatando maior confiança e habilidade para lidar com situações de risco (Williams et al., 2019). **Discussão:** A medicina do trabalho desempenha um papel crucial na proteção e recuperação da saúde dos trabalhadores durante e após catástrofes climáticas, como enchentes, furacões e terremotos. Nesses eventos, trabalhadores de serviços essenciais, resgate e reconstrução enfrentam riscos aumentados, incluindo exposição a condições ambientais adversas, contaminantes e desafios físicos e emocionais. A resposta eficaz da medicina ocupacional é abrangente, começando com a avaliação inicial de riscos até o suporte de longo prazo. A avaliação de riscos é fundamental para identificar potenciais perigos, como exposição a materiais perigosos, estruturas instáveis e riscos biológicos. Implementar programas de treinamento específicos para esses cenários, incluindo o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), técnicas de evacuação e procedimentos de primeiros socorros, é essencial para reduzir a incidência de acidentes e doenças ocupacionais. A literatura documenta amplamente a eficácia desses programas de treinamento, destacando a importância da preparação antecipada e da resposta rápida para minimizar os impactos na saúde dos trabalhadores. Além dos riscos físicos, as catástrofes climáticas impõem um ônus psicológico significativo aos trabalhadores, que podem enfrentar estresse, ansiedade e trauma devido à natureza exigente e, por vezes, perigosa de seu trabalho. A inclusão de suporte psicológico como parte do protocolo de resposta é crucial, oferecendo desde aconselhamento e apoio emocional até a identificação precoce de sinais de transtornos mentais e a provisão de intervenções adequadas. A resiliência dos trabalhadores a longo prazo é fortalecida através de um suporte contínuo, que abrange cuidados imediatos e estratégias de recuperação e reintegração. A educação e a comunicação eficazes sobre os riscos associados a desastres são partes críticas da medicina do trabalho. Informar trabalhadores e empregadores sobre as melhores práticas de mitigação de riscos, procedimentos de segurança e protocolos de emergência é fundamental para garantir que todos estejam preparados para responder de forma eficaz em situações de emergência, minimizando os riscos de lesões e melhorando a segurança geral. A comunicação clara e transparente é essencial para construir confiança e assegurar que as medidas de segurança sejam compreendidas e seguidas corretamente. Além dos benefícios individuais para os trabalhadores, as práticas de medicina do trabalho contribuem significativamente para a resiliência organizacional. Organizações que implementam políticas robustas de saúde ocupacional estão melhor preparadas para manter a continuidade dos negócios durante e após desastres. Isso inclui o planejamento de continuidade operacional, gestão de crises e a capacidade de resposta rápida e eficaz a eventos imprevistos. Os achados deste estudo confirmam

a importância das práticas de medicina do trabalho em catástrofes climáticas, alinhando-se com a literatura existente que destaca a necessidade de treinamentos específicos, uso de EPIs e suporte psicológico como práticas fundamentais. A revisão sugere que, embora já existam diretrizes e protocolos estabelecidos, há espaço para aprimoramento, especialmente no que diz respeito à adaptação das intervenções para diferentes contextos culturais e geográficos. As evidências também reforçam a importância de políticas de saúde ocupacional integradas, que incluam tanto a preparação para emergências quanto a gestão de saúde a longo prazo, para garantir uma resposta eficaz e sustentada em cenários de desastres climáticos. **Conclusão:** O papel da medicina do trabalho em catástrofes climáticas é multifacetado e crucial para garantir a saúde e segurança dos trabalhadores. Políticas de saúde ocupacional bem estruturadas e práticas adaptativas podem não apenas proteger a saúde dos trabalhadores, mas também melhorar a eficiência e eficácia das operações de resposta a desastres. A resiliência das comunidades e a recuperação após catástrofes dependem fortemente de uma abordagem integrada e bem coordenada de medicina do trabalho.

420	Maria Vanesa Palopolo Claudio Taboadela	Utilización del test genético p53 en los exámenes preocupacionales para la detección precoz de cáncer en Argentina.

Introducción: El estudio del ADN y de los tests genéticos han permitido avances significativos en la detección precoz y la prevención del cáncer, El oncogén supresor P53 llamado “guardián del genoma” y sus proteínas P53 son cruciales para mantener la estabilidad genética y prevenir mutaciones que puedan causar cáncer. Los daños y alteraciones del gen P53 afectan su efecto supresor tumoral y favorecen el desarrollo del cáncer. El test genético P53 efectuado en sangre permite detectar en forma precoz la presencia de determinados cánceres. En este trabajo se analiza la posibilidad de incluir el test genético P53 en los exámenes preocupacionales para la detección precoz y prevención del cáncer en trabajadores. **Métodos:** Se efectuó una revisión bibliográfica utilizando la base Pubmed® y la base Infoleg® que recopila legislación y normativa argentina. El análisis se centró en la interacción General Business entre la genética y los factores medioambientales y su influencia en el cáncer ocupacional. Además, se analizó la legislación nacional e internacional y la posible utilización de estudios genéticos en exámenes preocupacionales. **Resultados:** Del análisis efectuado se ha comprobado que en la actualidad en la República Argentina no se utilizan pruebas genéticas en los exámenes preocupacionales. El análisis de la literatura señaló que su utilización es muy discutida debido a que existen vacíos jurídicos, limitaciones técnicas y de accesibilidad, cuestionamientos sociales y dilemas bioéticos relacionados con la discriminación, la exclusión y la estigmatización de las personas. **Discusión:** El cáncer es una enfermedad multicausal y multifactorial y constituye una de las principales causas de morbimortalidad. En 2018, alrededor de 9,6 millones de personas murieron de cáncer. A nivel mundial en las próximas dos décadas se estima un aumento del 60% de los casos que en países de bajos y medianos ingresos podría llegar al 81%. Se considera que la

exposición a carcinógenos en el trabajo afecta a un 23-25% de los trabajadores. La supresión de la exposición a riesgos laborales específicos asociada al estudio del exposoma y la epigenética son cruciales para la prevención del cáncer en los trabajadores. General Business Si bien la secuenciación completa del genoma humano es altamente costosa, el mapeo de mutaciones asociadas a diversas enfermedades es sumamente accesible y podría utilizarse como método de screening. La utilización del test genético P53 en exámenes preocupacionales permitiría detectar en forma ultra precoz el cáncer y establecer nuevos criterios de aptitud laboral. Sin embargo, en Argentina en la actualidad, los tests genéticos son considerados parámetro de discriminación y exclusión, por lo que en la práctica está prohibida su utilización en cualquier tipo de exámenes de salud de trabajadores. **Conclusion:** El futuro del diagnóstico precoz y la prevención del cáncer se halla ligado inexorablemente al avance de la epigenética. En un futuro no muy lejano, los tests genéticos será de utilización habitual pero antes se necesitará promulgar nueva legislación, establecer nuevos criterios bioéticos y contar con el consenso social.

421	Augusto João Manuel João Silvestre da Silva Junior Ivan Dieb Miziara	Analise de custos diretos para a previdência social com benefícios por incapacidade temporária por transtornos mentais no Brasil entre 2018 a 2022

Introdução; segundo dados do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS), no Mundo, 14,6% dos anos vividos com incapacidade são causados por transtornos mentais ao redor do mundo, sendo que o Brasil lidera as estimativas entre os países da América Latina1.As relações sociais em decorrência da globalização impacta a vida do trabalhador, observando-se um aumento de doenças mentais e outras consequências para a saúde. A baixa condição socioeconômica do trabalhador é apontada como risco da morbidade2. Altas demandas de trabalho frente a baixas recompensas ou altas exigências e baixo controle resultam em baixa capacidade de enfrentamento frente às cargas cotidianas de trabalho, elevando o risco de adoecimento mental. A incapacidade para o trabalho gera um ônus econômico considerável para o sistema de previdência social, impactando em toda economia da seguridade social e na vida dos afastados3. **Objetivo:** Analisar os custos diretos para a Previdência social com Benefícios por incapacidade temporária por transtornos mentais no Brasil entre 2018e 2022. **Métodos**: Metodologia; Trata-se de um estudo retrospectivo de serie temporal com uso de dados secundários extraído da base eletrônica do AEPS infologos do INSS referente aos dados de 2018 a 2022. As informações foram estratificadas de acordo gênero (Masculino /Feminino), número de benefícios (4-5) e grupamento diagnóstico conforme a 10ª versão da CID. **Discussão:** É possível observar por achados um número preocupante dos benefícios e custos diretos. Houve no período 861750 benefícios, onde 2018 com 24,3% o maior dos benefícios , o subgrupo F30-F39, com 48,9%,o intervalo de maior número de benefícios ,seguida de F40-F49 com 27,6% e F10-F19 com 13% dos Benefícios, realçando que os anos com maior número de benefícios não representam os maiores em gastos, em termos de custos,2022 foi o mais oneroso para a previdência com

25,5% ,explicada pelo crescimento de transtornos mentais resultante da pandemia da COVID 19. Seguida de 2018 e 2019 com 22% respectivamente. O gênero masculino com 41,6 % apresentou menor número de benefícios em relação ao feminino 58,4% e consequentemente menor gastos. Indicando uma tendência de maior afastamento de mulheres em relação aos homens. Houve uma média de 172.350 benefícios no período correspondendo R$299532557,78 de gastos, com a média de custos por benefício R$1.736,6,em termos de custos diretos foram gastos R$1.497,662,789, com a concessão de 861750 benéficos no intervalo de estudo. **Conclusão**: Existe uma carga onerosa de afastamentos temporários por transtornos mentais sobre a previdência, levando a vida financeira da previdência a um estrangulamento econômico. Os transtornos mentais apresentam crescimento exponencial no mundo e no Brasil em número e custo financeiro, levando a cargas financeiras diretas para a previdência, o que tornará insustentável a vida financeira da previdência em futuro próximo não havendo políticas de saúde pública para mitigar a situação e encontrar políticas para reverter o panorama.

422	Argemiro Freut Junior Manoela Fernandes Arantes de Castro Lino	Sobrepeso e obesidade: correlação entre o tipo de trabalho exercido e os índices de IMC em colaboradores do interior de São Paulo.

Introdução Devido à alta prevalência de sobrepeso e de obesidade nas consultas de medicina do trabalho, gerou um questionamento se o tipo de trabalho exercido poderia de alguma forma estar aumentado as chances para esses estados. Existiria alguma relação laboral com esse estado tão frequente e com uma incidência aumentando cada vez mais? Neste estudo colocou-se em evidência 659 colaboradores de 3 empresas de ramos distintos do interior de São Paulo para tentar esclarecer essa indagação. **Objetivos** Analisar a distribuição do IMC em 3 áreas de trabalho distintas e identificar se existe uma diferença de IMC relacionada ao tipo de trabalho que o paciente é exposto. **Métodos** Estudo transversal analítico em que foram selecionadas 3 empresas de ramos distintos da cidade de Indaiatuba- São Paulo. O total da amostra foi de 659 colaboradores analisados. Empresa A: Fabricação de produtos de panificação industrial (249 colaboradores) Empresa B: Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados (200 colaboradores) Empresa C: Fabricação de peças e acessórios para o sistema motor de veículos automotores (210 colaboradores). A coleta de dados foi realizada através da consulta do prontuário digital no portal SOCGED. Após a coleta de dados para o cálculo do IMC, toda a amostra foi dividida em sexos, grupos etários e valores de IMC. **Discussão** Com relação ao sexo, na empresa A, 42,2% eram mulheres e 57,8% eram homens. Na empresa B 63% eram mulheres e 37% eram homens. Já na empresa C 30% eram mulheres e 70% eram homens. Com relação a idade, na empresa A : 37,8% entre 18 e 28 anos, 33,7% entre 29 e 39 anos, 22,5% entre 40 e 50 anos, 5,6% entre 51 e 61 anos e apenas 0,4% acima dos 62 anos. Já na empresa B: 36% dos colaboradores entre 18 e 28 anos, 27% entre 29 e 39 anos, 19,5% entre 40 e 50 anos, 12% entre 51 e 61 anos e 5,5% mais de 62 anos. Quando

analisado a empresa C: 30,5% dos colaboradores entre 18 e 28 anos, 36,7% entre 29 e 39 anos, 21% entre 40 e 50 anos, 10,5% entre 51 e 61 anos, 1,4% mais de 62 anos. Com relação ao IMC, na empresa A 2% dos funcionários tem baixo peso, 41% tem peso normal, 30,5% tem sobrepeso, 17,3% obesidade grau 1, 6,8% obesidade grau 2 e 2,4% obesidade grau 3. Na empresa 2, observa-se que 3% dos colaboradores tem baixo peso, 34% peso normal, 32% sobrepeso, 19,5% obesidade grau 1, 9% obesidade grau 2 e 2,5% obesidade grau 3. Quando analisa-se a empresa 3 observa-se que 1,9% dos colaboradores apresentam baixo peso, 32,9% peso normal, 37,6% sobrepeso, 18,6% obesidade grau 1, 7,1% obesidade grau 2 e 1,9% obesidade grau 3. **Conclusão** Em todas as empresas analisadas o sobrepeso e a obesidade são muito expressivos, quando combinado os valores de sobrepeso com os valores de obesidade (grau 1, 2 e 3) observa-se que representa 57% dos colaboradores da empresa A, 63% dos colaboradores da empresa B e 65,2% da empresa C. Após a análise dos dados podemos concluir que o tipo de trabalho, considerando suas exposições e riscos não interfere no sobrepeso e na obesidade dos colaboradores visto que em todas as empresas, mesmo sendo de ramos diferentes, o sobrepeso e a obesidade são prevalentes. Isso reflete que na verdade os hábitos de vida e costumes da população em geral são os responsáveis pelos valores tão elevados de sobrepeso e obesidade.

424	Leocimar Souza dos Anjos Martins Evely Cristina Figueira Silva Alana Albuquerque Canto	Gestão de soluções para eliminar riscos ergonômicos nas tarefas críticas na mineradora em juruti

Introdução: A Gestão das soluções para eliminar riscos ergonômicos na mineradora é realizada pela equipe de Saúde e Higiene Ocupacional, e é um processo prioritário nas atividades da operação e manutenção que possuem tarefas com execução de trabalhos com funções que possuem riscos ergonômicos significativos e altos, riscos ocupacionais e com potencial de incidentes com lesão. **Objetivos**: Gestão de soluções para eliminar riscos ergonômicos nas tarefas críticas em trabalhadores da mineradora. **Método**: As tarefas mapeadas com a identificação das atividades e tarefas críticas foram avaliadas por Ergonomista, realizando a classificação das tarefas como Alto Risco para ergonomia com a aplicação da metodologia de uso das ferramentas ergonômicas: Sue Rodgers (ferramenta utilizada para determinar possíveis riscos para membros superiores, inferiores, pescoço, ombro e tronco), Índice Moore Garg (ferramenta utilizada para analisar se os trabalhadores estão expostos a desenvolver doenças musculoesqueléticas da parte distal dos membros superiores: mãos, punhos, braço, antebraço e ombro), NIOSH (ferramenta que diagnostica os riscos de distúrbios osteomusculares associados à carga física que o trabalhador está submetido e indicar um limite de peso apropriado para cada função) e ferramenta própria Ergo Risk (que calcula em escala o nível de risco ergonômico de acordo com o ciclo e intensidade da atividade). O trabalho manual pesado com alta exigência física, exposição a outros agentes ocupacionais e com uso de ferramentas manuais não adequadas são classificadas como alto risco ergonômico, sendo altamente críticas, e estão inventariadas e mapeadas para

acompanhamento dos projetos de eliminação dos riscos. O projeto de gestão de soluções de riscos ergonômicos tem impactos positivos na eliminação de riscos ocupacionais e de incidentes, principalmente, com eventos de lesões em mãos e dedos, através da promoção de soluções de engenharia, implementação de tecnologias, automação de processos e desenvolvimento de dispositivos que alteram a execução manual das tarefas com menos esforços e sobrecargas físicas. A solução dos riscos ergonômicos, também traz resultados que refletem benefícios como: inclusão da diversidade nas mais variadas atividades de operação e manutenção, prevenção de acidentes, tornando a produtividade das atividades mais efetiva e elevando a qualidade de vida e satisfação das pessoas no ambiente e trabalho. **Conclusão:** O trabalho manual pesado com alta exigência física, exposição a outros agentes ocupacionais e com uso de ferramentas manuais não adequadas são classificadas como alto risco ergonômico, sendo altamente críticas, e estão inventariadas e mapeadas para acompanhamento dos projetos de eliminação dos riscos. O projeto de gestão de soluções de riscos ergonômicos tem impactos positivos na eliminação de riscos ocupacionais e de incidentes, principalmente, com eventos de lesões em mãos e dedos, através da promoção de soluções de engenharia, implementação de tecnologias, automação de processos e desenvolvimento de dispositivos que alteram a execução manual das tarefas com menos esforços e sobrecargas físicas. A solução dos riscos ergonômicos, também traz resultados que refletem benefícios como: inclusão da diversidade nas mais variadas atividades de operação e manutenção, prevenção de acidentes, tornando a produtividade das atividades mais efetiva e elevando a qualidade de vida e satisfação das pessoas no ambiente e trabalho.

425	Martina Brandeburski Andressa Goldman Ruwel Flávia Gurski Paola Schneider Camargo Fábio Fernandes Dantas Filho	Catástrofe climática no Rio Grande do Sul e o risco de hepatite A: susceptibilidade e vacinação de trabalhadores da nutrição e da creche de um hospital universitário de Porto Alegre

Introdução: O vírus da Hepatite A (VHA) é transmitido principalmente via fecal-oral, através de alimentos ou água contaminados, ou através do contato direto com indivíduo infectado. As manifestações clínicas podem variar desde infecções assintomáticas, a sintomas graves, como icterícia, colúria e insuficiência hepática. No Brasil, a vacina contra o VHA deve ser realizada em duas doses nas crianças, a partir dos 15 meses de idade, e nos grupos de risco, como doentes crônicos, trabalhadores da saúde e trabalhadores que manipulam alimentos. Em situações de enchentes e inundações, como na catástrofe climática ocorrida no Rio Grande do Sul em maio de 2024, o risco de transmissão aumenta sobremaneira, por exposição às águas poluídas, contaminação da água potável e alimentos, higiene comprometida, superlotação de abrigos, entre outros. Em instituições de saúde, a avaliação do estado vacinal e a realização de vacina contra o VHA em trabalhadores que manipulam alimentos e atendentes de creche podem contribuir para reduzir o risco de surtos

institucionais. **Objetivos**: Identificar, no período de enchentes, a susceptibilidade ao VHA entre trabalhadores da nutrição e atendentes de creche de um hospital do Sul do Brasil; realizar a vacinação ocupacional dos suscetíveis. **Métodos:** Foram coletados, entre 15 e 22 de maio de 2024, sorologias IgG e IgM de 153 trabalhadores da nutrição e 30 trabalhadores da creche do hospital. Foram convocados para vacinação ocupacional aqueles trabalhadores suscetíveis (IgG negativo). **Resultados**: Entre os trabalhadores da nutrição, 130 (85%) realizaram a coleta; destes, 28 (21,5%) eram suscetíveis (IgG negativos), e 24 (88%) receberam a vacina. Entre aqueles que trabalhavam na creche, 27 (90%) realizaram a coleta, dos quais 11 (40%) eram suscetíveis, e 9 (81%) receberam a vacina. Não ocorreu nenhum caso diagnosticado de hepatite A na instituição durante todo o período de calamidade. **Conclusão**: apesar de recomendado pelo calendário de vacinação ocupacional da Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIM), o Programa Nacional de Imunizações (PNI) não disponibiliza a vacina contra o VHA para trabalhadores da saúde que manipulam alimentos, ou trabalham na creche, tornando a proteção ocupacional em situações de calamidade um grande desafio. Apesar disso, a susceptibilidade foi baixa entre trabalhadores da nutrição, principalmente. A adesão à vacinação foi maior do que 80% nos dois grupos. Não ocorreram casos diagnosticados de hepatite A, muito menos surtos institucionais, demonstrando a possível eficácia preventiva da vacinação ocupacional contra o VHA no período de catástrofe, quando os trabalhadores de todo o hospital conviveram com a falta de água por vários dias a semanas em toda região metropolitana da cidade. Urge que o PNI inclua os profissionais de saúde que manipulam alimentos e aqueles que lidam com crianças entre a população indicada a receber a vacina na rede pública, especialmente em cenários de catástrofes como a ocorrida no Rio Grande do Sul em maio de 2024.